

JAIME RODRIGO DA SILVA MIRANDA

**A ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À
REFORMA AGRÁRIA (ATES): A COPSERVIÇOS NO
SUDESTE DO PARÁ**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa como
parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

M672a
2008

Miranda, Jaime Rodrigo da Silva, 1973-
A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma
Agrária (ATES) : a Copserviços no sudeste do Pará
/ Jaime Rodrigo da Silva Miranda. – Viçosa, MG, 2008.
xiii, 158f.: il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Inclui índice.

Orientador: France Maria Gontijo Coelho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 140-142.

1. Extensão rural. 2. Reforma agrária. 3. Serviço de
ATES. 4. Copserviços. 5. Trabalhador rural - Movimento
sindical. 6. Agricultura familiar. 7. Desenvolvimento
rural sustentável. I. Universidade Federal de Viçosa.
II. Título.

CDD 22.ed. 630.715

JAIME RODRIGO DA SILVA MIRANDA

**A ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À
REFORMA AGRÁRIA (ATES): A COPSERVIÇOS NO
SUDESTE DO PARÁ**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa como
parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 2 de julho de 2008

Prof. Jonas Marçal de Queiroz

Prof^a Maria Izabel Vieira Botelho

Prof. Alberto da Silva Jones
(Co-Orientador)

Prof. Marcelo Miná Dias
(Co-Orientador)

Prof.^a France Maria Gontijo Coelho
(Orientadora)

Dedico este trabalho a

minha família.

Aos técnicos extensionistas da Copserviços, parceiros e amigos, com os quais vivenciei tantas situações marcantes dentro e fora do cotidiano de trabalho.

Aos parceiros e amigos dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do sudeste do Pará, pela parceria de trabalho na reforma agrária.

Aos colegas e amigos de todas as outras entidades do Movimento Sindical, que somam forças na luta pela consolidação da agricultura familiar na região.

E, principalmente, aos agricultores familiares assentados, com os quais aprendi tanto. A cada uma das famílias que me abrigou em suas casas e me tratou com tanta dignidade, em uma relação de trabalho, de respeito, de confiança, de amizade e de esperança mútua para que todos os esforços resultem em melhores condições de vida para milhares de trabalhadores rurais no Brasil.

Em memória do colega Ribamar Francisco dos Santos, o 'Riba', tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, assassinado em 02 de fevereiro de 2004, na porta de sua casa, no município.

AGRADECIMENTOS

Ao amigo Airton dos Reis Pereira, profissional da CPT de Marabá, que me indicou para ser contratado pela Copserviços, em 2002 e contribuiu com a realização desta pesquisa.

À Luciana Moreira dos Reis, colega da Copserviços que me ajudou na literatura para elaboração do pré-projeto de pesquisa enviado para a seleção dos candidatos a mestrado.

À professora e orientadora France M. G. Coelho, por acreditar em meu tema de pesquisa, por conceber a Extensão Rural de uma forma da qual eu compartilho e pela relação de confiança mútua que tivemos no decorrer deste trabalho.

Aos agricultores(as) entrevistados nos projetos de assentamentos, pela valiosa disposição em dar seus depoimentos, contribuindo para a realização desta investigação.

Aos colegas e amigos(as) da Copserviços, que participaram da pesquisa de campo e contribuíram decisivamente para a realização deste trabalho, acreditando em possíveis resultados decorrentes de sua conclusão.

Ao técnico representante do INCRA, por sua disposição em conceder a entrevista e contribuir com o trabalho.

Ao co-orientador Marcelo Miná, pela experiência com o tema desta pesquisa e pelas valiosas contribuições para a elaboração deste trabalho.

Ao co-orientador Alberto Jones, pela amizade, pelas reflexões sobre o mundo, sobre a vida e pela parceria acadêmica na disciplina ‘Sociologia Rural’.

Aos colegas e amigos(as) da turma de Extensão Rural 2006, pela parceria, amizade, companheirismo e cumplicidade nos momentos de trabalho e também nos vários momentos não-acadêmicos ao longo de quatro semestres.

Aos professores das disciplinas que cursei e aos que participaram do seminário e das bancas, por suas contribuições e pelo conhecimento por mim apreendido.

Aos funcionários do departamento, pela relação cordial com os alunos.

Ao amigo Ricardo Latini, pelas conversas informais sobre meu trabalho e pelo apoio na confecção dos mapas.

Ao amigo Felipe Pinho e à amiga Alexandra Santos, pelo apoio material e técnico na confecção da dissertação.

Ao departamento de Economia Rural, pelo apoio a este trabalho.

À CAPES, pela concessão de bolsa, sem a qual dificilmente poderia dedicar-me à execução desta pesquisa

Agradeço a DEUS, pela presença de Jesus Cristo, por me colocar os caminhos a percorrer e por me acompanhar no decorrer de suas trajetórias.

BIOGRAFIA

Jaime Rodrigo da Silva Miranda, filho de Maria Lúcia da Silva Miranda e Geraldo Miranda, nasceu em 24 de maio de 1973, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Foi iniciado na escola aos três anos de idade, permanecendo em Belo Horizonte até 1989. No ano de 1990 residiu em Maceió-AL, retornando a Belo Horizonte no ano seguinte, onde concluiu o segundo grau (atual ensino médio).

Iniciou a graduação em Zootecnia na Universidade Federal de Viçosa em março de 1994, formando-se em março de 2001.

Em 1999, participou da elaboração e execução de um projeto para melhoria das condições de vida e de trabalho de 41 famílias que moravam à beira de um lixão, no município de Arcoverde, estado de Pernambuco.

Após formar-se, trabalhou em uma fazenda do município de Pitangui-MG, atuando na identificação, classificação e manejo de 301 animais distribuídos em 40 espécies, dentre silvestres e selvagens da fauna brasileira e estrangeira, pertencentes a um criatório instalado na propriedade.

Com a conclusão deste trabalho, voltou a Viçosa por um período de cinco meses, trabalhando como construtor de instrumentos musicais de percussão.

Em 2002, foi trabalhar no processo de reforma agrária do sudeste do Pará, atuando como extensionista em projetos de assentamento de 16 municípios da região, pela Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços) do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, onde permaneceu até janeiro de 2006.

Ingressou no Programa de Mestrado em Extensão Rural em maio de 2006, concluindo em julho de 2008.

ÍNDICE

	RESUMO.....	x
	ABSTRACT.....	xii
1	INTRODUÇÃO.....	1
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	5
3	PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	13
4	OBJETIVOS.....	20
5	REVISÃO CONCEITUAL.....	21
5.1	Assistência técnica, orientação técnica e assessoria.....	21
5.2	Instituição social e organização social.....	25
5.3	Estado e o Movimento Social.....	28
5.4	Estado e democracia.....	30
6	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	37
6.1	Justificativas e estratégias de coleta de informações.....	37
6.2	Relato do trabalho de campo.....	41
6.3	Sobre a análise, interpretação e sistematização das informações.....	49
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	50
7.1	Os agricultores e a ATES da Copserviços.....	51
7.2	Análise dos técnicos extensionistas sobre o serviço de ATES.....	89
7.3	Análise da ATES pelos coordenadores da Copserviços.....	116
7.4	Análise da ATES pelo gestor do INCRA.....	123
	INTERPRETAÇÃO DO SENTIDO ATRIBUÍDO À ATES À LUZ DAS	
8	DIRETRIZES OFICIAIS.....	131
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
10	BIBLIOGRAFIA.....	140
11	ANEXOS.....	143

LISTA DE SIGLAS

ARCASU -	Agência Regional de Comercialização do Sul
ATES -	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BASA -	Banco da Amazônia S/A.
CAT -	Centro Agroambiental do Tocantins
CEB -	Comunidades Eclesiais de Base
CEPASP -	Centro de Ensino, Pesquisa e Assessoria Sindical e Política
CMDRS -	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COMFAMA -	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá
CONDRAF -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG -	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOCAT -	Cooperativa Camponesa do Araguaia–Tocantins
COPSERVIÇOS -	Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
DAP -	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DATER -	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EFA -	Escola Familiar Agrícola
EMATER -	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FATA -	Fundação Agrária Tocantins-Araguaia
FECAT -	Federação das Cooperativas do Araguaia-Tocantins
FETAGRI -	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FNO-ESPECIAL -	Fundo Constitucional do Norte- Especial
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LASAT -	Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins
MDA -	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST -	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR -	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
PA -	Projeto de Assentamento
PDA -	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PEA -	Projeto de Exploração Anual
PNATER -	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRA -	Plano de Recuperação do Assentamento

PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA -	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SAF -	Secretaria de Agricultura Familiar
SESI -	Serviço Social da Indústria
SIPRA -	Sistema de Informações para a Reforma Agrária
SR 27 -	Superintendência Regional - 27
STR -	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UEPA -	Universidade do Estado do Pará
UFPA -	Universidade Federal do Pará

RESUMO

MIRANDA, Jaime Rodrigo da Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2008.
A Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): a Copserviços no Sudeste do Pará. Orientadora: France Maria Gontijo Coelho. Co-Orientadores: Alberto da Silva Jones e Marcelo Miná Dias.

Nesta dissertação é apresentada uma análise do Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) em sua implementação no Sudeste do Pará pela Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços), instituição criada em 1998 pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Esse serviço, fundado em 2004 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é específico para as comunidades residentes em projetos de assentamento, estando vinculado à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), uma política pública que demarcou, em 2003, as diretrizes de um sistema nacional de extensão rural. Aqui é analisada a atuação da Copserviços, instituição que acumula nove anos de experiência de assessoria junto a assentamentos, distribuídos em 16 municípios no sudeste paraense, região marcada pela precariedade quanto à infra-estrutura nas comunidades rurais e por intensos conflitos e violência decorrentes da disputa pela terra. O objetivo geral desta pesquisa foi registrar e interpretar a prática cotidiana dos extensionistas da Copserviços, com base no sentido atribuído pelos diversos atores envolvidos no processo. Assim, buscou-se correlacionar essas visões com as diretrizes oficiais do Serviço de ATES, a fim de se identificar os limites à institucionalização desse tipo de extensão rural para assentamentos de reforma agrária. Foram realizados os seguintes procedimentos para coleta de informações: entrevistas semi-estruturadas com 20 agricultores de quatro assentamentos ligados ao movimento social; debate em grupo focal com quatro equipes de campo, envolvendo 14 técnicos da instituição, e, finalmente, entrevistas semi-estruturadas com coordenadores da cooperativa e com um técnico representante do setor de ATES do INCRA de Marabá-PA. A partir dos debates, pôde-se evidenciar o entendimento dos entrevistados a respeito das limitações e das potencialidades encontradas na implementação prática dos serviços e discutir as perspectivas do arranjo institucional entre Estado e entidade não-estatal na execução desse processo, de forma a garantir o alcance dos objetivos preconizados pelas diretrizes políticas. Foi possível concluir que uma série de dificuldades vem limitando a efetividade de implementação da ATES. Dentre elas, destacam-se: a descontinuidade no repasse dos recursos federais para a

prestadora do serviço; a precariedade das condições de trabalho dos técnicos (apenas um técnico para cada 100 famílias numa área com enorme dispersão geográfica dos agricultores assentados); as dificuldades locais para efetivação de propostas agroecológicas; a deficiente formação acadêmica dos profissionais extensionistas para atuarem na dinâmica da agricultura familiar. Por outro lado, pôde-se evidenciar, também, a importância desse trabalho de assessoria para os agricultores familiares. Mesmo com a precariedade identificada, o Serviço de ATES executado pela Copserviços é capaz de responder a algumas demandas dos agricultores em razão de um tipo de “extensionismo militante e solidário”, que tem se colocado como componente importante na realização das melhorias das condições de trabalho e de vida de centenas de famílias. Contudo, a ATES se configura como um serviço institucionalmente regulado na forma de contratos temporários, sujeitando-o a uma série de fragilidades que, ao longo dos anos, vem reduzindo possibilidades de propiciar, de fato, esperadas transformações no meio rural como permitem vislumbrar as propostas e diretrizes do texto oficial. O presente estudo indica a necessidade de discutir a articulação de políticas públicas e arranjos institucionais para que o Serviço de ATES se torne um direito dos agricultores assentados e não apenas um serviço, que pode ser prestado ao não, sujeito a contingências políticas e instabilidades administrativas.

ABSTRACT

MIRANDA, Jaime Rodrigo da Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July of 2008.

Technical, Social and Environmental Assessing to the Agrarian Reform: Copserviços in the Southeast of Pará. Adviser: France Maria Gontijo Coelho. Co-Advisers: Alberto da Silva Jones and Marcelo Miná Dias.

This thesis presents a study about Service of Technical, Social, and Environmental Assistance to the Agrarian Reform (*ATES*) in its implantation in the Southeast of Pará (Brazil) by *Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços)*, an institution created in 1998 by the Rural Workers Social Movement. This service was founded in 2004 by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (*INCRA*), and it is specific for the resident communities of rural settlement projects. It is associated to the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension (*PNATER*), a public policy which demarcated the guidelines of the national system of rural extension in 2003. In this work, we analyze the performance of *Copserviços*, an institution with almost nine years of experience in assistance for settlements distributed in 16 cities in the Southeast of Pará, an area reached by precarious infrastructure in the rural communities and for intense conflicts and violence resulting from current of the dispute for land. The general goal of this research was to register and interpret the daily practice of the agents of development of *Copserviços*, based on the sense attributed by the several social actors involved in the process. For so, we correlated those visions with the official guidelines of Services of *ATES*, in order to identify the limits to the institutionalization of this type of rural extension for settlements of agrarian reform. The following procedures were accomplished for collection of information: semi-structured interviews with 20 farmers of four settlements linked to the social movement, debates in focal group with four field teams, involving 14 technicians of the institution. Finally, semi-structured interviews with coordinators of the cooperative and with a representative technician of *ATES* of *INCRA* from Marabá-PA. From the debates the interviewees' understanding regarding the limitations and the potentialities found in the practical implantation of the services could be evidenced. It was also possible to discuss the perspectives of the institutional arrangement between State and no-state entity in the execution of that process, in way to guarantee the reach of the goals proposed by the political guidelines. It was possible to conclude that several difficulties have been limiting the effective implantation of *ATES*. Among them, it stands out: the break in is reviews of the federal resources for the service providing; the precarious conditions of the technicians' work (only one technician for each 100 families in an area with enormous

geographical dispersion of settled farmers); the local difficulties for carrying out agroecological proposals; the poor academic formation of the agents of development to act in the dynamics of the family agriculture. On the other hand, it could be also evidenced the importance of assistance work for the family farmers. Even with the identified precarity, the Service of ATES executed by Copserviços is capable to attend some demands of farmers considering the type of "militant and solidary extensionism", that has been placing as an important component in the accomplishment of the improvements of the work and life conditions of hundreds of families. However, ATES is configured as a service institutionally regulated in the form of temporary contracts, submitting the agent to a series of fragilities that, along the years, has been reducing possibilities to propitiate expected transformations in the rural side as they allow to shimmer the proposals and guidelines of the official text. The present study indicates the need to discuss the articulation of public policies and institutional arrangements so that the Service of ATES become a right of the settled farmers and not only a service, that can be provided or not, submitted to political contingencies and administrative instabilities.

1 - INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa foi motivada por uma grata experiência profissional que vivenciei durante quatro anos, trabalhando como extensionista agente de desenvolvimento rural em áreas de projetos de assentamento (PA) da região sudeste do Pará.

Formado em Zootecnia em 2001, trabalhei de 2002 a 2006 para a execução e o desenvolvimento do processo de reforma agrária na região, por meio de uma cooperativa vinculada a um movimento social envolvido na luta em defesa dos interesses de trabalhadores rurais assentados ligados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Assim, atuei pela Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços), instituição criada em 1998 pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) do sudeste paraense. A cooperativa surgiu, em princípio, para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural a áreas de assentamento ligadas ao movimento.

O movimento ao qual aqui se refere é composto por uma rede de instituições formada pelas associações representativas de assentamentos, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), a Fundação Agrária Tocantins-Araguaia (FATA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro de Ensino, Pesquisa e Assessoria Sindical e Política (CEPASP), a Agência Regional de Comercialização do Sul (ARCASU), a Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá (COMFAMA), a Federação das Cooperativas do Araguaia-Tocantins (FECAT), a Escola Família Agrícola de Marabá (EFA), o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT) e a Copserviços, todas envolvidas de alguma forma na luta pela consolidação do processo de reforma agrária na região.

Para maior esclarecimento a respeito da relação da cooperativa com os STR, ressalta-se que, apesar da maioria do quadro de cooperados ser composta por técnicos profissionais vindos de várias áreas de conhecimento, principalmente das ciências agrárias, dela também fazem parte alguns agricultores sindicalistas, que contribuíram para a fundação e seu desenvolvimento. Esses sindicalistas não trabalhavam diretamente com os serviços da prestadora, mas participavam das discussões de interesse da entidade. Assim, eram frequentes os encontros entre representantes da Copserviços e dos STR para discussão sobre as demandas de trabalho, as propostas de atuação nos assentamentos e as questões relativas ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e ao processo de à reforma agrária na região.

A relação institucional que orienta a proposição e desenvolvimento das ações do movimento estrutura-se basicamente pela ligação das associações dos assentamentos com os

STR de seus municípios, sendo estes filiados à FETAGRI Regional Sudeste, que por sua vez, em instância federal, é vinculada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A Copserviços, a CPT e as outras entidades interagem nesta estrutura, compondo o que é denominado movimento social na região.

Este trabalho pretende, assim, problematizar a implementação prática do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) em assentamentos rurais da região, através da análise da atuação da Copserviços, instituição não-estatal conveniada com a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – SR 27) do município de Marabá - PA.

O serviço de ATES, criado em 2004 pelo INCRA, é normatizado em um documento que estabelece critérios e procedimentos de um sistema nacional de prestação de serviços de extensão rural específico às comunidades residentes em projetos de assentamento¹. Nos processos de intervenção, outras demandas (como as de natureza “social” e “ambiental”) despontam nesta proposta de assessoria como uma nova perspectiva de extensão rural para assentamentos, posto que os trabalhos devem ir desde questões técnicas da produção agrícola até outros aspectos da sociabilidade e sustentabilidade, o que lança grandes expectativas sobre a atuação dos extensionistas, como destaca DIAS (2004).

Essa cooperativa executa, há nove anos, serviços de assessoria às comunidades rurais e assentamentos. Na época da pesquisa, ela atuava em oitenta e seis projetos de assentamento (PA) conveniados com o INCRA, totalizando 9.761 famílias a serem diretamente atendidas, distribuídos em dezesseis municípios da região. Além das áreas conveniadas, a entidade atendia outros setenta e um projetos de assentamentos que não fazem parte do convênio com o INCRA.

O serviço de ATES é considerado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) um importante instrumento para significativas transformações nos assentamentos rurais e, conseqüentemente, no meio rural brasileiro. Nesse contexto de políticas públicas, um estudo de caso permitiria, assim, analisar e interpretar algumas questões a respeito da efetividade na implementação desses serviços, na condição de instituição ligada a um movimento social.

Em razão da experiência profissional do autor, ao se propor identificar limitações, dificuldades e potencialidades para se alcançar os objetivos propostos pelo INCRA e MDA,

¹ Sobre a concepção, objetivos e procedimentos operacionais referentes ao Serviço de ATES, ver BRASIL, MDA/INCRA. Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. Ordem de Serviço INCRA/SD/Nº 02. Brasília: MDA, 2004.

coloca-se em discussão algumas implicações desse arranjo institucional que vincula Estado e instituição não-estatal na execução de um serviço. Como a ATES foi criada em 2004, não existem ainda muitos trabalhos científicos sobre sua efetividade, principalmente em se tratando do sudeste paraense, região marcada pela precariedade estrutural da maioria dos assentamentos e pela violência decorrente das questões fundiárias entre agricultores familiares e latifundiários.

No Brasil, atualmente, tanto a ATES, criada pelo INCRA, quanto a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída e coordenada pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), do MDA, refletem a tentativa de uma nova concepção de intervenção no meio rural por parte do Estado.

Através do conteúdo material dos documentos que normatizam a política pública e os serviços de ATES, percebe-se que o MDA sugere haver, por parte do Estado, uma nova postura política, mais aberta à participação, considerando que o Brasil

“... vive um momento ímpar na sua história, um momento de consolidação de um governo democrático e popular que abre o caminho para a participação e o controle social sobre as políticas públicas, de modo que se estabeleçam possibilidades concretas para que o aparato estatal e os serviços públicos em geral fiquem à disposição da população, particularmente daqueles segmentos até então aliados do processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2004, p.3).

A nova Extensão Rural a ser implementada vem

“... constituindo-se num instrumento do Estado capaz de apoiar e reestruturação e de dinamizar as organizações que atuam no setor, estabelecendo novas institucionalidades, mais adequadas às demandas e realidades do meio rural” (CAPORAL & RAMOS, 1996, p. 5).

Esse discurso demonstra a auto-afirmação positiva por parte do Estado em relação à sua intervenção no meio rural. O papel atribuído às instâncias governamentais, com vistas nas transformações do espaço rural por meio de serviços de extensão prestados por instituições estatais e não-estatais, é uma estratégia política que permite maior agilidade e flexibilidade diante das pressões de grupos e de movimentos sociais em defesa dos interesses de populações historicamente menos favorecidas no país. Esse modelo configura um arranjo institucional que tem por objetivo a publicização e a efetivação de um serviço.

Assim, acredita-se que se faz necessário melhor visualizar a dinâmica cotidiana da ATES para uma avaliação dos serviços e a compreensão de seus limites e potencialidades. Se,

por um lado, é relevante o número e o crescimento dos projetos de assentamento na região, por outro percebem-se grandes dificuldades em relação à melhoria das condições sociais, estruturais e econômicas das famílias e das comunidades assentadas. Nessas condições sócio-históricas, discutir os papéis desempenhados pelo Estado e por outros agentes, como a Copserviços, pode sinalizar a adequação, ou não, de algumas propostas de desenvolvimento que têm apoiado o fortalecimento da agricultura familiar, com vistas na sustentabilidade ambiental e na garantia dos direitos de cidadania.

2 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A região sudeste e sul do estado do Pará, norte do Brasil, apresenta o maior número de projetos de assentamento (PA) do país, com 473 sob a jurisdição da Superintendência Regional do INCRA – (SR-27)², que tem sua sede no município de Marabá, cidade com o maior número de habitantes da região.³

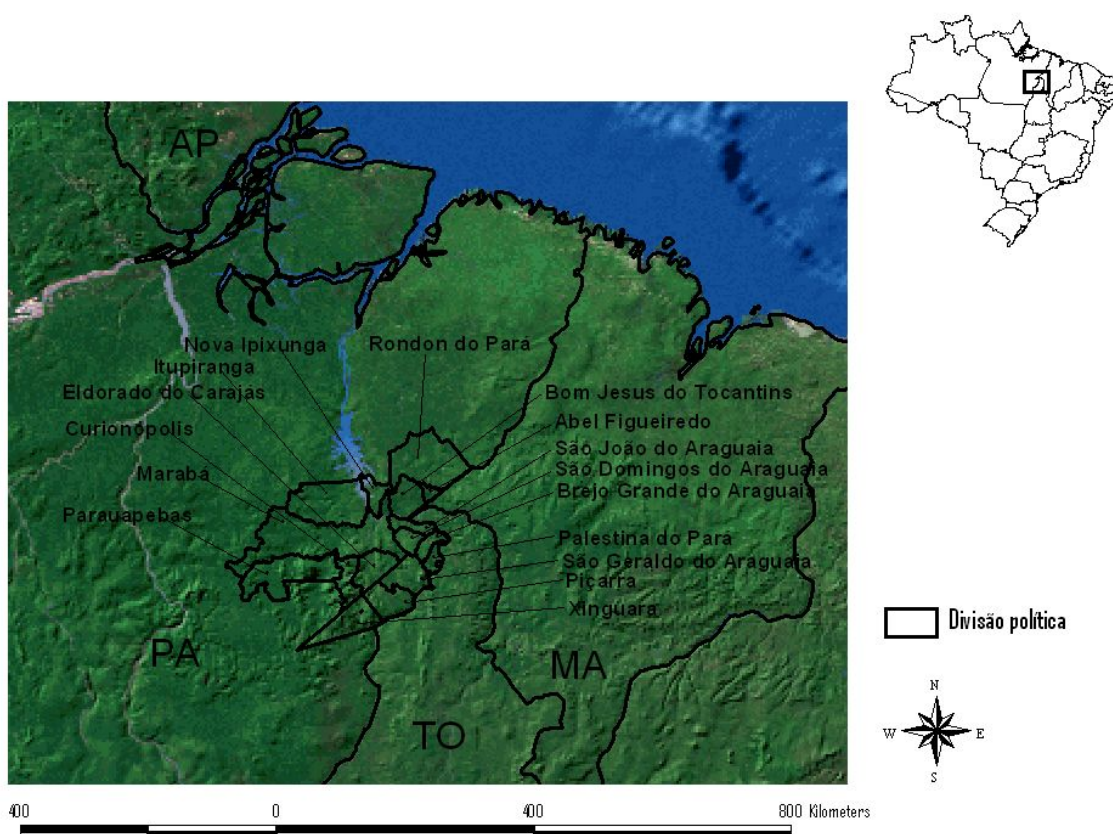


Figura 1: Municípios com atuação da Copserviços, sudeste do Pará, 2008.

² Informações obtidas através do Sistema de Informação para Reforma Agrária (SIPRA), do INCRA – SR 27.

³ Entende-se região como PEREIRA (2004): “uma construção social a partir dos enfrentamentos históricos entre atores sociais, bem como entre diferentes projetos de sociedade, podendo ou não coincidir com as fronteiras politicamente estabelecidas” (p.31). Assim, o que está sendo considerado como região sudeste do Pará aqui é o que contempla a abrangência de atuação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Regional Sudeste, com 16 municípios: Marabá, Itupiranga, Eldorado do Carajás, Parauapebas, Nova Ipixuna, Rondon do Pará, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Xinguara, Brejo Grande do Araguaia, Curionópolis, Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo, Palestina do Pará.

Segundo HÉBETTE (2004), as primeiras ocupações da região surgiram no fim do séc. XIX com a exploração de pedras preciosas, expansão da pecuária, extração de látex e posteriormente da castanha do Pará.

A partir da década de 1960 iniciou-se a implantação de infra-estruturas rodoviárias que ligariam a região a outras partes do país⁴. A construção dessas rodovias foi uma estratégia da política do Governo Militar para efetivar a ocupação agrícola da região norte. Na década de 1970, intensificou-se a disputa por terras mediante a abertura da rodovia Transamazônica e mediante o início da exploração mineral na Serra dos Carajás.

De acordo com HÉBETTE (*Idem*), os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) foram criados pelo INCRA, que, por sua vez, é instalado na região, também, nessa mesma época:

“... a organização camponesa formal nasceu na região na época da colonização oficial; foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que, na época, período de ditadura, criou os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais; o que quer dizer que eles nasceram amordaçados (p. 70).

Em São João do Araguaia, em 1974, surgiu o primeiro sindicato, o “pioneiro”. Na sequência vieram o de Itupiranga, em 1979, o de Jacundá no início dos anos 80 e o de Marabá no final dessa década.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, os sindicatos foram surgindo e se constituindo com trabalhadores migrantes em busca de terra. A instituição sindical surgiu em meio a disputas por terras que ocorriam à revelia do controle do Estado. Daí porque a política de criação de sindicatos como forma de controle político e social, de tutela de conflitos, cabendo ao INCRA essa função.

Contudo, a partir de meados dos anos 80, esses trabalhadores passaram a ter importante apoio de organizações religiosas como a Igreja Católica, via Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e outras instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esse apoio deu nova face ao movimento com o início de ações de resistência e de ocupações de castanhais e fazendas. Dessa forma, os agricultores também partiram para a conquista da direção dos sindicatos. Além disso, também houve incentivo para a criação de um Centro de Ensino, Pesquisa e Assessoria Sindical e Política (CEPASP).

⁴ Belém-Brasília foi aberta em 1950; Transamazônica chega a Marabá em 1972; a PA 150, que liga Belém a Marabá foi construída entre 1975 e 1980.

Nesse cenário de disputas e com o fim da ditadura militar, em meados dos anos 1980, despontaram lideranças camponesas que assumiram a direção sindical e resgataram a legitimidade e a representatividade do sindicalismo de contestação dos trabalhadores rurais.

Durante o Regime Militar, a zona rural da região era contemplada com uma política assistencialista que se fazia por meio de pequenos projetos que se definiam como sendo voltados para a melhoria de vida da população rural. Mesmo que esses projetos contassem com apoio de organizações não-governamentais e de igrejas, essa política assistencialista confrontava-se com as idéias do sindicalismo de esquerda que surgia.

Ainda de acordo com HÉBETTE (*Idem*), as CEBs e os STRs assessoravam os agricultores nas questões políticas. Entretanto, isso não se traduzia na sonhada melhoria de vida, pois o processo de comercialização dos produtos não correspondia às expectativas que acompanhavam os agricultores desde sua chegada e no decorrer da disputa pela terra.

Fazia-se necessário juntar à luta pela terra, a luta pela produção e comercialização. Nesse contexto, surgiu, então, a idéia de um programa para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Em 1985 foi criado o Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), idealizado pelo líder do STR de São João do Araguaia, por um pesquisador religioso, um militante da CPT e um engenheiro agrônomo. Essa proposta contou com a participação direta dos membros do Movimento Sindical através dos quatro STRs criados até então. Dessa articulação resultou a criação da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA). Foi introduzido no programa o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), órgão de pesquisa-desenvolvimento que desenvolve trabalhos em parceria com o movimento sindical. A coordenação do programa ocorreu por meio da articulação FATA-LASAT, com participação dos associados dos quatro sindicatos membros. Posteriormente, para implementação da proposta foi criada a Cooperativa Camponesa do Araguaia–Tocantins (COOCAT), para atuar no processo de comercialização de produtos. Assim, na forma de um programa junto a quatro STRs, em 1988, teve início a proposta.

“... O Programa de Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) nasceu dentro desse processo todo de lutas, de discussões, de mobilizações, de interação entre lavradores e pesquisadores, associações, sindicatos e entidades de apoio” (HÉBETTE, 2004, p.85).

Nesse processo, foi se instituindo uma relação de parceria entre várias instituições que caracteriza, até hoje, a rede de articulação organizativa do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais da região.

Essas parcerias permitem a presença de sindicalistas em reuniões, seminários e assembleias onde são discutidos temas de interesse dos trabalhadores, sejam eles relativos às estratégias políticas ou técnicas. Assim, desde essa época, são comuns debates, treinamentos acerca de atividades agrícolas (ações-teste), atividades de formação e intercâmbios.

A pauta que orientou a ação do Movimento Sindical, com o apoio da fundação (FATA), focou não só a luta pela permanência na terra, mas os desafios organizativos dos trabalhadores, como a criação da regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) - abrangendo dezoito municípios - e a representação política em órgãos como os conselhos municipais.

Na década de 1990, de acordo com ASSIS & SILVA (2003), as populações rurais encontravam-se em péssimas condições de vida e precária infra-estrutura, além de carentes quanto à políticas de crédito e assistência técnica. Essa constatação das carências e das possibilidades estimulou a realização de acampamentos em órgãos públicos a fim de reivindicar melhorias nesse sentido. Ações como essas, realizadas pelo Movimento Sindical expunha mais claramente a situação à sociedade, legitimando as reivindicações ao tornar visíveis seus motivos.

Em meados dos anos 90, o Movimento organizou uma série de manifestações de protesto em busca de benefícios para os agricultores familiares. Nessa época foi criada a linha de crédito Fundo Constitucional do Norte-Especial (FNO-Especial). Esse foi um crédito financiado pelo Banco da Amazônia S/A (BASA) e elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Contudo, muitos agricultores e lideranças do movimento avaliaram que os projetos não tiveram o resultado esperado. Isso porque, entre outros aspectos, os técnicos da empresa estatal não observaram com atenção a realidade produtiva dos colonos beneficiados pois, na concepção técnica dos projetos, estavam demasiadamente influenciados pelos pacotes da “revolução verde”. Ainda hoje, no sudeste paraense vários agricultores estão endividados com os projetos do FNO-Especial.⁵

Na mesma época do fracasso do FNO, também ocorreu o desmantelamento das redes de extensão rural, durante o auge das políticas do Estado mínimo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Assim, o insucesso do FNO, em nível local, tornou-se um marco de referência que evidenciou a necessidade de um serviço de assistência técnica diferenciado daquele que vinha sendo oferecido pelo Estado na região.

⁵ Informação obtida em pesquisa de campo realizada pela Copserviços para elaboração de 24 Planos de Desenvolvimento de Assentamentos do sudeste do Pará, em 2003. Sobre a situação do endividamento dos agricultores com o FNO- Especial, ver MATOS; MIRANDA; MORAES; SOUSA; TAVARES (2003).

Em 1996, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (PRONAF)⁶. O Movimento Sindical, por meio de apoio aos acampamentos e manifestações públicas conseguiu estabelecer um diálogo regional entre Governo Federal e entidades ligadas à agricultura familiar do Pará. A partir de então, foram criadas comissões de avaliação e redirecionamento da linha de crédito Pronaf. Este ajuste ocorreu devido à percepção de que a visão tradicional da pesquisa agropecuária e da extensão rural não considerava o conhecimento dos colonos nos processos de intervenção, o que limitava a ação técnica envolvida neste contexto regional.

Assim, a partir de pressões de vários movimentos pela reforma agrária, não só no Pará, mas pelo Brasil, o Governo Federal implantou o Projeto Lumiar⁷ em 1997. Esse projeto visou promover uma assistência técnica mais qualificada às áreas de assentamento, superar a visão produtivista e comprometer a assistência técnica com a sustentabilidade e aumento da qualidade de vida das famílias assentadas.

Segundo DIAS (2004), no final dos anos 90, havia uma conjuntura política favorável à promoção da reforma agrária, com a opinião pública favorável à sua realização e às iniciativas de movimentos sociais, particularmente o MST. A pressão política desses movimentos e a repercussão internacional dos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás⁸ promoveram uma reação governamental na tentativa de recuperar a iniciativa nas ações de reforma agrária. Nesse contexto, o projeto Lumiar surgiu como um programa emergencial que tinha a proposta de descentralizar os serviços de assistência técnica aos agricultores assentados. O programa estabelecia um aparato institucional que possibilitava que os próprios agricultores, por meio de suas organizações, indicassem as entidades a serem contratadas para a prestação de serviços.

“... Na prática, tratava-se de uma terceirização dos serviços de assistência técnica para os assentamentos, em um contexto, como vimos, de crescente mobilização e pressão dos movimentos sociais em prol de ações de reforma agrária...” (DIAS, *Idem*, p. 526)

Em fevereiro de 1998, o CEPASP entrou como entidade indicada pelo Movimento Sindical no Projeto Lumiar. Atuou, inicialmente, em três projetos de assentamento da região

⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Governo Federal – Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Brasília, junho, 1996, 37p.

⁷ Uma análise do Projeto Lumiar pode ser encontrada em DIAS (2004).

⁸ O primeiro massacre ocorreu na cidade de Corumbiara, estado de Rondônia, onde 10 trabalhadores rurais de um acampamento do MST foram assassinados pela Polícia Militar, em 1995. O segundo massacre ocorreu na cidade de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 19 trabalhadores rurais ligados ao MST foram assassinados pela Polícia Militar durante um protesto do movimento social, em 1996.

(assentamentos Paulo Fonteles, Veneza e Gameleira), sendo que mais tarde foi incluído o projeto de assentamento São Francisco.

Nesse contexto de expectativas criadas pelo Lumiar, em 13 de novembro de 1998 foi criada a Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços). O seu objetivo era realizar o serviço de assistência técnica e extensão rural nos projetos de assentamento ligados ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e definia-se como uma organização não governamental e sem fins lucrativos.

As principais lideranças do Movimento Sindical percebiam, então, a necessidade de se criar uma instituição que unificasse os trabalhos de assistência técnica aos agricultores assentados. Essa foi a estratégia definida como forma para ampliar o acesso das famílias a esse serviço, na medida em que era crescente a demanda dos novos assentamentos que surgiam e que se ligavam aos sindicatos. Como a cooperativa nasceu do Movimento Sindical, ela caracteriza-se pelo que se poderia chamar de cooperativismo militante, pois incorpora uma concepção de assessoria voltada para a luta pela reforma agrária e para o fortalecimento da agricultura familiar na região. A maioria dos técnicos do CEPASP e que trabalharam no Projeto Lumiar veio integrar o quadro profissional da cooperativa, após sua fundação.

Assim, por razão de origem, é comum entre seus técnicos considerar como ponto de partida as características próprias da agricultura familiar em toda sua esfera social, política, ambiental e econômica. Esta concepção foi instituída desde a proposta original, desde a fundação.

A Copserviços foi, a princípio, instalada em uma sala da sede da FETAGRI em Marabá. Desde então os técnicos começaram a buscar meios de iniciar seus trabalhos, como a elaboração dos primeiros projetos da linha de crédito Pronaf A⁹ para alguns agricultores. Naquela época, a equipe multidisciplinar inicial era formada por Técnicos em Agropecuária, por um Engenheiro Agrônomo, um Engenheiro Florestal, uma Assistente Social, um Administrador de Empresa, uma Geógrafa e um Filósofo e Mestre em Agronomia Tropical, Extensão Rural e Organização Profissional Agrícola. Uma árdua aprendizagem se seguiu que fundia o desejo de fazer diferente dentro de um espaço regulado por normas externamente definidas.

No ano de 2000, surgiu o primeiro grande desafio de trabalho na elaboração de 96 projetos Pronaf A no PA Benfica, município de Itupiranga, financiados pelo Banco da

⁹ O Pronaf A é uma linha de crédito específica para agricultores assentados que financia atividades produtivas. Uma descrição resumida do processo de elaboração de projetos da linha Pronaf A pela Copserviços é apresentada no capítulo 7.

Amazônia. Já no ano seguinte, a entidade elaborou cerca de 800 projetos Pronaf A, além de realizar a pesquisa de campo para o Sistema de Informação para Reforma Agrária (SIPRA), em convênio com o INCRA SR- 27. Dessa forma, a cooperativa começava a se tornar importante instrumento para ampliação do acesso dos agricultores ao crédito produtivo na região.

Ainda em 2001, veio o primeiro convênio com o INCRA para elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) de 31 PAs. O PDA consiste no primeiro trabalho a ser realizado na fase de implantação de um projeto de assentamento¹⁰. Apesar do pouco tempo de fundação e do pouco tempo de adaptação dos técnicos em Marabá, a cooperativa elaborou seus primeiros projetos com presteza.

Parte dos técnicos veio de outros estados como Ceará, Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, e alguns eram recém-chegados na região e recém-formados. Outros técnicos possuíam maior experiência em realizar os serviços de assessoria por terem trabalhado no projeto Lumiar.

Os profissionais realizaram pesquisa sobre a demanda dos agricultores em relação às atividades financiadas pelo Pronaf e a apresentou ao Banco da Amazônia (BASA). De acordo com ASSIS & SILVA (2003), houve negociação com o banco sobre índices técnicos de atividades produtivas e tentativa de diversificá-las por parte dos técnicos da cooperativa, a fim de que os projetos pudessem contemplar a realidade local da produção diversificada das famílias e não tendessem à especialização e monocultura. Se esse processo de elaboração fosse conduzido apenas com as expectativas dos técnicos do banco, teriam predominado financiamentos para gado bovino e plantios convencionais na região, como a banana e o côco. Nesse sentido, foram problematizados, também, o uso de insumos químicos nos projetos - até então defendido pelos técnicos do banco - e proposta sua substituição por adubos orgânicos.

Nota-se que essa concepção de intervenção junto aos projetos era coerente com a anterior forma de intervenção técnica defendida pelo movimento sindical, que propunha uma atuação diferenciada do que vinha sendo feito até então. Da forma como os projetos eram elaborados, as mudanças decorrentes tendiam à pecuarização; além disso, algumas atividades financiadas não se adequavam à rusticidade necessária para o desenvolvimento das mesmas nos lotes dos agricultores.

As demandas de trabalho da cooperativa foram aumentando de acordo com o aumento do número de PAs ligados ao Movimento Sindical. Segundo ASSIS & SILVA (*Idem*), em

¹⁰ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Norma de Execução INCRA N° 2, de 28/03/2001. Dos Procedimentos para Implantação dos Projetos.

1989 existiam **23** PAs registrados na região sul e sudeste do Pará. Em 1999, o número já era de **267**. Em 2007, este número era de **473**, segundo dados do SIPRA do INCRA, de Marabá. Estes números demonstram um aumento de 2.060 por cento na quantidade de projetos de assentamento criados na região num período de 19 anos. A criação de novos assentamentos é um dos resultados da pressão exercida pelo Movimento Sindical e de outros movimentos sociais junto ao Estado em prol de ações para a execução da reforma agrária.

Desde 2001, a Copserviços realiza os trabalhos em convênio com o INCRA SR-27. A execução dos serviços envolve principalmente a elaboração, implantação e acompanhamento dos PDAs e dos projetos Pronaf, além do planejamento, acompanhamento e apoio a iniciativas que de certa forma, visam beneficiar os assentamentos.

Com a criação do serviço de ATES em março de 2004, a Copserviços, nessa nova configuração, assinou novo convênio com o INCRA neste mesmo ano, pelo qual a instituição se comprometeu a prestar os serviços de ATES a 9.761 famílias, durante um período de três anos. É essa experiência que será aqui descrita e analisada para esclarecer seus limites e possibilidades.

3 – PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A cooperativa apresenta um quadro de 88 profissionais provenientes de vários estados brasileiros e com diversas áreas de formação. O trabalho desenvolvido pelos técnicos orienta-se por dois eixos principais, conforma o estatuto social e o regimento interno da entidade. O primeiro é o engajamento com o Movimento Sindical na luta pela reforma agrária, podendo ser considerado um trabalho de parceria e união em defesa dos interesses definidos no movimento. Num contexto de disputas e intensos conflitos entre sindicalistas e latifundiários, que tem resultado em assassinatos de vários trabalhadores rurais e lideranças sindicais nos últimos anos, configura-se um espaço de atuação profissional de altíssimo risco¹¹.

O segundo eixo, pelo qual surgiram as proposições desta pesquisa, é a prestação de serviços de ATES, institucionalmente estabelecidos pelo INCRA, do MDA¹². A cooperativa é a figura jurídica do movimento sindical que estabelece convênio com a Superintendência Regional do INCRA de Marabá. Nessa forma, a cooperativa de serviço vem atuando como agente de ATES orientando-se por um tipo de expectativa de desenvolvimento dos assentamentos, que tem por base princípios semelhantes aos que estão descritos nas “diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil”¹³, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), do MDA.

Como a Copserviços é uma entidade não-estatal, conveniada com o Governo Federal para exercer um serviço, seus técnicos vêm desempenhando papel de mediadores entre as comunidades assentadas e o Estado.

Atua junto a 157 projetos de assentamento (entre conveniados e não conveniados com o INCRA), distribuídos em 16 municípios do sudeste paraense. De acordo com lideranças locais, oficialmente tem responsabilidade de assessorar 9.761 famílias; contudo, pelo envolvimento com a rede do movimento sindical, os técnicos chegam, concretamente, a envolver-se com aproximadamente 11.500 famílias.

¹¹ Na edição nº 393, de 28 de novembro de 2005, a revista ÉPOCA, nas páginas 96, 98 e 101, apresenta nomes e fotos de trabalhadores e trabalhadoras ameaçados de morte no Pará, sendo que 11 destas pessoas são ligadas ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do sudeste do Estado.

¹² Os serviços de ATES serão administrados em estrita observância às diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) do MDA, segundo o conteúdo do documento que regulariza os serviços. Para maior entendimento das relações entre os serviços de ATES e a PNATER, ver DIAS (2004).

¹³ BRASIL, MDA/CONDRAF. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA, 2006.



Figura 2: Imagem da fachada da Copserviços e de seis técnicos da instituição, no ano de 2004.

A concepção de atuação dos técnicos da Copserviços foi reforçada a partir de 2004, ano da criação do serviço de ATES, pelo qual o extensionista deve ser orientado a considerar as dimensões sociais e ambientais envolvidas no meio rural em que está inserido e não priorizar apenas a dimensão produtiva e econômica que marcou o modelo histórico de ação extensionista no Brasil.

A partir desse momento torna-se evidente para a Copserviços certa congruência entre os princípios que orientavam suas ações e as diretrizes políticas nacionais de ATES. Sua concepção teórica e metodológica alinha-se com as diretrizes governamentais, pois, desde sua fundação, os trabalhos eram direcionados para o fortalecimento da agricultura familiar como pilar do desenvolvimento rural e sempre se buscou pautar demandas sociais, econômicas, políticas e ambientais, além das propriamente técnicas, em razão do contexto de espaço social de lutas sociais.

Os técnicos atuam diretamente nos assentamentos, onde, na convivência e estadia com as famílias, executam suas atividades de assessoria e orientação técnica. A interação vai se fazendo por meio de vários trabalhos, como a elaboração, implantação e acompanhamento de projetos produtivos financiados por linhas de crédito do Pronaf, tais como Pronaf Floresta, Pronaf B, Pronaf C, Pronaf D e, principalmente, o Pronaf A, que é o crédito mais acessado pelos agricultores assentados na região. Além disso, esses técnicos coordenam os trabalhos de

elaboração e implantação dos Projetos de Exploração Anual (PEA), de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) e de Planos de Recuperação do Assentamento (PRA). Realizam também atividades para organização social das comunidades, processos de capacitação para os agricultores familiares, processos de educação ambiental, intervenções junto a Escolas Familiares Agrícolas (EFA), formação de grupos de jovens e de artesanato, trabalhos relacionados às questões de gênero. Atuam, ainda, em conselhos municipais, em atividades de mediação/intervenção junto a órgãos públicos para busca de benefícios e conquista de direitos para as populações assentadas, participando de fóruns de discussão de políticas públicas para a agricultura familiar e em manifestações contra a violência no campo tão freqüente na região.

Em resumo, esta é a prática desses profissionais que pode ser chamada de extensionismo militante, como explica MASSELLI (1998).

Para melhor apreender o contexto em que ocorre esta prática profissional, podem ser destacadas algumas situações problemáticas decorrentes de vários fatores, que se acredita serem determinantes de sua compreensão, quais sejam: o desenho institucional em que a cooperativa está inserida, as condições estruturais e físicas em que se encontram os assentamentos, as condições de operacionalização dos trabalhos dos técnicos, o contexto político em que ocorre a reforma agrária na região, as habilidades requeridas do extensionista de ATES, as funções e os compromissos de outras entidades envolvidas no processo de execução dos serviços.

Dentre os entraves surgidos das relações institucionais, pode-se citar, entre outros, a tensão entre o INCRA e a cooperativa, que, desde a criação do serviço, vem se refletindo em atraso no repasse de recursos o que, neste ano de 2008, tem gerado dificuldades estruturais e financeiras e descontinuidade nos serviços.

Além disso, a precariedade ou ausência de infra-estrutura básica nos assentamentos, como estradas, energia elétrica, saúde, educação, moradia, transporte, aumentam exponencialmente as dificuldades produtivas de cada lote. Muitas terras de reforma agrária apresentam características físicas (relevo acidentado, solos degradados, prévia degradação ambiental) que limitam as possibilidades de fácil definição da aptidão agrícola mais adequada. Mesmo se tratando de uma instituição ligada a movimentos sociais, são constantes os embates que envolvem dificuldades socio-organizacionais das comunidades assentadas.

A dimensão espacial e o isolamento é uma constante em áreas rurais de clima tropical úmido e ambiente de floresta amazônica. As condições das estradas e as grandes distâncias que marcam a localização dos assentamentos, diante da exigência oficial prevista na ATES de

no mínimo um técnico para 100 famílias, torna evidente um descompasso entre a norma e as condições de sua execução. Além disso, a convivência com a violência no cotidiano dos trabalhos tornam esse extensionismo militante uma peça chave para garantia de direitos sociais aos assentados.

A disputa por espaço de atuação também permite instalar questões éticas na relação da instituição com outras empresas e instituições similares que concorrem pela prestação dos serviços nas áreas filiadas ao Movimento Sindical. A esse desconforto somam-se divergências entre o perfil resultante da formação escolar profissional e o perfil exigido para os agentes de ATES na execução dos trabalhos. A grande demanda sobre a Copserviços inclui, ainda, a realização de trabalhos que competem a outras instituições, como por exemplo, elaborar documentos como a Declaração de Aptidão ao Pronaf, (DAP), função de responsabilidade do INCRA.

Essa contextualização permite situar o problema desta pesquisa a partir da experiência prática daqueles que exercem um serviço criado pelo Governo Federal. Ao trabalhar numa entidade não-estatal como agentes de um modelo de desenvolvimento que, em princípio se orienta para a redução das desigualdades e inclusão social no espaço rural brasileiro, como é possível ser Estado sem ser? Como está sendo possível este arranjo institucional - que envolve o Estado e organizações não-estatais na promoção do desenvolvimento rural, via prestação de serviços – e quais suas implicações para a eficácia de implementação dos serviços de ATES? Como a prática cotidiana do extensionista da Copserviços vem acontecendo na implementação dos serviços de ATES no sudeste paraense? Quais os limites e potencialidades dessa prática para que as diretrizes e objetivos preconizados oficialmente através dos serviços de ATES sejam contemplados? Os serviços estão atendendo às expectativas dos beneficiários? Para uma cooperativa vinculada a uma rede institucional que articula Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e o Estado, quais são as possíveis implicações sobre a efetividade das políticas públicas? Os objetivos determinados no documento que normaliza os serviços de ATES são os mesmos pensados pelos técnicos e pelos agricultores? Em que sentido a formação (na escola e na militância) dos profissionais da Copserviços contribui para a efetividade dos serviços de ATES?

Destas questões, surgem algumas hipóteses que orientam a pesquisa. A precariedade de infra-estrutura social básica nos assentamentos e as condições de trabalho enfrentadas pelos técnicos constituem-se fatores limitantes para que os objetivos dos serviços de ATES sejam alcançados na região. As diferenças quanto às expectativas em torno dos serviços de ATES, na visão dos técnicos, na visão dos agricultores e no que está estabelecido na Norma

de Execução dos Serviços podem ser explicadas mais pelas difíceis condições infraestruturais e não em razão de diferenças políticas, metodológicas ou técnicas. Além disso, a forma com que se estabelece a parceria entre o INCRA e a Copserviços para a execução da ATES, por meio de convênios temporários, implica em limites de efetividade para a institucionalização desses serviços.

Na região sudeste do Pará, o chamado movimento social envolve, como visto anteriormente, a articulação de diversas instituições com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Esse movimento vem há mais de vinte anos lutando pela execução da reforma agrária, passando pelas dificuldades inerentes ao conflito de interesses em jogo na região. Propostas de desenvolvimento antagônicas e questões fundiárias em disputa, têm resultado, ao longo dos anos, em prisões, ameaças, torturas e assassinatos de vários trabalhadores rurais e sindicalistas.

Nesse contexto, o movimento social no campo, segundo HÉBETTE (*Op.Cit.*) é tratado das mais diversas formas, o que tem gerado uma variada lista de temas mal definidos. Como movimento social, estão classificados desde ações pontuais de protesto, “gritos”, lutas até os conflitos, invasões de terras, rebeliões, revoltas camponesas. Nesse tipo de movimento, alguns estudos apontam para formas primitivas ou arcaicas de agitação social, como movimentos messiânicos ou revolucionários camponeses, levantes camponeses, revolta de escravos, banditismo do tipo Robin Hood e outros.

“... Se a imprecisão do termo ‘movimento social’ permite reunir sob um rótulo único as mais variadas formas de ‘agitações sociais’, ela dificulta sobremaneira uma análise acurada de suas possíveis expressões históricas” (p. 197) .

O autor questiona, assim, qual é a base real - se há – que permita tratar igualmente os movimentos sociais na Amazônia ou no Pará, que vão de fenômenos como o Grito da Terra ao Massacre de Eldorado dos Carajás, do sindicalismo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, da ocupação da fazenda Macaxeira à ocupação da Serra Pelada por garimpeiros. E pergunta se esses fenômenos representam diversos “movimentos sociais”, ou são momentos sucessivos ou manifestações diferenciadas? Ou ainda, inspirado em Hobasbawn, se seriam “(...) episódios particulares de algo que poderia, ao termo de sucessivos ensaios, convergir para um mesmo movimento geral?” (p.198).

A relevância dessas questões não é puramente acadêmica ou um puro primorismo semântico, mas diz respeito ao sentido presente e futuro dessas manifestações. Essas “agitações”, que como diz o próprio autor “(...) custam tantas prisões, tantas torturas, tantas

mortes violentas, como também tanta decepção e tanto desespero” (p.198) têm resultados político-sociais concretos, criam expectativas, alimentam a construção de condições sociais mais inclusivas ou frustrações.

A capacidade de alguns protestos e explosões sociais resultarem em transformações sociais depende de articulações e convergências de interesses institucionais dos mais diferentes matizes. Essas articulações têm gerado questionamentos, por parte de analistas sociais, a respeito de sua capacidade de mudança, em virtude da fragmentação e dispersão de algumas destas manifestações. Porém, não faltam na história casos de mudanças profundas que resultaram de agitações inicialmente dispersas e desarticuladas, mas que finalmente encontraram sua convergência como um projeto político para toda a sociedade. Como já previa Marx no século XIX:

“... Hoje, todo mundo sabe que no fundo de toda convulsão revolucionária não pode faltar alguma necessidade social cuja satisfação é travada por instituições ultrapassadas. É possível que esta necessidade não se faça ainda sentir com bastante profundidade, nem de uma maneira suficientemente geral para garantir-lhe um sucesso imediato, mas toda tentativa de afogá-la pela violência só conseguirá fazê-la ressurgir com uma força maior” (Gramsci citando Marx *Apud* HÉBETTE, *Idem*; p.199).

Assim, o autor de referência aqui, procurou verificar nos movimentos sociais da região essa “necessidade social travada por instituições superadas”. Buscou, assim, identificar a natureza, entender a força, a solidez, as perspectivas de persistência e de fortalecimento e interpretar o sentido dos episódios e das manifestações do que se chama genericamente de “luta pela terra”. Assim, ele conclui:

“À medida, pois, que essas manifestações que se multiplicam em diversos cantos do Pará ou da própria Amazônia tenham, no seu povo, um fundamento sólido em algo que as originou e as sustentam, elas têm condições de se articularem umas com as outras, convergirem e ampliarem seu potencial de transformação e de sucesso duradouro” (p. 199).

Dessa análise pode-se questionar sobre as condições de possibilidade da capacidade de transformações sociais e institucionais viabilizadas pela participação de grupos sociais em manifestações, protestos, levantes, agitações, ou qualquer outra forma de envolvimento político e social de oposição ao *status quo*. Em que medida um movimento, que se faz em busca da satisfação de alguma necessidade social numa sociedade desigual como a nossa, implica em mudança social ou institucional? O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, que pode ou não ser denominado “movimento social”, possui certa clareza das

necessidades sociais que congrega seus concidadãos e, há mais de duas décadas, vem buscando satisfazê-las via uma rede institucional com suas articulações. Contudo, até que ponto essa articulação tem garantido direitos e benefícios aos cidadãos da reforma agrária? Qual rede institucional garante a efetividade dos direitos e benefícios à populações menos favorecidas e alijadas dos processos de desenvolvimento histórico da sociedade brasileira?

4 – OBJETIVOS

Objetivo geral

Interpretar a prática cotidiana dos extensionistas de uma cooperativa de prestação de serviços vinculada a uma rede institucional de um movimento social no sudeste do Pará, correlacionado-a com as diretrizes do Serviço de ATEs com vistas na identificação das potencialidades e limites à institucionalização desse tipo de extensão rural em assentamentos de reforma agrária.

Objetivos específicos

- Identificar e descrever o sentido atribuído ao serviço pelos agricultores, técnicos de campo, coordenadores da Copserviços e técnico responsável do setor de ATEs do INCRA.
- Caracterizar e comparar o sentido atribuído ao serviço pelos atores envolvidos.
- Analisar e sistematizar, a partir desse sentido atribuído, as potencialidades encontradas por essa instituição para alcance dos objetivos do Serviço de ATEs.
- Correlacionar as expectativas dos atores (agricultores, técnicos de campo, coordenadores da cooperativa e técnico do INCRA) com as proposições oficiais do Serviço de ATEs.

5 – REVISÃO CONCEITUAL

5.1 – Assistência técnica, orientação técnica e assessoria

Quando se problematiza extensão rural, alguns conceitos necessariamente surgem e exigem esclarecimentos sobre seus significados e suas implicações. Um dos primeiros conceitos seria de assistência técnica, já que ela faz parte das ações extensionistas. Contudo, o trabalho desses profissionais não se reduz a assistência. Isso porque fazer extensão rural é mais que mudar formas de uso de coisas, como seria a função específica da assistência técnica numa indústria ou diante de um computador.

A história das práticas da extensão rural tem evidenciado que, para sua efetividade, o técnico em extensão necessita envolver-se em processos de intervenção social, ou seja, envolver-se em processos de mudança social que acompanham as mudanças técnicas¹⁴. A expectativa de que tipo de mudança é desejada pode variar, de extensionista para extensionista, de tipo de agricultor para tipo de agricultor, de instituição a instituição. Fazer extensão exige capacidade de projeção de formas de desenvolvimento e por isso ela contempla conteúdo imagético e simbólico. Contudo, não se pode negar que durante o milagre brasileiro ocorreu uma padronização das expectativas, condutas e métodos de intervenção dos profissionais da extensão rural. Nessa padronização, o foco na produção e produtividade, com base em insumos externos ao local, se sobrepôs a outras mudanças que acompanhavam a incorporação desses insumos e dos pacotes tecnológicos. Hoje em dia há tendência em se considerar que qualquer mudança técnica implica lidar com significados sociais, culturais e historicamente construídos.

Assim, para melhor compreensão dos desafios atuais da extensão rural faz-se necessário esclarecer os objetos com os quais o extensionista trabalha. Na medida em que esse agente de desenvolvimento lida com a técnica, ela pode ser tomada como o primeiro objeto a ser problematizado em seu significado. Para tanto, um tratamento histórico é esclarecedor.

Na Antiguidade, COELHO (2005) percebe que a idéia de técnica (*técnê*) estava vinculada à idéia de *arete*, valores que demarcavam, na formação do homem grego, uma disposição incorporada que potencializava sua ação enquanto agente criativo no mundo. Na perspectiva original grega, percebe-se a técnica como uma diversidade rica em possibilidades sociais e por isso tinha sentido positivo. O domínio técnico traduzia-se

¹⁴ Um histórico da Extensão Rural no Brasil pode ser encontrado em FONSECA (1985), QUEDA (1987), MASSELLI (1998), COELHO(1999), CAPORAL & COSTABEBER (2004).

“... por todas as disposições humanas construtivas do mundo, num fazer que não está desvinculado dos valores e nem à vida social de determinada sociedade [...] nessa visão, o conhecimento técnico apresenta-se em sentido positivo, pois permite a reprodução do saber já conhecido e, ao mesmo tempo, possibilita a quem dele tem domínio fazer novas invenções” (COELHO, *Idem*, p.54).

Entretanto, o domínio técnico na modernidade da sociedade capitalista adquiriu outro significado. Este domínio apresenta-se, hoje, como algo mais que materialização ou incorporação de destrezas e procedimentos criativos que visam a emancipação humana. No contexto social contemporâneo, a técnica transformou-se em uma forma de dominação de uns homens sobre outros. Essa transformação da competência técnica emancipadora em forma de dominação “(...) pode ser evidenciada nas constantes denúncias de agricultores sobre a postura autoritária de alguns profissionais, que são credenciados em cursos técnicos, de nível médio, ou em cursos de instituições superiores”. (*Idem. Ibidem*, p. 54).

Contudo, mesmo com essa visão crítica diante da efetividade técnica, a autora também destaca a importância da competência técnica para os profissionais que atuam no espaço agrário atualmente, quando são enormes os desafios de processos de intervenção para o desenvolvimento sustentável da agricultura.

Assim, técnica pode ser definida como um *habitus*, conceito de BOURDIEU (1992), que significa disposições incorporadas que permitem novas invenções. Ou seja, no *habitus* contempla o instituído e o instituinte, pois o herdado do passado é o que viabiliza a construção do novo, do futuro. Diferente de hábito, que é apenas reprodução do passado, do instituído, pois as competências incorporadas ficam no universo do impensado, do não questionamento, da não criação, o *habitus* implica possibilidade de mudanças por meio da ação criativa do indivíduo.

Daí por que se propõe a necessidade de entendimento da técnica como um *habitus*, o que implica em mudança das práticas extensionistas convencionais de assistência para orientação técnica, que é um fazer partilhado com agricultores num processo construtivo. A distinção entre assistência técnica e orientação técnica implica também compromisso com diferentes propostas de desenvolvimento, já que a simples “assistência técnica” limita-se à indicação de insumos, em sua maioria de origem industrial, a serem consumidos para obtenção de resultados imediatos. O profissional, neste caso, exerce a função de difusor do consumo dos produtos para aumento da produtividade, não se preocupando com a sustentabilidade do sistema e nem tampouco com a formação e a autonomia do agricultor, que torna-se, assim, mero objeto da ação extensionista.

Com a expressão “orientações técnicas” busca-se enfatizar a capacidade do trabalho das profissões agrárias em promover intervenções que possibilitem não apenas mudança da técnica e da produção, mas uma mudança relacionada à questões sociais e políticas que afetam competências e habilidades técnicas, tanto dos técnicos quanto dos agricultores. Potencializar a capacidade de convívio e de decisão de grupos humanos exige uma competência técnica de natureza política, pois lida com questões de poder, com a capacidade e a possibilidade de decisão.

Nesse sentido, a proposta de uma orientação técnica como motivação da ação profissional exige também mudanças nas premissas e procedimentos metodológicos da chamada “assistência técnica e extensão rural convencional”, como expressam CAPORAL & COSTABEBER (2004), pois questiona a postura etnocêntrica que lhe é característica.

O processo histórico de complexificação e cientificação dos saberes para a agricultura e a industrialização das formas produção no campo fizeram com que os técnicos, profissionais da extensão rural, assumissem a função de difusores de tecnologias industriais (COELHO, 1999).

Por tecnologia entende-se os produtos resultantes da transformação da ciência e da técnica em mercadoria como definida por MARX (1984). Assim, tecnologia é algo cuja socialização se dá apenas pela compra, ou seja, por trocas monetárias.

Nos anos 80 do séc.XX, o trabalho de assistência técnica da Extensão Rural no Brasil foi definido por FONSECA (1985) como um projeto educativo para o capital, uma educação movida por uma concepção pedagógica behaviorista (que visa ao condicionamento de comportamentos) e por uma teoria antropológica funcionalista e difusionista. Assim,

“... o técnico profissional que assume uma forma assistencialista de conduta não contribui para a formação de um ser autônomo, capaz de reflexão e de decisão, com sabedoria e consciência clara das conseqüências de seus atos” (COELHO, 2005, p. 72).

A prática da sistematização partilhada de saberes ou de técnicas, em determinados contextos, podem contribuir para superar o tecnicismo da assistência técnica, pois:

“... Mais que evidência de necessidade, aqui se apresenta uma proposição de um novo *habitus* profissional, novas competências técnicas, cognitivas e políticas para as profissões agrárias, objetivando a construção de soluções para o enfrentamento dos problemas socioambientais decorrentes da modernização [...] Essa nova ciência implicará novo trabalho de orientação técnica, voltado para emancipação humana e para a conservação das condições de reprodutividade ambiental.” (COELHO, *Idem*, p. 67 - 8).

A implantação de uma proposta de saber partilhado exige uma boa análise sociológica e antropológica que irá fundamentar a problematização das mútuas percepções dos problemas da produção, tanto dos técnicos quanto dos agricultores. Assim,

“... a efetividade das orientações técnicas exige que se tenha clareza das relações sociais de produção, das disputas de poder, das formas de interação social, das identidades, dos conflitos e contradições, dos fatores de coesão e dos fatores de distensão social de determinados grupos” (*Idem*, p. 72).

Ao se observarem valores, normas e dinâmicas cotidianas envolvidas em determinados espaços sociais (como cultura, crença, relações de parentesco e hierarquias de poder), é importante também fazer uma análise técnico-ambiental e uma sistematização das condições existentes para tentar prever mudanças no meio ambiente envolvido nestes espaços

“... Dessa forma, pode-se perceber que, em qualquer trabalho de orientação técnica no espaço agrário, é indispensável que se leve em consideração uma diversidade de aspectos, pois, na falta destes, peca-se pela incompletude e irresponsabilidade para com a população orientada, seja ela de agricultores, pequenos produtores familiares, ou de assentados, quilombolas ou indígenas” (p.73).

Nesse sentido, o trabalho de orientação pode ser também entendido como assessoria, como bem tem expressado os agentes de extensão que têm se envolvido com movimentos sociais do campo.

Sobre o termo “assessoria”, DIAS (2004), ao discutir a proposta governamental para o serviço de ATES, destaca a mudança na denominação dada ao serviço, que passou de assistência técnica para assessoria técnica, sugerindo que há uma preocupação além dos processos produtivos, englobando em sua designação o “social” e o “ambiental”. Segundo o autor, por não haver no documento oficial de ATES referências que indiquem a opção por essa nova denominação, pode-se inferir que a mudança nos termos decorre da percepção, por parte dos formuladores do serviço, de que a assessoria é um processo muito mais complexo do que a assistência técnica e requer maior envolvimento entre técnicos e agricultores. Essa maior interação ocorreria por conta de alguns fatores, tais como: a superação do caráter pontual e fragmentado do processo de intervenção característico da assistência técnica, demandando processos mais duradouros e contínuos entre técnicos e agricultores; a necessidade de estabelecimento de relações de confiança mútua, mais horizontais e menos hierarquizadas; uma visão mais integral do processo de intervenção que cria demandas que vão além do processo agrícola de produção.

Essas distinções não são apenas questões semânticas, pois têm implicações políticas e prática na vida dos técnicos, dos agricultores e na definição de políticas públicas.

5.2 – Instituição social e organização social

Ao se discutir a efetividade prática de uma política pública em nível local, faz-se indispensável esclarecer o que aqui é denominado como instituição e sua diferença de organização. Essa distinção não é algo fácil e tem gerado muitas controvérsias teóricas e várias tipologizações para melhor explicitar do que se está falando.

Como esclarecem APPENDINI & NUIJTEN (2002), em princípio, as organizações podem ser mais bem definidas em termos de estruturas de funções reconhecidas e aceitas, e as instituições em termos de crenças e regras que permitem o desenvolvimento dessas funções e estruturas. Contudo, os autores alertam que, quando a análise se faz sobre o desenvolvimento local é preciso ter uma visão mais ampla do que seriam as instituições e não focar somente aspectos normativos, mas também aspectos reguladores e cognoscitivos. Nesse aspecto os autores remetem a W. Scott.

Se os objetivos da investigação é a compreensão dos embargos ao desenvolvimento local, classificações apresentam-se pouco esclarecedoras, como a identificação de instituições formais ou não formais; organizações de base comunitária, governamental ou não governamental; se privadas ou públicas. Isso porque vários estudos têm identificado a configuração de um complexo arranjo institucional para o que essas diferenças tipológicas ou dicotomias pouco esclarecem. Raramente são privadas ou públicas, locais ou extra locais.

Dessas considerações, os autores propõem um estudo do que chamaram de **práticas organizativas** como forma de abordar o **como** acontecem e **se efetivam** os projetos por meio dessas instituições ou organizações. As redes de interação criadas para proporcionar apoios em termos de informação, recursos financeiros e mesmo ajuda prática (Wolf; Logan *Apud* APPENDINI E NUIJTEN, *Idem*), com o tempo podem definir formas de ordenação e regulação. Assim, essas práticas de organização vão se estruturando e mudando certas regras implícitas, ao que se pode dizer que se institucionalizam.

Além disso, quando se trata de pesquisas em contextos locais é irrelevante buscar determinar limites muito estreitos entre instituições e organizações, posto que o conceito de instituição como estrutura normativa e reguladora implica automaticamente em diferenças de poder e interesses divergentes, o que por sua vez, faz com que essas instituições **não sejam, mas se façam**, por meio de negociações que são construídas, mantidas e transformadas pela

interação social (*Idem*). Por isso, “(...) muchas instituciones [...] son más bien prácticas rutinarias persistentes en el tiempo que un conjunto de reglas o normas” (Leach, Mearns y Scoones; Crowley y Appendini, *Apud* APPENDINI e NUIJTEN, *Idem*, p.74). A configuração das instituições locais está, assim, vinculadas a outras configurações de poder e podem reproduzir obrigações ideológicas e políticas às quais estão atadas. Assim:

“... las realidades institucionales y organizacionales son construidas, mantenidas y modificadas por procesos de creación y promulgación culturales. Por consiguiente, se crean valores y se expresan ideologías, rituales y ceremonias que llevan a un sentido de participación y pertenencia (Reed *Apud Idem*, p. 75).

Como orientam vários mestres da antropologia, como por exemplo OLIVEIRA (1990), para melhor compreender certas dinâmicas sociais é bom começar pela descrição das atividades das pessoas e dos lugares. As razões para essa abordagem se devem a alguns motivos:

- As práticas rotineiras revelam um conjunto de regras estabelecidas na instituição, sejam elas tácitas ou explícitas.
- Por essas práticas pode-se aprofundar a compreensão sobre as maneiras mais estruturadas que acontecem, ou não. Pode-se explicar, assim, porque prevalecem, ou não, práticas mais individualizadas e fragmentadas, que não levam a projetos coletivos, e melhor fundamenta recomendações políticas para certas modalidades informais de organização institucional.
- Nas práticas organizativas cotidianas necessariamente aparecem os conflitos e tensões como componentes intrínsecos a essas práticas e cujas resoluções podem, muitas vezes, não se dar de forma harmoniosa ou consensual. Os embates e disputas não seriam, assim, um desvio, mas característica constitutivas das interações institucionais. Em contraste com outras abordagens, essa concepção do processo de institucionalização não foca apenas funções e objetivos coletivos explícitos ou se apóia na suposição básica de que os conflitos se resolvem pela cooperação (como por exemplo, concebem os neoinstitucionalistas).
- Finalmente, essa abordagem sobre as práticas organizativas cotidianas das instituições impedem a tendência à reificação de instituições e papéis desempenhados pelos agentes envolvidos, na medida em que, frequentemente, contém elementos públicos e privados.

Mais que uma proposta metodológica, o estudo das instituições por meio de suas **práticas organizativas** se justifica por uma abordagem teórica das **instituições** como uma estrutura de tipo regulativo, normativo e cognocitivo que lhes dá coerência e estabilidade ao comportamento social (Scott *Apud* APPENDINI E NUIJTEN, *Idem*, p.76). No mesmo sentido, **organizações** são entidades construídas em torno de processos que asseguram a consecução de objetivos e sua estrutura é construída a partir da definição de papéis e funções distintas, além das regras que devem ser seguidas para um desempenho confiável. Por isso, as práticas cotidianas revelam o modo como vem sendo instituídas as instituições nas organizações. Essa é uma proposição conceitual de um tipo de análise institucional com abrangência local, como sugeriam APPENDINI E NUIJTEN (2002).

Nessa complexa complementariedade, a análise de CHAUI (2003) completa um quadro de referência interessante. A autora destaca que há **uma** diferença (que pode ser entendida como sutil) entre organização social e instituição social importante. Uma organização difere-se de uma instituição por definir-se por **uma prática social determinada por sua instrumentalidade**, que está relacionada ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. A organização é uma forma de administração na qual as idéias de gestão, planejamento, controle e êxito dão o tom de sua dinâmica. Não compete à organização questionar sua existência, sua função, seu papel no interior das lutas de classe, pois tem apenas a si mesma como referência e sabe que sua eficácia depende de sua particularidade, num processo de competição com outras que buscam os mesmos objetivos particulares. A autora alega que uma organização social não busca responder às contradições resultantes da divisão social, mas sim inserir-se em um dos pólos da divisão e vencer a competição com seus supostos iguais.

Já a idéia de instituição social apresentada por ela exige que se veja uma entidade inserida na divisão social e política. Contudo, toda instituição busca certa universalidade que lhe permita responder às contradições impostas por essa divisão. A instituição exprime, assim, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo e pode ser entendida como “(...) uma *ação* social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições” (p. 1). Suas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas.

Dessa distinção, a autora ainda esclarece que, ao Estado brasileiro definir a forma pela qual algumas políticas públicas serão executadas, coloca em discussão sobre quais modelos estruturais e funcionais elas serão implementadas: como organização social ou como instituição social. Isso quer dizer que a operacionalidade legal para implementação de

algumas políticas públicas necessita clareza dessa definição para obter mudanças sociais reais. Sendo assim, para ficar mais claro, cita-se um exemplo de como são postos os limites para a instituição de mudanças duradouras.

As políticas vinculadas à esfera estatal têm se apresentado como serviços por meio de um arranjo institucional de parceria entre Estado e organizações não-estatais. Isto faz com que alguns programas federais (como a ATES aqui estudada), apresentados pelo próprio Estado como importante instrumento para obtenção de benefícios pela parte mais pobre da sociedade brasileira, estejam operando como uma prestação temporária de serviço, ou seja, pode ser prestado ou não. Isso significa que essas políticas, ainda, não têm se efetivado como um direito (indispensável para existência e efetividade de mudanças, como é o caso do direito à saúde e à educação). Na prática de sua execução, os efeitos de uma organização social aparecem na descontinuidade e na incompletude e descontrole público. Se as políticas públicas fossem pensadas como garantia de direito, o arranjo teria de ser pensado sobre a estrutura de uma instituição social.

5.3 – Estado e o Movimento Social

São vários estudos sobre ONGs, suas identidades, classificações, o que são, quando surgem, o que fazem, como conquistaram espaço, como se legitimam, dentre outros aspectos (ASSUMPCÃO, 1993; KIENER, 2001; DIESEL & DIAS, 2000; GOHN, 1999).

Sobre essas instituições, GOHN (1999) diz que o processo de globalização tem feito com que os países percam sua soberania política por efeito do fortalecimento de pólos hegemônicos de poder, o que leva a um enfraquecimento interno dos Estados para atender às regras do capital internacional. A cultura torna-se então o mais importante espaço de resistência e luta social contra a cultura homogeneizante da globalização. A autora esclarece uma série de adjetivação para o termo cultura. Como cultura de massa ela entende aquela que é pré-fabricada para integrar indivíduos como meros consumidores passivos. Já cultura popular é produzida, criada e recriada por seus participantes. Finalmente ela discute cultura política, numa idéia de que é preciso desenvolvê-la a partir de fragmentos da cultura popular, de forma que a cultura subalterna se torne autônoma, crítica, homogênea e aos poucos, hegemônica, implicando transformações na sociedade civil.

Essas concepções inspiraram intelectuais e políticos que se uniram para restaurar a democracia em países latino-americanos como o Brasil. Ao fim dos anos 1980, uma nova conjuntura internacional derivada das alterações dos regimes políticos do leste europeu e da

hegemonia do neoliberalismo, leva a um novo significado para o termo cultura, por parte de intelectuais engajados em defesa da redução de desigualdades sociais. A expressão “cultura de resistência” vai dando lugar à “cultura propositiva”, numa idéia de que entidades civis ou movimentos sociais não apenas critiquem ou se oponham ao governo, mas que proponham soluções.

Essa nova concepção lança os movimentos sociais em novas experiências de associativismo. Costa (*Apud* GOHN, *Idem*), no que se refere à participação das associações civis no revigoramento da vida pública, afirma que “(...) a única base possível de legitimação para a participação das associações civis nos processos de proposição política (discussão de políticas públicas, etc) é, exatamente, seu enraizamento nas teias sociais de resistência” (p.45).

Contextualizando a situação política dos anos 1970 e 1980, Gohn apresenta o surgimento de ONGs de oposição ao regime político brasileiro e de ONGs para atuar no campo da organização popular, denominadas ONGs cidadãs e militantes. Atuando junto a movimentos sociais, essas organizações contribuíram não só para a queda do regime militar e transição democrática do país, mas também para a reconstrução do conceito de “sociedade civil”, menos centrado no individualismo e mais direcionado para os direitos de grupos.

Nos anos 1990, paralelamente à crise financeira que atingiu as ONGs cidadãs devido ao deslocamento de investimentos para a redemocratização do leste europeu por parte das agências financiadoras, surgem também outros tipos de entidade no Brasil, articuladas às políticas sociais neo-liberais, atuando em problemas cruciais da realidade nacional. Essas entidades não se colocaram contra o Estado, mas buscam parceria a ele. Autodenominadas como terceiro setor, procuram se firmar pela positividade, com ações propositivas e afirmativas. Também autodenominam-se cidadãs por não terem fins lucrativos e atuarem em áreas de problemas sociais.

Assim, essas instituições captam certas responsabilidades que antes eram do Estado que a transfere para iniciativa privada. Assim, o discurso das ONGs muda, enfatizando políticas de parceria e cooperação com o Estado. De acordo com a autora, essa é uma nova era em que não se trata de dar as costas ao Estado, mas de alargar o espaço público no interior da sociedade civil, democratizar o acesso dos cidadãos em políticas públicas e construir uma nova realidade social (GOHN, 1999).

Convém ressaltar também algumas críticas relacionadas às organizações não-governamentais. DIESEL & DIAS (2000) questionam a suposta superioridade da proposta de ONG para o desenvolvimento rural. Os autores alegam que essas organizações não têm a

autonomia que pressupõem ter e que a proposta por elas defendida é produto de uma negociação entre “partes” (como a própria organização, o público-alvo, as agências financiadoras e a entidade legitimadora), o que faz com que a ONG não tenha autonomia para seguir exatamente o caminho por ela mesma definido. Adotando o princípio participativo, que leva a um ideal de respeito aos valores e às proposições do público-alvo, a ONG de desenvolvimento rural não vem formulando seu próprio projeto de desenvolvimento, mas sim atuando como “catalisadora” na formulação de um projeto popular, para atender ao acordo feito com a agência financiadora. Nesse sentido, a ONG realiza o projeto do público-alvo, tendo que relativizar seu próprio projeto individual em virtude desta conjuntura, o que pode repercutir na qualidade da proposta “(...) levando, no limite, a uma adoção acrítica dos referenciais dos segmentos com as quais a ONG se relaciona” (p. 8). A proposta assumida pela ONG passa a ser resultado mais das interações que estabelece do que de um processo contínuo de reflexão de sua experiência, não havendo, portanto, porque pressupor uma superioridade de sua proposta.

Outra característica identificada pelos autores é a dependência estrutural das ONGs, que faz com que essas organizações atuem mais como executoras do que elaboradora de propostas, por estarem presas à proposta viabilizada pela financiadora e pelo público-alvo. Isto pode levar as organizações a abandonarem o processo de construção de sua própria leitura a respeito do desenvolvimento rural. Nesta conjuntura, as experiências das ONGs contribuem para a discussão sobre o desenvolvimento, mas “(...) sugere-se que elas devam ser examinadas como subsídios para a reflexão crítica mais do que como modelos a serem reproduzidos acriticamente” (p. 10).

5.4 - Estado e democracia

Na medida em que esta pesquisa discute a efetividade de uma política pública, faz-se necessário discutir também o que viria a ser Estado. Uma abordagem histórica-conceitual pode ajudar na compreensão desses objetos de conhecimento.

Não há consenso na literatura quanto à determinação do surgimento do chamado Estado Moderno. TORRES (1989) questiona a própria indefinição conceitual da expressão. Em seu trabalho encontram-se indicações que remetem ao século XIII, outras para o período após a dissolução do império romano, outras para o período de predominância do Estado Absolutista na Europa.

O que aparece com mais frequência é que o Estado Moderno surge do desenvolvimento e transformações das sociedades ocidentais européias, principalmente após as Revoluções Francesa e Industrial da segunda metade do séc. XVIII. Estes dois eventos podem ser considerados pontos críticos para a construção de teorias sobre o desenvolvimento das sociedades, em especial no que diz respeito à distinção entre sociedades tradicionais e modernas. Entretanto, deve-se perceber uma continuidade dos processos de mudança social, em que fatores externos e internos atuam nas diversas sociedades para transformá-las, como alerta BENDIX (1982). Daí porque se propõe analisar o Estado partir de sua constituição (*state building*) e não só a partir da consideração de que se trata de um aparelho burocrático a serviço de uma classe. As configurações assumidas pelo Estado são históricas e dependem do jogo de forças presentes nas sociedades.

As forças que se constituem em uma nova filosofia de governo ou em uma nova estrutura administrativa são capazes de gerar uma nova forma de Estado. Essas mudanças não ocorrem da noite para o dia, como já havia alertado TOCQUEVILLE (1989), no século XIX, ao discutir a queda do Antigo Regime francês e o contexto pré e pós-revolução de 1789. Na época, o conservador aristocrata já sugeria que a desintegração da monarquia e o surgimento do pretendido Estado democrático foram ocasionados por vários processos que vinham ocorrendo, envolvendo múltiplas relações entre Estado, poder e classes sociais ou “castas”, nas quais paixões, ódios, injustiças, opressão, privilégios, propriedade e outros constituíram o cenário para a tomada do poder e a abolição de tudo aquilo que pudesse representar o passado. Sua análise histórica pode ser considerada uma abordagem que inaugura as interpretações sobre a estruturação do Estado a partir do jogo de forças e resistência social.

Da configuração do processo de mudança do Estado revolucionário francês apresentada por Tocqueville, pode-se evidenciar que alguns costumes, relações de poder e formas institucionais que se pretendia abolir com a revolução mantiveram-se no novo regime, instituindo-se naquilo que pretendia tornar-se um novo Estado francês. Os “hábitos do coração” têm mais poder de configuração que os desejos revolucionários da mudança.

Das obras de Tocqueville, outras reflexões são inspiradoras para a problematização desta pesquisa sobre uma política pública do Estado brasileiro contemporâneo. Em sua análise ele busca olhar não somente ao que internamente acontecia na França, mas buscou contextualizar o período com experiências externas como Inglaterra e Alemanha. Daí concluiu que ocorriam na Europa mudanças na estrutura de administração dos Estados, apontando que, antes mesmo da revolução, já se tinham “(...) princípios novos que a sociedade medieval ignorava” (TOCQUEVILLE, *Idem*, p. 65). Para ele, o velho edifício

social tendia a ruir-se por si mesmo, pouco a pouco, com o tempo. Contudo, com a Revolução desmoronou de uma só vez, repentinamente, por um esforço compulsivo e doloroso, ao que considerou como a obra peculiar da revolução. A centralização de poder não pereceu no antigo regime, mas consolidou-se no novo. Da mesma forma conservadora, avaliava que os conflitos e a separação entre as classes não desapareceriam e reformas na administração, na tentativa de aumentar a capilaridade do poder do Estado para o interior da sociedade, já haviam ocorrido antes do golpe.

A obra de Tocqueville, mesmo na sua perspectiva aristocrática e conservadora deixa claro que o processo histórico condiciona as transformações sociais do Estado. Por isso, para compreendê-lo, uma abordagem histórica pode ser interessante. Entretanto, nessa construção interpretativa do tempo, os agentes sociais em interação têm papel construtivo e não só crítico e deletério. A mudança não pode ser avaliada, sempre, como “dolorosa e indesejável”. Essa perspectiva teórica do Estado em construção parece esclarecedora do problema aqui colocado.

Nesse sentido, TORRES (*Op.Cit.*) expõe algumas reflexões a respeito do Estado Moderno, afirmando que sua formação é resultado do desdobramento de uma série histórica e que seu traço distintivo fundamental é a “abstração”, do qual deriva diretamente a constituição de um dispositivo representativo. A abstração do Estado pode ser interpretada por uma separação, autonomização e especialização, de um centro de poder em relação ao corpo de cidadãos, que gera o afastamento destes e também uma centralização de decisões políticas por um centro público e burocrático.

Nesse sentido, o autor compara algumas características da relação do Estado para com os cidadãos desde a Grécia antiga até o Estado Moderno. A liberdade presente no contexto das cidades-pólis gregas - que se expressava pela participação dos indivíduos nas questões da vida pública – era diferente daquela presente na constituição dos Estados Unidos da América, que privilegiava os direitos individuais. Assim, para o autor, o individualismo vem se tornando o valor supremo do novo horizonte histórico, em democracias de representação, pela qual o Estado Moderno se fundamenta por meio dos dispositivos institucionais que convertem os indivíduos em representantes do coletivo (TORRES, 1989).

Outra característica do Estado Moderno é a constituição de um processo histórico de burocratização. A burocracia não foi um mecanismo historicamente inerente a todos os governos. Este aparato também passou por processos de desenvolvimento e transformações, como já demonstrava WEBER (1982).

A burocracia moderna, entendida como autoridade burocrática, separa a atividade oficial da esfera privada e desenvolve-se plenamente em comunidades políticas apenas no

Estado Moderno. Teoricamente, na moderna burocracia, a constituição de uma estrutura de funcionários executores, diferentemente de como era na Idade Média em que a posição do funcionário era uma fonte de rendas a ser explorada, passa a ser uma função dever, numa relação de lealdade a finalidades impessoais e funcionais. A repartição pública é separada da vida privada do funcionário e o burocrata não se desliga do aparato ao qual se vincula; ele é uma engrenagem num mecanismo em movimento e há necessidade de treinamento para tal condição.

Para Weber (*Idem*), há superioridade técnica da burocracia sobre outras formas de organização, desde que os funcionários sejam treinados para tal, apontando para o princípio da especialização das funções administrativas. O desenvolvimento de uma economia monetária é pressuposto para a constituição deste “(...) instrumento de socialização das relações de poder” (p.264) e, para a burocracia se manter como estrutura permanente, pressupõe uma renda constante para mantê-la.

O êxito do aparelho burocrático se liga à oferta de um salário monetário certo ao funcionário e à oportunidade de uma carreira que não dependa de arbítrio ou acaso para seu exercício público. O Estado burocrático coloca todas as suas despesas administrativas no orçamento, equipando as autoridades inferiores com os meios correntes de despesa, cujo uso ele regulamenta e controla. Weber ainda ressalta que somente com a burocratização do Estado e do Direito em geral, foi possível a separação entre o direito público e o privado. E essa separação pressupõe a separação do Estado como um portador abstrato de prerrogativas soberanas e criador de normas jurídicas das autorizações pessoais dos indivíduos. Quando isso não se dá ocorre o que chamou de problema do **patrimonialismo**. Nessa leitura de Weber é possível identificar como um valor teórico, a efetividade permitida pela despersonalização do poder da direção administrativa pela burocracia, além da racionalização do direito que pôde, então, separar o público do privado.

Contudo, BOBBIO (1987) sugere que não há uma separação total e bem definida entre o direito privado e o direito público. O autor alega que o direito público se funda sobre a subordinação do interesse individual ao coletivo, interpretando que o primado do público sobre o privado é o primado do político sobre a economia, da organização vertical da sociedade sobre a horizontal, ocorrendo um processo denominado “publicização do privado”, decorrente da intervenção do Estado na economia. Outro processo, denominado “privatização do público”, também ocorre e compenetra-se com o primeiro. Assim, o primeiro

“... reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos” (p.27).

O exercício de poder do Estado envolvido na gestão e implementação de uma política pública está vinculado ao seu aparato burocrático. No Brasil, na conjuntura da implementação de políticas públicas que se sustenta na parceria entre Estado e entidades não-estatais, este aparato assume importância fundamental por ser o instrumento legal que permitirá definir em que termos vigora a relação entre o público e o privado para que ocorra a execução da política. Nessa situação, poderia ocorrer a “privatização do público”, em que o setor privado se serve do aparato estatal para beneficiar seus interesses. Por outro lado, o setor público se isenta de uma série de responsabilidades para com vários profissionais que realizam serviços para o Estado, apesar de não serem oficialmente funcionários públicos. Postos em uma balança apenas estes dois aspectos da relação de parceria Estado-Sociedade, algumas polêmicas poderiam surgir, como questões de direito.

Trazendo novamente os argumentos de BOBBIO (1987),

“... o direito público é tal enquanto posto pela autoridade política, e assume a forma específica, sempre mais predominante com o passar do tempo, da ‘lei’[...]; o direito privado é o conjunto das normas que os singulares estabelecem para regular suas recíprocas relações, mediante acordos bilaterais” (p. 17 e 18).

A superposição das duas dicotomias, privado/público e contrato/lei, apresentada pelo autor, é percebida na institucionalidade de alguns serviços implementados pelo Governo Federal brasileiro desde os anos noventa, em que a regulação das relações entre Estado e entidades não-estatais não ocorre por meio de leis, mas sim por contratos. Por isso cabe questionar se um serviço público, em vista de sua relevância frente a possíveis benefícios sociais gerados por meio dele, não deveriam tornar-se um direito público.

Nessa relação público/privado, faz-se necessário retornar à questão da representação, para ressaltar alguns aspectos envolvidos na configuração atual do sistema político brasileiro, neste momento em que o Estado se diz mais aberto à participação popular.

No Brasil, segundo SCHWARTZMAN (1975), predomina o modelo de representação de grupos de interesse - explicado pelas origens históricas do pensamento social e político contemporâneo que se baseia na experiência intelectual e política da Europa desde a Revolução Francesa.

Percebe-se que o Estado brasileiro também apresenta características que se originaram das transformações das sociedades européias. O Estado de representação vigora e, no contexto de uma possível reconstrução democrática defendida pelo discurso dos representantes do Estado, uma nova concepção de orientação das políticas públicas pode, de fato, favorecer a uma mudança capaz de gerar maior participação dos cidadãos nas questões coletivas, fortalecendo o caráter democrático estatal.

Esta nova conduta política poderá distanciar-se da concepção que Oliveira Vianna (*Apud* SCHWARTZMAN, 1975) denunciava nos anos 20, quando a elite política da época concebia o Estado como estrutura estranha à sociedade, ajustado a ela, vindo de cima, e não emanado dela, partilhando de suas condições materiais e de espírito. Nesse sentido, SCHWARTZMAN (*Idem*) ressalta que um dos fatos perturbadores da história política brasileira é a falta de correspondência entre as instituições formais e sua realidade social e econômica. Há dificuldades em se estabelecer conexões precisas entre governantes e decisões governamentais de um lado e classes sociais e grupos de interesse de outro. O autor discute o desenvolvimento político em termos de um crescimento da participação política em uma determinada sociedade, alegando que muitas vezes a instabilidade política e o autoritarismo são conseqüências de uma reduzida capacidade social de articulação e representação de interesses em um contexto de excessiva concentração de poder nas mãos do Estado “(...) Quando isto ocorre, as tentativas de aumentar e articular a representação de interesses na sociedade são ou suprimidas ou cooptadas, e o resultado é a debilidade e dependência contínuas dos grupos sociais articulados, em relação ao centro político” (p.19).

Assim, para o autor, a **cooptação política** se refere à participação política débil, controlada hierarquicamente e de cima pra baixo, no sentido de que os que controlam o sistema político tenham meios para comprar ou incorporar estes esforços de participação e que tende a ocorrer em contextos em que estruturas governamentais fortes antecedem historicamente os esforços de mobilização política de grupos sociais. Dessa forma, a organização governamental é tida como um patrimônio a ser explorado e não como uma estrutura funcional a ser acionada para a obtenção de fins heterônimos. Isso é um tipo de administração patrimonial que “(...) tende a ser incompatível com participação política ativa e respostas governamentais eficientes a demandas da sociedade.” (p.22). O sistema de cooptação política limita o papel da política representativa.

Ainda sobre representação e Estado, TORRES (*Op.Cit.*) contribui com o debate ao definir dois tipos de sistemas de representação política no Estado Moderno, denominados “sistema de representação de primeira ordem” e “sistema de representação de segunda

ordem”. O primeiro é formado pelo “(...) conjunto de instituições jurídico-políticas, pelo aparato estatal administrativo e pela rede simbólica que constituem a base institucional do poder público” (p.77). Neste nível define-se um sistema formal de imputação pelo qual coisas, pessoas e ações são tornadas públicas, por meio de um dispositivo institucional capaz de converter um indivíduo natural num representante do “comum”, do “coletivo”. O autor destaca que as imputações decorrentes do sistema de representação de primeira ordem são imputações meramente formais, “(...) no sentido de que seu caráter público é definido por regras de procedimento e sem consideração a seu conteúdo material” (p.78).

Deste primeiro sistema, decorre um segundo, que é o sistema de representação de segunda ordem, no qual o que está em jogo é a dimensão material do caráter público de coisas, pessoas e atos formalmente tidos como públicos.

“... Neste segundo nível, o que importa saber é, por exemplo, se os atos praticados por pessoas que, consoante às regras de procedimento, são pessoas públicas, praticantes de atos públicos, ou são efetivamente consoante a determinação material de tais atos, verificada em função de sua congruência com interesses presumidos ou vontade expressa do público real, isto é, da sociedade considerada concretamente” (p. 78)

O autor ainda afirma que só quando é tentada esta operação de medida do conteúdo material de coisas, bens e atos públicos, existe ação política.

Dessa forma, essas considerações teóricas trouxeram reflexões a respeito da constituição de um Estado na operacionalização de seu exercício de autoridade e de sua relação com os indivíduos na sociedade. Os meios pelos quais este exercício se concretiza – como, por exemplo, através de políticas ou serviços públicos - e a forma institucional que assumem tais meios podem refletir um caráter mais, ou menos democrático ao desenvolvimento de uma sociedade. Estes temas percorreram o exercício de interpretação desta pesquisa de mestrado.

6 - TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

6.1 - Justificativas e estratégias de coleta de informações

A pesquisa de campo foi realizada na região sudeste do Pará, nos meses de agosto e setembro de 2007. As informações foram obtidas por meio da coleta de depoimentos e entrevistas semi-estruturadas com agricultores assentados; debate em grupo focal com técnicos agentes de ATES da Copserviços e entrevista em profundidade com dois representantes da coordenação geral da cooperativa e com um técnico representante do setor de ATES da Superintendência Regional do INCRA, de Marabá.

O número de pessoas a serem envolvidas na pesquisa (tanto de agricultores a serem entrevistados quanto de técnicos para compor os grupos focais) foi definido em razão do prévio conhecimento que o pesquisador tinha da região. Com essa referência qualitativa, buscou-se contemplar nas amostras as variações de condição existentes e que poderiam influir nas opiniões, de forma a garantir a representatividade da amostra para uma descrição mais próxima possível das práticas organizacionais cotidianas e das disputas locais. Além disso, a disponibilidade de tempo e de recursos do pesquisador para a realização dos trabalhos de campo não possibilitaria um número maior de entrevistados do que os que foram mobilizados, mesmo porque depois dos quatro assentamentos, as opiniões começaram a se repetir.

Os trabalhos de campo tiveram início em agosto de 2007. Na época, a Copserviços encontrava-se com o quadro de cooperados e as atividades de campo reduzidas, pois o pagamento salarial do quadro profissional estava defasado há quatro meses devido a um atraso no repasse de uma parcela do convênio por parte do INCRA (parcela semestral que deveria ter sido depositada em fevereiro de 2007). Esta situação foi bastante comentada e criticada pelos técnicos. Contudo, essa situação veio favorecer um aspecto da pesquisa de campo: maior disponibilidade de veículo e técnicos para as visitas nos PAs. Foi possível dispor de uma moto para realizar as visitas aos assentamentos e também foi possível agendar reuniões com os técnicos nos grupos focais, já que vários se encontravam na sede da entidade, com tempo disponível para contribuírem com a pesquisa.

Mesmo que a cooperativa atuasse em 157 projetos de assentamento de 16 municípios, os critérios adotados para a seleção dos assentamentos contemplavam as principais diferenças locais que poderiam influenciar mais fortemente na análise. Dessa forma, adotou-se como critério de escolha dos assentamentos o tempo de existência e a distância da sede dos municípios. Esses critérios foram considerados como importantes na diferenciação das

comunidades, pois diferenciaria também o trabalho dos técnicos quanto à qualidade e frequência do extensionista para a prestação dos serviços de ATES. Abaixo é apresentado um quadro com o perfil dos assentamentos selecionados.

QUADRO 1: PERFIL DA AMOSTRA DE ASSENTAMENTOS

Identificação do PA	Município	Nº de Famílias	Situação em relação à distância do município	Situação em relação ao tempo de existência
PA1	Rondon do Pará	116	Próximo – 40 km	Recente – 4 anos
PA2	São Domingos do Araguaia	67	Próximo – 20 km	Recente – 4 anos
PA3	Marabá	144	Distante – 98 km	Antigo – 9 anos
PA4	Marabá	93	Próximo – 30 km	Antigo – 8 anos

Fonte: Pesquisa de campo

Para as condições locais, considerou-se **próximo** uma distância de até 50 km do município sede; e considerou-se **distante** o assentamento localizado a no mínimo 90 km do município sede. Considerou-se **recente** um PA com até 4 anos de existência; e considerou-se **antigo** um PA com no mínimo 8 anos de existência.

Ressalta-se que, para os propósitos desta pesquisa, o critério “tempo de existência” refere-se ao tempo em que o assentamento foi criado oficialmente pelo INCRA, podendo ou não coincidir com o tempo de permanência das famílias nos lotes. Essa informação tem relevância pelo fato de alguns agricultores estarem há mais de uma década nos lotes, tendo permanecido nas áreas por um período maior do que o tempo de existência oficial perante o órgão federal, quando a comunidade passa a se tornar oficialmente um projeto de assentamento. Ressalta-se também que a informação sobre o número de famílias em cada PA apresentada no quadro 1 foi obtida junto ao INCRA-SR27, de Marabá, na época da coleta de dados.

Estavam previstas coleta de depoimentos com vinte agricultores distribuídos em quatro projetos de assentamento (cinco agricultores em cada PA). A representatividade da amostra de agricultores foi garantida na medida em que se buscou contemplar as diferentes condições que poderiam influir nas descrições dos agricultores sobre os serviços de ATES. O primeiro critério para a seleção foi a condição de agricultor com residência permanente no assentamento selecionado. Dessa forma, considerou-se também como fatores diferenciadores

da opinião sobre os serviços prestados, a filiação ou não à Associação do Assentamento e ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e o acesso ou não à linha de crédito Pronaf A.

Para maior esclarecimento desses critérios, ressalta-se que a maioria dos PAs possui uma associação, que por sua vez pode ou não se filiar ao STR de seu município. Assim, os agricultores considerados filiados ao Movimento Sindical são aqueles que se filiam à associação de seu assentamento e ao STR de seu município, o que é uma forma legal de lhes assegurar direitos trabalhistas como, por exemplo, a aposentadoria.

Portanto, a amostra de agricultores a ser construída em cada PA ficou assim definida:

- dois agricultores filiados ao MSTR e com Pronaf A;
- dois agricultores filiados ao MSTR e sem Pronaf A;
- um agricultor não filiado ao MSTR e sem Pronaf A.

Os nomes dos projetos de assentamento pesquisados, bem como os nomes dos agricultores, dos técnicos, dos coordenadores da Copserviços e do técnico do INCRA que participaram da pesquisa não serão revelados, conforme acordado em campo. Entende-se que não há necessidade de expor seus nomes e, principalmente, essa é uma postura de prudência por se tratar de um ambiente de grandes conflitos sociais.

A seguir é apresentada um mapa destacando os municípios nos quais os referidos projetos de assentamento estão vinculados oficialmente. O mapa permite uma melhor projeção da localização das comunidades.

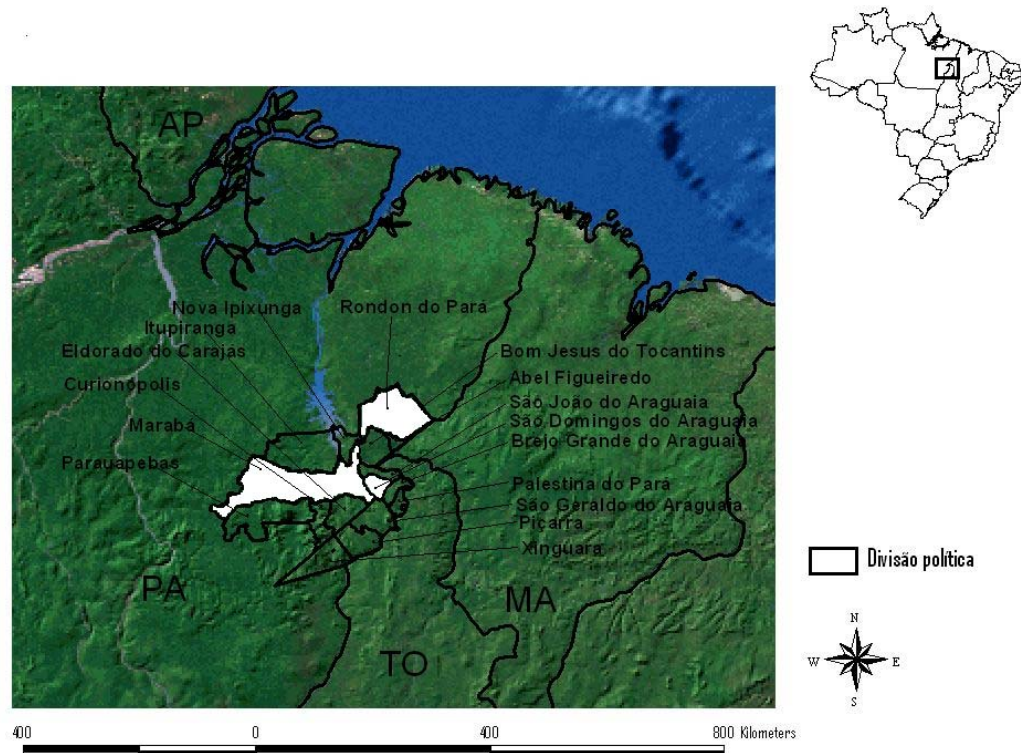


Figura 3: Mapa destacando os municípios aos quais projetos de assentamento pesquisados estão vinculados, sendo eles Rondon do Pará (PA1), São Domingos do Araguaia (PA2) e Marabá (PA3 e PA4).

Foram então definidos os quatro PAs a serem visitados para coleta de depoimento dos agricultores. O primeiro, a ser denominado nesta pesquisa como PA1, foi criado há quatro anos e está sob a jurisdição do município de Rondon do Pará e fica a 45 km da cidade. Considerado na pesquisa um PA **recente e próximo**. O segundo, denominado PA2, foi criado também há quatro anos, pertence ao município de São Domingos do Araguaia e fica a 20 km da cidade. Considerado um PA também **recente e próximo**. O terceiro, denominado PA3, pertence ao município de Marabá, foi criado há nove anos e fica a 98 km da cidade, sendo considerado um PA **antigo e distante**. E por fim, o quarto, denominado PA4, pertence também a Marabá, foi criado há nove anos e fica a 30 km da cidade, sendo considerado um PA **antigo e próximo**.

O grupo focal foi outro procedimento previsto na metodologia e discutido e agendado com os técnicos. Tratou-se da realização de um longo debate com grupos de técnicos de quatro equipes mini-regionais da Copserviços¹⁵. Foram constituídos quatro grupos focais, sendo que em dois deles havia três técnicos em cada e nos outros dois, quatro técnicos em

¹⁵ A Copserviços possui sede em nove municípios da região, trabalhando com equipes denominadas mini-regionais para atender os assentamentos das 16 cidades em que atua.

cada. Ao todo, 14 técnicos participaram dos debates. Como todos os técnicos da instituição passaram a ser cooperados em 2007- mediante resolução definida em assembléia ordinária da Copserviços realizada em março daquele ano - o critério utilizado para seleção da amostra de técnicos foi o tempo de atuação na cooperativa, buscando-se em cada grupo focal mesclar técnicos mais antigos e mais experientes (variando de três a sete anos de trabalho na entidade), com técnicos mais recentes (variando de alguns meses a dois anos de trabalho na entidade), que atuassem no assentamento selecionado para entrevista com os agricultores.

Finalmente, foram feitas as entrevistas em profundidade com os coordenadores da Copserviços e com o representante do INCRA.

Na Copserviços há uma coordenação geral composta por três cooperados que exercem respectivamente a função de Coordenador Geral, de Vice-Coordenador e de Coordenador Administrativo. Na época da pesquisa, não havia agricultores sindicalistas nos cargos da coordenação. Na proposta de pesquisa constava entrevista com o Coordenador Geral e com o Coordenador Administrativo, levantando-se um roteiro com sete questões a serem debatidas (Anexo 1). As entrevistas foram realizadas e gravadas em uma tarde, na sala da coordenação administrativa.

Após algumas tentativas em vão, foi possível agendar uma entrevista com o responsável pela Coordenação de Desenvolvimento de Projetos, ligada à Divisão de Desenvolvimento do INCRA–SR 27, Setor de ATES. O técnico estava há um ano e meio no Instituto. Este setor também era responsável pela gerência dos serviços de ATES realizados em convênio com o órgão federal. O profissional se dispôs a receber o pesquisador na sede do INCRA, em Marabá, pela parte da tarde, prontificando-se a ceder entrevista e gravá-la. Foram oito as questões relacionadas aos serviços públicos de ATES na região (Anexo 2). Essas questões foram elaboradas pelo pesquisador, depois do diálogo com agricultores, técnicos e lideranças, em Marabá.

6.2 - Relato do trabalho de campo

O trabalho teve início com uma viagem de ônibus de 38 horas entre Belo Horizonte-MG e Marabá. Nas mãos, cópias do projeto de pesquisa, documento de seu registro na UFV, alguns documentos do INCRA e MDA referentes à reforma agrária e serviços de ATES, máquina fotográfica, mini-gravador para fitas cassete, lanterna, papéis, caneta, rede de dormir. Chegando ao município paraense, um quarto foi alugado para hospedar o pesquisador por um período de um a dois meses.

O procedimento para as primeiras coletas de informações iniciou-se com um encontro com alguns técnicos e com os coordenadores da Copserviços, na sede da entidade em Marabá. Os profissionais, alguns velhos conhecidos, informaram questões a respeito da situação da cooperativa, de como andavam os trabalhos nos assentamentos, da situação do quadro profissional, da situação financeira da entidade, o que permitiu atualizar uma visão geral do Movimento Sindical, da reforma agrária e da ATES na região. Em seguida, os objetivos do trabalho e a proposta metodológica foram expostos, já deixando uma cópia do registro do projeto na instituição, assim como um relato das principais atividades realizadas no curso de Mestrado até então, pois o pesquisador havia se retirado da Copserviços para isso.

Na seqüência, foram apresentados aos cooperados mais detalhes dos aspectos metodológicos contidos no projeto de pesquisa, enfatizando os procedimentos propostos para a realização da pesquisa de campo.

O apoio da cooperativa era fator imprescindível para a realização do trabalho de campo, pois o contato com os assentamentos seria feito pelos técnicos, além da participação dos mesmos nos grupos focais. A estrutura para as visitas ao campo, como moto e combustível, viria da Copserviços, além do apoio operacional como computadores e materiais de escritório.

Como parte do trabalho, foram realizados quatro debates com os técnicos. Cada debate ocupava um dia de expediente. Na parte da manhã, a proposta era construir com eles representações gráficas sobre a dinâmica cotidiana dos trabalhos, a partir da descrição de suas atividades diárias, semanais, mensais e anuais. Para isso, foram utilizadas folhas de cartolina e canetas com as quais os técnicos escreveram as atividades que realizavam em um dia de trabalho. Na seqüência, em outras cartolinas, foram sendo registradas as atividades referentes a uma semana, as atividades no período de um mês e, finalmente, as atividades correspondentes a um ano de trabalho. Essas atividades permitiam evidenciar a dinâmica dos trabalhos e o conhecimento do cotidiano prático destes profissionais em sua atuação dentro e fora dos assentamentos (uma descrição detalhada sobre o cotidiano de trabalho relatado pelos extensionistas pode ser encontrada no Anexo 6). Na parte da tarde, o debate girava em torno de algumas questões envolvendo a execução prática dos serviços de ATES, seguindo o Roteiro para Debate nos Grupos Focais (Anexo 3). Os debates e os depoimentos que aconteciam ao longo das atividades foram gravados e transcritos posteriormente, quando do retorno do trabalho de campo.

O primeiro grupo focal envolveu três técnicos da equipe de Marabá. Estes técnicos atuavam no projeto de assentamento denominado anteriormente como PA3. A idéia inicial era

começar a coleta de depoimentos com os agricultores e depois passar aos grupos focais com técnicos. Mas pelas circunstâncias geradas com a crise financeira, vários técnicos estavam dispensados temporariamente dos trabalhos devido à redução das atividades. Dessa forma, foi aproveitada a presença deles na instituição para a realização do grupo focal.

O grupo era composto por dois Técnicos em Agropecuária e um Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura. O primeiro, nascido na Bahia, tinha 32 anos de idade e há sete anos trabalhava na cooperativa e o segundo, nascido no Ceará, 29 anos e também há sete anos atuava na Copserviços. O terceiro era nascido no Maranhão, tinha 24 anos e estava há 16 meses na entidade.

No dia marcado para o trabalho, era grande a disposição de todos os técnicos em participar, mesmo que um tivesse viagem marcada para um município vizinho e outro estava em período de férias. Os trabalhos iniciaram-se pela manhã, à volta da mesa da sala de biblioteca da cooperativa, em Marabá. Após os agradecimentos e esclarecimentos, foi desenhado em uma folha de cartolina o esboço de um relógio marcando 12 horas, sendo que no espaço entre uma hora e outra, um dos técnicos anotava os relatos das atividades lembradas e descritas por ele e pelos colegas. Ao fim desta etapa, a cartolina estava preenchida com anotações de várias atividades realizadas por eles ao longo de um dia de trabalho, desde a primeira hora de expediente até a última, passando por atividades dentro e fora da entidade. Ressalta-se que foi repassado aos técnicos que a descrição poderia ter elementos “subjetivos”, como sentimentos, sensações, percepções, dificuldades, problemas e outros aspectos que pudessem estar envolvidos no cotidiano dos trabalhos. Relatos nesse sentido também foram anotados nas cartolinas. Em Anexo 4, pode-se visualizar o resultado deste trabalho de registro.

Na seqüência, outra cartolina foi utilizada para a descrição das atividades realizadas ao longo de uma semana de trabalho; depois ao longo de um mês e finalmente ao longo de um ano de trabalho. À tarde, voltamos a nos reunir e teve início o debate que foi gravado. Foram discutidas as questões contidas no roteiro (Anexo 3), com as quais cada técnico emitiu suas opiniões. Coube ao pesquisador levantar as questões, conduzir o debate, gravar os depoimentos e esclarecer alguma dúvida ou falta de entendimento referente a algumas das questões propostas. O trabalho encerrou no fim da tarde, com agradecimentos recíprocos pelo trabalho realizado e a expectativa dos técnicos quanto ao retorno da pesquisa, pois acreditavam que poderá ajudar o desenvolvimento dos trabalhos de ATES nos assentamentos da região.

O próximo passo foi uma viagem de moto de Marabá ao município de Rondon do Pará, cerca de 140 km levando o material para a coleta de depoimentos. Houve contato anterior com a equipe da Copserviços que atua na cidade. A equipe selecionou os cinco agricultores de acordo com os critérios discutidos anteriormente e agendou a visita ao PA1. Chegando a Rondon, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais onde funciona a sede da Copserviços (uma sala com computadores e material de escritório), foi possível conversar com a presidente do STR, viúva de José Dutra da Costa, ex-presidente do Sindicato assassinado em novembro de 2000 na porta de sua casa. Foi apresentada a proposta de trabalho a ela, que a recebeu bem. O pesquisador já havia trabalhado com a presidente em 2004, quando participou, pela Copserviços, da equipe de elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Assentamento dos primeiros quatro PAs criados no município. Nesse mesmo ano, o tesoureiro do STR, Ribamar Francisco dos Santos, também foi assassinado na porta de sua casa, no município, tendo sido mais uma vítima dos conflitos entre latifundiários e trabalhadores rurais na região.

Reunido à mesa com os técnicos na sala da Copserviços, foi iniciado os trabalhos do grupo focal seguindo a mesma seqüência vivenciada com o grupo focal anterior. A boa vontade dos técnicos para a realização deste trabalho deve ser destacada, pois isso ficou evidente, já que alguns inclusive estavam em casa devido à redução das atividades com a crise financeira da Copserviços.

Neste grupo focal participaram quatro técnicos, sendo uma profissional Licenciada em Ciências Agrárias, 27 anos de idade, nascida no Rio de Janeiro e há sete meses na cooperativa; dois Técnicos em Agropecuária, o primeiro de 27 anos, nascido no Tocantins, com cinco anos na entidade e o segundo com 23 anos, nascido no Pará e há 16 meses na entidade; por fim, um Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária, nascido no Pará, 29 anos e há dois anos na cooperativa.

Um aspecto que chamou atenção neste grupo focal foi a reação dos técnicos frente à crise financeira que estavam passando. Ao darem continuidade aos trabalhos, por vontade própria, mesmo com salários defasados, manifestaram grande indignação em relação ao INCRA, como órgão do Governo Federal que não efetuara o pagamento da última parcela do convênio até então. Um tom de revolta foi percebido, o que pode ter sido ainda intensificado pela situação vivida pelos técnicos há poucos dias antes da chegada desse pesquisador à cidade, quando um homem foi preso pela polícia civil dentro da sede do STR, por tentativa de homicídio à presidente do sindicato. Os técnicos estavam presentes na hora do ocorrido. O

convívio com a violência e ameaças de morte faz parte do cotidiano da equipe da cooperativa e dos membros do STR de Rondon.

No outro dia pela manhã, depois do retorno ao Sindicato, o pesquisador parte com um dos técnicos para o assentamento PA1, cada um em uma moto. Este assentamento é considerado um PA recente e próximo, pelos critérios de seleção aqui mencionados. A estrada estava ruim, apresentando trechos com muita “puaca”¹⁶. Após cerca de uma hora de viagem, chegam ao assentamento indo direto para a vila do assentamento, onde foram à casa de um dos agricultores selecionados, que não se encontrava na hora ao que ficou acertado o retorno mais tarde, quando convidados para o almoço.

Técnico e pesquisador seguem, então, à casa de uma agricultora para a primeira coleta de depoimentos. A senhora era vice-presidente da associação do PA, filiada ao Movimento Sindical e que ainda não tinha acessado o crédito Pronaf A. Após ser apresentado a ela pelo técnico, o pesquisador recorda-se que já tinha estado na comunidade em 2004 para elaboração do PDA e esclarece que agora fazia uma pesquisa pela Universidade Federal de Viçosa, de Minas Gerais, tratando dos serviços de ATES prestados ao assentamento através da Copserviços. Perguntada se queria contribuir para a pesquisa com seu depoimento, a senhora aceitou, mas com certo receio do gravador. Ressalta-se que a coleta de depoimento foi realizada na presença do técnico que atua no assentamento, não tendo sido percebido, em decorrência disso, nenhum tipo de constrangimento por parte da entrevistada em emitir sua opinião para a pesquisa. Após agradecer, foram anotadas as informações pessoais que estavam no Roteiro para Coleta de Depoimentos com os Agricultores (Anexo 5). Feito isso, tem início a gravação e a senhora opinou sobre as seis questões propostas. Mais uma vez, além de agradecer, foi realçada importância de sua contribuição para a pesquisa. Na sequência do trabalho, na casa do segundo agricultor, filiado ao Movimento e com Pronaf A, que foi bastante receptivo, houve o mesmo procedimento de explicar a proposta do trabalho e saber de sua disposição em contribuir. Bem disposto, o agricultor teve seus dados pessoais coletados e as opiniões gravadas, na presença também de sua esposa e de sua filha. Após os agradecimentos e despedida, de volta à casa do terceiro agricultor - filiado ao Movimento e com Pronaf A - os visitantes almoçaram e com grande receptividade foi realizada a coleta de depoimento. Após os agradecimentos, a dupla foi ao lote da quarta agricultora, filiada ao Movimento e sem Pronaf A, que também foi bastante receptiva e se dispôs a contribuir com a pesquisa. Antes do início da gravação, essa agricultora reclamou bastante da violência dentro

¹⁶ “Puaca” é uma poeira bem fina que se acumula em alguns trechos das estradas que dão acesso aos PAs, causando freqüentes derrapagens das rodas dos veículos, podendo causar acidentes.

do assentamento, do sofrimento com os roubos e a falta de segurança dentro da comunidade. Feitos a coleta das informações e os agradecimentos, houve o regresso a Rondon para procura do último agricultor, não filiado ao Movimento Sindical e sem Pronaf A, que não estava no assentamento no dia. Ele foi encontrado na casa de seus pais na cidade e explicou que tem o lote e trabalha no PA, mas estava, naquele dia, em uma atividade na cidade. Aceitou contribuir com a pesquisa, foram coletados os dados e o depoimento e então foram concluídos os trabalhos referentes ao PA1. Com isso, concluiu-se também os trabalhos com a equipe de Rondon do Pará.

De volta a Marabá, foram organizados, na cooperativa, os materiais gravados e escritos e, dias depois, foi realizado um encontro com outros três técnicos da equipe de Marabá que atuam no projeto de assentamento denominado PA4. A equipe “Marabá 2” era composta por: um técnico Licenciado em Ciências Agrárias, nascido no Pará, com 26 anos de idade e há dois anos na cooperativa; uma Técnica em Agropecuária, nascida no Pará, 28 anos e há sete anos na entidade; um Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agricultura, nascido no Maranhão, 24 anos de idade e há três anos na Copserviços.

O procedimento no grupo focal foi basicamente os mesmos dos dois anteriores, iniciando as anotações do cotidiano pela manhã e realizando o debate gravado à tarde.

O dia seguinte foi dedicado a organizar os materiais e agendar com a equipe de São Domingos do Araguaia a realização do último grupo focal, além de coleta de depoimentos em dois projetos de assentamento próximos à cidade (PA2 e PA3, respectivamente). A equipe de lá agendou a ida ao PA2, já selecionando os cinco agricultores de acordo com os critérios de seleção apresentados. Ficou também acertado que a seleção dos agricultores no PA3 a ser visitado, seria feita quando o pesquisador se encontrasse com o presidente da associação, já na comunidade.

Nova viagem de moto. Pela manhã, saída de Marabá para São Domingos, cerca de 62 km, levando as cartolinas e os materiais para coleta de depoimentos. Encontro com os técnicos na sede da Copserviços na cidade e ainda pela manhã foi realizada a primeira parte dos trabalhos no grupo focal.

Desse grupo participaram quatro técnicos. Dois eram Técnicos em Agropecuária, sendo o primeiro nascido no Ceará, 41 anos, há sete anos na entidade e o segundo nascido no Pará, 28 anos, há três anos e meio na entidade. O terceiro era Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura, 30 anos, nascido no Espírito Santo e há quatro anos na entidade e por fim, o quarto era Técnico Agrícola, 27 anos, nascido no Maranhão, há três anos na cooperativa.

Os procedimentos foram também basicamente os mesmos dos outros grupos. Ao fim do debate à tarde, foi cobrado pelos técnicos o retorno dos resultados da pesquisa, pois demonstraram, também, expectativa positiva quanto à possível contribuição da investigação na avaliação dos serviços de ATES na região, a fim de resultar em algumas melhorias.

No outro dia pela manhã, pesquisador e um técnico da equipe de São Domingos partem para o PA2, localizado a 20 km da cidade e considerado na pesquisa como PA recente e próximo.

As estradas do assentamento estavam em bom estado de conservação. Chegando à casa do primeiro agricultor - filiado ao Movimento Sindical e com Pronaf A - que estava roçando o pasto com seu filho de 16 anos, percebeu-se que ele tinha uma relação bem amigável com o técnico da cooperativa e o elogiou bastante, passando a impressão que se conheciam há tempos. Após as apresentações pessoais e do trabalho a ser feito, foi realizada a gravação do depoimento à sombra de um pé de babaçu no meio da pastagem. Após os agradecimentos, ida e chegada a outro lote em que o agricultor também estava roçando pastagem. Ele, que era filiado ao Movimento mas não tinha acessado o Pronaf A, dispôs-se a contribuir com a pesquisa e, no quintal de sua casa foi feita a gravação. Agradecimentos, despedida e, na seqüência, o terceiro lote, em que o agricultor, filiado ao Movimento e com Pronaf A, foi bastante receptivo, dispondo-se a contribuir com a pesquisa na varanda de sua casa e na presença de sua esposa. Concluído ali, almoço na casa do pai do técnico da Copserviços, que era um agricultor residente no PA. Após o almoço, na varanda da casa, foi realizada a coleta de depoimento com um agricultor vizinho, filiado e com Pronaf A. Como os outros, ele se dispôs a contribuir com a pesquisa, ressaltando que já tinha tido cargos na diretoria da associação do assentamento. Coletado seus dados, seu depoimento e feitos os agradecimentos a todos, faltava ir ao lote do último agricultor, não filiado ao Movimento e sem Pronaf A. Chegando lá, ele estava trabalhando na construção da casa proveniente do Crédito Habitação, que consiste no quarto procedimento técnico/administrativo a ser adotado na fase de implantação de um projeto de assentamento¹⁷. A coleta de depoimento foi feita no terreiro da casa. Com este depoimento concluiu-se os trabalhos no PA2.

De volta a São Domingos, no outro dia, pela manhã, o pesquisador seguiu para o PA3, desta vez sem a companhia do técnico por já conhecer o assentamento que fica a 40 km desta cidade, mas distante 98 km de Marabá, município ao qual o assentamento oficialmente está

¹⁷ Ministério do Desenvolvimento Agrário. Norma de Execução INCRA Nº 2 de 28/03/2001. Dos Procedimentos para Implantação dos Projetos

vinculado. Este é um assentamento considerado antigo e distante, de acordo com os critérios de seleção já mencionados. Possui estradas ruins e pontes em péssimas condições.

Na casa do presidente da associação, um senhor já conhecido do pesquisador que trabalhara na implantação dos créditos Pronaf A com a comunidade em 2005, foi apresentada a proposta da pesquisa, ao que ele se dispôs prontamente a contribuir e indicar outros quatro agricultores possíveis para a realização das entrevistas. Em sua casa se encontravam uma agricultora e um agricultor que também se dispuseram a contribuir. Nesta residência, foram realizadas então três coletas de depoimentos, uma com o presidente da associação, filiado ao Movimento e com Pronaf A, uma com agricultora filiada e sem Pronaf A e outra com agricultor filiado e com Pronaf A.

O PA3 era muito extenso, apresentava grande dimensão territorial, possuindo na época, segundo o presidente da Associação, 160 famílias. Por não conhecer todos os trajetos, foi necessária a ajuda de um jovem morador da comunidade para chegar à casa do quarto e do quinto agricultor a serem entrevistados. O quarto agricultor, não filiado ao Movimento e sem Pronaf A, ficou desconfiado após a apresentação do trabalho e, inicialmente, não quis dar suas opiniões. Porém, após uma explicação melhor dos objetivos do trabalho, ele se dispôs a contribuir, pois entendeu que não se tratava de enviados do INCRA ou de algum órgão fiscalizador que pudesse comprometê-lo com seu depoimento. Foi feito o trabalho na sala de sua casa e feito os agradecimentos. Chegando ao lote do último agricultor, filiado ao Movimento e sem Pronaf A, após as apresentações ele se dispôs a contribuir com a pesquisa e opinou sobre as seis questões levantadas. Agradecimentos, despedida e retorno à casa do presidente da associação, situada na vila comunitária do PA, para uma última conversa e os últimos agradecimentos.

De volta a São Domingos ao anoitecer, na manhã seguinte houve o regresso a Marabá para organizar os materiais escritos e gravados e agendar a visita ao PA4. Após alguns dias tentando esse agendamento, foi possível marcar a realização do trabalho. Esse assentamento foi considerado antigo e próximo. Está a 30 km de Marabá, município ao qual está vinculado.

Pela manhã, o pesquisador partiu de moto para o encontro com o presidente da associação que estava na casa de outro agricultor, dentro do PA. Os dois, filiados ao Movimento e com Pronaf A, dispuseram-se a dar seus depoimentos naquele momento, além de indicar alguns agricultores que poderiam também contribuir com a pesquisa.

Uma dessas agricultoras era a professora de uma escola do assentamento, onde, no dia, pôde ser encontrada cozinhando a merenda dos alunos em um cômodo que funcionava como cantina. A professora era moradora do assentamento, filiada ao Movimento Sindical, mas não

tinha acessado o Pronaf A. Ela dispôs-se a contribuir com a pesquisa. Após a conclusão do depoimento na escola e agradecimentos, no horário de almoço, o penúltimo levantamento foi realizado no lote de um agricultor, filiado ao Movimento e sem Pronaf A, que, bastante receptivo, teve seu depoimento gravado na sala de sua casa. Coletados seus dados e seu depoimento, vieram os agradecimentos e, o último agricultor, não filiado e sem Pronaf A, bastante gentil, foi entrevistado no quintal de sua casa.

Concluídos os trabalhos no PA4, houve o retorno a Marabá, no fim da tarde, com os materiais escritos e gravados. Dessa forma, foram concluídos os trabalhos nos assentamentos.

6.3 - Sobre a análise, interpretação e sistematização das informações

Ainda em Marabá, foram organizadas todas as anotações, as cartolinas preenchidas nos grupos focais, as fitas cassete (foram ao todo 11 fitas gravadas de uma hora cada). Assim, foram digitadas as informações fornecidas pelos agricultores, pelos técnicos de ATES, pelos coordenadores da cooperativa e pelo técnico do INCRA.

Voltando a Viçosa, começou o trabalho de transcrição das entrevistas.

Este processo foi bem trabalhoso na medida em que a transcrição se complicava principalmente em determinados trechos dos depoimentos de alguns agricultores e técnicos que, por possuírem um linguajar próprio, muitas vezes não foi possível entender bem a pronúncia a ponto de poder transcrever literalmente a palavra pronunciada. Nessa transcrição buscou-se reproduzir a pronúncia de uma forma mais literal possível, por entender que, dessa forma, a originalidade do depoimento de cada entrevistado seria mais bem assegurada, além de trazer ao texto as especificidades regionais manifestas através da linguagem.

Ao todo, os depoimentos gravados resultaram em 350 páginas escritas a mão.

Foram levantadas várias questões a cada um dos grupos de entrevistados. As respostas foram sistematizadas e após a sistematização, foi possível estabelecer, para o grupo de agricultores e para o grupo de técnicos, algumas categorias de respostas e a frequência com que cada uma delas ocorre. A sistematização das questões com as respostas e a frequência está representada em quadros que possibilitam uma visão geral do sentido atribuído pelos dois grupos em relação aos serviços de ATES praticados na região.

A identificação da autoria de algumas falas de agricultores, em citações, foi feita com base no sexo (agricultor ou agricultora), idade, tempo de permanência no assentamento, se era ou não filiado ao Movimento Sindical e se acessou ou não o crédito Pronaf A. As respostas dos dois coordenadores e do representante do INCRA foram sistematizadas.

7 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Perfil dos agricultores que participaram da pesquisa

Será apresentado abaixo um quadro com o perfil dos 20 agricultores(as) que contribuíram com a pesquisa, de acordo com o projeto de assentamento em que residem. A seqüência de agricultores(as) apresentada no quadro é a mesma seqüência da agricultores(as) entrevistados em campo.

QUADRO 2 – PERFIL DA AMOSTRA DE AGRICULTORES(AS) QUE PARTICIPARAM DA COLETA DE DEPOIMENTOS

PA e data de Legalização	Sexo	Idade (anos)	Tempo de permanência no lote (anos)	Filiação ao Movimento Sindical	Pronaf A
PA 1 Rondon do Pará 2002	Mulher	40	6	Sim	Não tem
	Homem	49	6	Sim	Tem
	Homem	77	7	Sim	Tem
	Mulher	55	7	Sim	Não tem
	Homem	34	1	Não	Não tem
PA 2 São Domingos do Araguaia 2003	Homem	43	16	Sim	Tem
	Homem	42	15	Sim	Não tem
	Homem	41	15	Sim	Tem
	Homem	53	23	Sim	Tem
	Homem	35	7	Não	Não tem
PA 3 Marabá 1998	Homem	46	10	Sim	Tem
	Homem	39	7	Sim	Tem
	Mulher	48	10	Sim	Não tem
	Homem	57	10	Não	Não tem
	Homem	53	8	Sim	Não tem
PA 4 Marabá 1999	Homem	42	10	Sim	Tem
	Homem	43	8	Sim	Tem
	Mulher	47	10	Sim	Não tem
	Homem	43	5	Sim	Não tem
	Homem	47	10	Não	Não tem

Fonte: Pesquisa de campo.

No quadro estão apresentados os 20 agricultores que participaram da pesquisa, de acordo com o projeto de assentamento e município em que residem, a idade, o tempo de permanência no lote, se é ou não filiado ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e se acessaram ou não o crédito Pronaf A.

A seguir serão analisados depoimentos dos agricultores a respeito do serviço prestado a eles.

7.1. – Os agricultores e a ATES da Copserviços

A primeira questão colocada aos agricultores foi: na opinião do senhor(a), para que servem os serviços dos técnicos? As respostas foram sistematizadas em categorias como apresentadas no quadro que segue:

QUADRO 3: PARA QUE SERVEM OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS TÉCNICOS

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA	PA1	PA2	PA3	PA4
Proporcionar melhoras, em geral, na vida/trabalho dos agricultores	8	2	3	1	2
Prestar orientação técnica	8	1	2	1	4
Elaborar projetos Pronaf A e acessar recursos/infra-estrutura	7	2		3	2
Não conhece os trabalhos dos técnicos	2				2

Fonte: Pesquisa de campo

Na primeira categoria foram classificadas opiniões do tipo

“... Eu acho que é um trabalho pra desenvolver um pouco mais o trabalho do agricultor porque, éh, antes deles [técnico] entrar, a coisa era mais devagar né...” (Agricultora do PA1, 40 anos de idade, seis anos no assentamento, filiada à associação e ao STR).

Estas foram as primeiras palavras gravadas no trabalho de campo realizado nos assentamentos. A agricultora é uma das que tiveram a opinião relacionada à categoria de maior freqüência, observada em todos os PAs de acordo com o quadro acima (categoria denominada ‘proporcionar melhorias em geral na vida/trabalho dos agricultores’, com oito opiniões). Ela percebe que com a entrada dos técnicos, o negócio do agricultor desenvolveu

mais do que antes da chegada deles no assentamento. O técnico também é visto como aquele que ajuda nas atividades dos lotes, que conscientiza o pessoal na agricultura familiar, que ensina e explica as coisas pros agricultores, atuando na obtenção de infra-estrutura e melhoria para setores básicos como estradas, saúde, energia elétrica, educação. Por vezes é tido como uma ajuda pra qualquer coisa que o agricultor precise

“... nós tem que correr atrás do técnico da cooperativa, pra nós aqui né, quê, ele aí é amigão né, aí, mexe com isso, aí qualquer coisa com ele, procurando ele pra nós ajudar, né? O que nós tamo precisando, aí ele tá pronto pra ajudar, correr atrás.” (Agricultor do PA2, 35 anos há 7 anos no assentamento, não é filiado à associação e sindicato, não tem Pronaf A).

Outra categoria expressiva foi denominada ‘orientação técnica’, com 8 opiniões abrangendo todos os PAs. Percebe-se que alguns agricultores entendem os técnicos como aqueles que orientam, explicam, ensinam, trazem informações para eles, como demonstra o trecho

“... eles serve, pra mim ele serve assim pra indicar as coisa para gente, que a gente fica aqui na roça, a gente fica quais sem saber e eles traz as informação pra gente” (Agricultor do PA2, 43 anos, há 16 anos no lote, filiado à associação e sindicato e com Pronaf A).

Além disso, são vistos como aqueles que sabem sobre os procedimentos técnicos relacionados às atividades produtivas dos lotes, como trabalhar a agricultura

“... porque ele incentivou a gente a, por exemplo, a agricultura pra nós é muito incentivada por eles...” (Agricultor do PA4, 43 anos, há cinco anos no lote, não filiado à associação e sindicato e sem Pronaf A).

Ao se criar a categoria “orientação técnica”, partiu-se do entendimento amplo do significado desta expressão, de acordo com as reflexões já discutidas por COELHO (2005). Neste trabalho, as argumentações da autora tornam-se bastante relevantes nesse momento em que busca-se interpretar a prática de implementação de um serviço a comunidades assentadas, realizada por técnicos extensionistas, num contexto regional marcado por diferenças culturais, disputas políticas, violência, precariedade estrutural, dificuldades econômicas e degradação ambiental em vários assentamentos, espaço em que ocorre a ação de uma cooperativa criada por um Movimento Social que vem se consolidando há anos na região.

Esta proposição é baseada em uma outra lógica de atuação dos profissionais, tanto das ciências agrárias quanto de outras áreas de conhecimento que estejam envolvidos em processos de intervenção no meio rural brasileiro. E sob esta perspectiva, os técnicos de

ATES deparam-se com um trabalho em que a eles são atribuídas várias funções. Mediante o trabalho de orientação técnica, a uma função educativa, somam-se outras como a de mediador e a função técnica propriamente dita:

“... serve sim pra nós, pra ensiná, ixpricá as coisa pra nós, como é que é, como é que não é, certinho, pra não dar nada errado” (Agricultor do PA1, 77 anos, há sete anos no lote, filiado à associação e sindicato e com Pronaf A);

“... e só vocês que tão lá fora, que tão estudando, que tão vendo a situação do coitado na roça aqui, né, é que vai poder tá falando lá pros grande que a gente tá precisando sim de apoio deles, né?” (Agricultor do PA4, 42 anos, há dez anos no lote, filiado e com Pronaf A);

“... porque ninguém sem técnico sabe trabalhar, então tudo tem que ter tecnologia, se não for, não trabalha. Tem que saber como é que produz o feijão, como é que produz, porque aqui no Pará muita fala não produz feijão, mas eu acho porque não sabe plantar. Nós da roça não sabe bem plantar. Se tiver o técnico pra chegar e falar é assim, dessa forma assim, tá precisando disso, a terra tá precisando de um calcário, a terra precisa desse adubo, eu creio que produz” (Agricultor PA3, 39 anos, há sete anos no lote, filiado e com Pronaf A).

A terceira categoria identificada diz respeito ao papel dos técnicos enquanto agentes que acessam recursos e infra-estrutura para as comunidades e elaboram projetos da linha de crédito Pronaf A, com sete opiniões. Para melhor compreensão desta categoria, será feita uma descrição a respeito do processo de elaboração dos projetos Pronaf A pela Copserviços. Como visto anteriormente, o Pronaf é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996 pelo Governo Federal. No programa, existem várias linhas de crédito (como o Pronaf A, Pronaf C, Pronaf D, Pronaf Floresta), sendo que o Pronaf A é uma linha destinada a agricultores assentados em programa de reforma agrária e cadastrados no INCRA.

O acesso a esta linha de crédito constitui o sexto procedimento a ser adotado na fase de implantação de um projeto de assentamento¹⁸. A elaboração, implantação e acompanhamento dos projetos Pronaf A constitui uma das principais atividades da Copserviços.

O processo de elaboração se inicia quando os técnicos recebem os nomes dos agricultores ligados ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, a serem beneficiados naquele ano. Os nomes são encaminhados pela associação dos assentamentos e STR. Com a relação em mãos, os técnicos responsáveis pelos respectivos assentamentos começam o processo de regularização da documentação dos agricultores para atenderem às exigências e

¹⁸ Norma de Execução INCRA Nº 2, de 28/03/2001 (*Op. Cit*)

normativas das agências financiadoras. Os projetos elaborados pela Copserviços são financiados pelo Banco do Brasil e pelo Banco da Amazônia, agências sediadas em Marabá. Confirmados os nomes dos beneficiários e a documentação, inicia-se o processo de elaboração das propostas com os agricultores, nos assentamentos.

São feitas reuniões com a comunidade para explicar as normativas, as regras, os prazos de pagamento do financiamento, o valor limite e o valor mínimo de cada projeto, os juros, os descontos, os prazos de carência, as atividades previstas para financiamento, os orçamentos, alguns índices técnicos das atividades, os processos de liberação das parcelas do crédito, a compra de animais, mudas e sementes, o processo de implantação das atividades. Enfim, ocorre uma discussão para esclarecer os agricultores sobre as principais questões envolvidas na aquisição do financiamento federal.

A seguir é apresentada a imagem de uma reunião ocorrida entre técnicos da cooperativa e agricultores para discussão do Pronaf A. O técnico junto ao quadro-negro da escola é o autor desta pesquisa, ao lado de um colega da Copserviços, na época atuando como extensionistas na implementação dos serviços de ATES. O registro fotográfico ocorreu no ano de 2005.



Figura 4: Reunião entre técnicos da Copserviços e agricultores na escola de um assentamento para esclarecimento da linha de crédito Pronaf A, em 2005.

A segunda etapa, no assentamento, consiste em elaborar as propostas com cada um dos proponentes, ou seja, conhecer e planejar o conjunto de atividades que o agricultor deseja implantar em seu lote. Feito isto, os técnicos vão de lote em lote com cada um dos agricultores para ver se o estabelecimento oferece condições para implantação das atividades propostas (por exemplo, observar se o lote tem área de pastagem para o agricultor que deseja adquirir gado leiteiro; observar se o lote tem condições para construção de um açude para piscicultura aos que desejam trabalhar com criação de peixe).

Nesta fase, os trabalhos nos PAs levam de um a três meses para serem concluídos, pois são várias comunidades e centenas de agricultores a serem beneficiados todos os anos.

Com as propostas elaboradas e as visitas de observação nos lotes concluídas, é realizada a etapa de sistematização digital das propostas nas planilhas elaboradas pelos bancos. Os dados coletados com os agricultores são colocados nas planilhas. Algumas propostas inicialmente são reprovadas, mas mediante regularização de algumas questões pendentes - como problemas na coleta de informações no campo, por exemplo – estas podem ser aprovadas. Ao técnico cabe dar os encaminhamentos nesse sentido.

Feito isso, as propostas aprovadas são impressas e encaminhados para os bancos para análise. Após a análise bancária (muitas vezes bastante demorada), a agência envia os projetos para os técnicos da cooperativa que partem para recolher, nos assentamentos, as assinaturas dos proponentes, assim como de seus avalistas. Estando assinados, os projetos são reenviados aos bancos para liberação das parcelas correspondentes às atividades financiadas.

Inicia-se então outro processo a ser realizado pelos técnicos, que consiste no assessoramento dos agricultores junto às agências bancárias no dia da liberação das parcelas para pagamento de mão-de-obra. Além disso, os técnicos participam do agendamento de vistoria de construção de cerca a agricultores que vão adquirir gado bovino, atuam no acompanhamento da compra de animais com os agricultores, na entrega de rações, insumos e animais (como alevinos para piscicultura) nos lotes, no encaminhamento de notas fiscais, guias de transporte animal e atestados de vacinações aos bancos, elaboram uma série de laudos e ofícios às agências, decorrentes do andamento da implantação e acompanhamento das atividades nos lotes. Também fazem o acompanhamento dos projetos nas propriedades familiares (como construção de açudes, por exemplo) e auxiliam na comercialização dos produtos.



Figura 5: Autor da pesquisa, na época como técnico de ATES acompanhando agricultores na compra de gado para o Pronaf A, em 2004.

Grosso modo, esse é o processo de elaboração, implantação e acompanhamento dos projetos Pronaf A pela Copserviços.

Essa função foi lembrada por agricultores de três assentamentos, com exceção do PA2 - o PA considerado mais recente e mais próximo. Pode-se inferir que, pelo fato do assentamento ter sido criado recentemente, sua organização interna está em processo de construção, o que faz com que parte dos agricultores não tenha clareza sobre os benefícios a que tem direito, como o acesso ao Pronaf A.

Ainda na terceira categoria de análise, foi atribuída aos técnicos a função de acessar recursos e infra-estrutura,

“... haja visto que politicamente a gente é meio esquecido e o INCRA, pra consolidar um assentamento, a gente tem que ter o básico e aqui não tem nada, porque não tem estrada, não tem saúde, a educação é arrastada e assim por diante né [...] A gente tem esperança nessas coisas aí e a cooperativa, ela tá enfim pra tomar um rumo também e nos ajudar né, em relação a isso aí” (Agricultor do PA3, 46 anos, 10 anos no lote, filiado e com Pronaf A).

A função técnica de intervenção para resolução de demandas estruturais foi mais evidenciada no PA3, considerado na pesquisa como o mais antigo e distante. Isto demonstra

uma maior expectativa, por parte dos agricultores, em relação à melhoria de infra-estrutura básica, pela dificuldade gerada com a distância ao município sede, em que benefícios demoram mais tempo a chegar do que em PAs mais próximos.

A categoria ‘não conhece os trabalhos dos técnicos’ apresenta a opinião de uma agricultora e de um agricultor da mesma área. A primeira demonstra desconhecimento a respeito da função dos técnicos:

“... porque eu nunca vi, assim... de perto. Na verdade eu moro aqui, mas eu nunca vi de perto assim, nunca chamei ninguém pra ir lá na minha terra, entende? Mas pelo que eu ouvi falar, eu acho que, diz que é muito importante...” (Agricultora do PA4, 47 anos, dez anos no lote, filiada e sem Pronaf).

Percebe-se que a presença dos técnicos nos lotes é motivada pelo crédito, já que a opinião citada partiu de uma agricultora que não acessou o Pronaf A. Ela mora no assentamento considerado mais antigo e também próximo, em que várias famílias já acessaram o crédito. Com isso, a demanda de trabalho dos técnicos no PA aumenta e há uma tendência a privilegiar a assessoria aos agricultores com projeto. No mesmo assentamento, foi questionado por outro agricultor, esse desconhecimento a respeito do serviço de ATES,

“... isso ainda precisa ser mais esclarecido, que a gente não sabe quais são os nossos direitos, entendeu, diante do trabalho da Copserviços, entendeu? Qual é a função dela realmente, que detalhe, o que que nós podemos cobrar?” (Agricultor do PA4, 47 anos, 10 anos no lote, não filiado e sem Pronaf A).

Assim, pode-se dizer que as opiniões demonstram uma diversidade de atribuições aos técnicos nos assentamentos. E na prática, os técnicos exercem, ou tentam exercer aquilo que foi exposto no depoimento dos beneficiários do serviço. A percepção desta diversidade de funções e obrigações que fazem parte do cotidiano de trabalho destes profissionais foi evidenciada entre agricultores. Pode-se perceber que a forma com que os agricultores entendem o serviço não se origina do conhecimento do conteúdo oficial da política de ATES, mas se fundamenta no convívio com a prática cotidiana dos extensionistas; mesmo que só olhado de longe, o extensionista tem visibilidade e lhe é atribuída importância nos assentamentos. Alguns depoimentos também evidenciam que os entrevistados têm a noção dos direitos que não estão sendo atendidos.

Na seqüência da primeira questão, foi perguntado aos agricultores como eles avaliam os serviços prestados pelos técnicos e as informações foram sistematizadas no quadro abaixo.

QUADRO 4 - COMO OS AGRICULTORES AVALIAM OS SERVIÇOS PRESTADOS

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA	PA1	PA2	PA3	PA4
Elencam aspectos favoráveis	20	5	4	4	7
Elencam aspectos desfavoráveis	20	2	2	9	7
Não soube avaliar	2		1		1

Fonte: Pesquisa de campo

Pelo quadro pode-se perceber um equilíbrio entre aspectos favoráveis e desfavoráveis aos serviços, ambos foram manifestadas em todos os PAs. Um primeiro aspecto favorável percebido em todos os assentamentos foi a opinião de que é um trabalho bom, de explicação, orientação, havendo melhorias depois da entrada dos técnicos. Aqui também nota-se novamente o papel educativo destes profissionais, em opiniões do tipo

“... o trabalho deles são muito bom, são uma ajuda a gente bastante em coisa que a gente não entende né, sempre eles tão ali ao lado da gente pra explicar, pra ensinar, eu acho bom, muito bom o trabalho deles” (Agricultora do PA1, 55 anos, há sete anos no lote, filiada e sem Pronaf A).



Figura 6: Reunião entre agricultores e técnicos da Copserviços para discutir manejo ambiental em um projeto de assentamento, em 2002.

Alguns agricultores reconhecem o empenho dos técnicos em meio a adversidades

“... eles vêm porque vêm mesmo, é como ele já falou, vem nem que seja de carroça, nem que seja de caminhão, de a pé, mas vem” (Agricultor PA4, 43 anos, 8 anos no lote, filiado e com Pronaf A).

Esse depoimento demonstra que há o reconhecimento do esforço, contudo, ao mesmo tempo, demonstra a precariedade para prestação dos serviços.



Figura 7: Técnico da Copserviços atravessando trecho alagado de estrada para chegar a lote de agricultor de um assentamento, em 2004.

A relação de confiança para com o técnico foi frequentemente ressaltada:

“...o ponto positivo que eu acho é a sinceridade né? Porque nós trabalhamos assim, fazemos o nosso encaminhamento e foi nos dado assim uma, respaldo, uma resposta muito positiva” (Agricultor do PA3, 46 anos, 10 anos no lote, filiado e com Pronaf A).

Por outro lado, uma série de aspectos desfavoráveis foi relatada. A frequência insuficiente dos técnicos nos assentamentos foi o fator mais lembrado, como a falta de visitas:

“... os técnico da cooperativa, ele num anda assim quase direto nos assentamento né...” (Agricultor do PA2, 41 anos, 15 anos no lote, filiado e com Pronaf A).

Outro aspecto desfavorável manifestado é a relação oficial vigente de no mínimo um técnico para cada 100 famílias:

“... o que eu queria mais que acontecesse em lado pra se consertar é nisso aí, porque se é um técnico pra cada cem família, esse PA nosso aqui um técnico tá sendo pouco e assim mesmo esse mesmo técnico tá atendendo quatro ou cinco PA aí que eu não sei dizer bem direito, mas é a verdade” (Agricultor do PA3, 46 anos, 10 anos no lote, filiado e com Pronaf A).

Críticas foram feitas em relação à atuação técnica nas questões sociais e ambientais, bem como ao fraco acompanhamento técnico das atividades produtivas, referindo-se ao conhecimento dos técnicos em relação a manejo de criações e sanidade animal. A crítica às competências profissionais dos técnicos também pôde ser observada no PA 4

“... tá precisando justamente isso aí, de vim pessoas com bastante conhecimento, mais preparada né, pra poder suprir essa necessidade da gente sim” (Agricultor do PA4, 42 anos, 10 anos no lote, filiado e com Pronaf A, presidente da associação).

Outro fator desfavorável levantado em três PAs foi as dificuldades enfrentadas pelos técnicos com problemas de repasse de verba do governo federal. Alguns agricultores demonstram conhecimento de questões envolvidas na realização de convênios entre INCRA e Copserviços, o que se reflete desfavoravelmente na prestação dos serviços, como se observa no trecho

“... Então, a gente vê que alguma falha em alguma área aconteceu e continua acontecendo. De quem é a maior culpa, será dos técnicos, será da cooperativa? Ou será dos representante maior né, porque a gente sabe que, diz que saco seco não se põe em pé né, dois três meses de salário atrasado vai causar um problema na vida do profissional, ou então de quem depende daquele ordenado né. Então o profissional ele precisa ser atendido na área que ele exerce a função pra que ele possa ter o sustento dele e da sua família. Tão se o cabra deixa de receber ele perde o ânimo, perde alegria com aquilo, até muitas das vez desiste, né?” (Agricultor do PA1, 49 anos, seis anos no lote, filiado e com Pronaf A).

Também foi atribuído aos técnicos de ATES a responsabilidade pela demora na liberação de recursos do Pronaf A, situação muitas vezes decorrente de procedimentos bancários na fase de análise dos projetos elaborados.

Alguns agricultores não souberam avaliar por sua própria experiência, mas pelas experiências dos outros, como neste depoimento

“... então eu não sei nem como é que é, éh, esse, o trabalho deles, assim, eu vejo os outro, eles trabalhando pros outro, eu acho que é bom demais...” (Agricultor do PA 2, 42 anos, 15 anos no lote, filiado e sem Pronaf A).

O acesso ao crédito é fator de diferenciação quanto à avaliação dos serviços prestados, pois como já dito, há uma tendência objetiva no trabalho dos técnicos em privilegiar a assessoria nos lotes aos beneficiários do crédito

“... então fica até difícil da gente estar cobrando ou então avaliando né, essa prestação de serviços, tá? Porque se eu tivesse feito algum crédito, tivesse recebido algum crédito, era mais fácil deles estarem dando assistência maior até pra aqueles que estão recebendo né?” (Agricultor do PA4, 47 anos, 10 anos no lote, não filiado e sem Pronaf A).

Ainda é possível perceber nessa avaliações dos agricultores que os assentamentos mais distantes e mais antigos (PA3 e PA4 no quadro) foram os que ocorreram maior frequência de opiniões desfavoráveis. Contudo, isso não pode ser interpretado apenas como pura opinião desfavorável ou serviço ruim. Na época dessa pesquisa, esses PAs já tinham nove anos de criação, com associações antigas e mais bem instituídas, o que lhes caracteriza um nível de organização interna mais consolidado, o que reflete em maior consciência política da comunidade e maior capacidade de reivindicação e clareza de direitos.

Se por um lado, a avaliação dos assentados destaca como aspectos favoráveis o papel educativo dos técnicos, com reconhecimento do empenho no trabalho e da boa relação estabelecida com os agricultores, por outro lado, os fatores desfavoráveis estão ligados a diferentes aspectos que vão desde os que tocam os técnicos, até questões estruturais e normativas mais amplas. Assim, a competência técnica profissional destacada como incapacidade de alguns extensionistas para resolver ou orientar aspectos da produção permite questionar sobre o processo de formação dos profissionais para atuarem na agricultura familiar. Numa realidade tão complexa como a de um assentamento, é pretensão demasiada querer que alguém já saia, de uma vez por todas, pronto de qualquer escola (de nível médio ou superior). A formação continuada a partir da experiência no trabalho parece ser a forma eficaz de formação de competências.

Quanto às críticas às questões normativas estabelecidas na elaboração da ATES que muitos desses assentados chamaram atenção, merece interpretação a exigência de no mínimo 100 famílias para cada técnico. Aqui se poderia questionar se essa norma é eficaz, se se leva em conta fatores regionais, como distância e clima. Nesse aspecto, se poderia sugerir

flexibilidade e outro critério de alocação dos técnicos, como a idéia de uma equipe de no mínimo dois técnicos por assentamento com até 100 famílias.

Ao tomar para análise o questionamento de alguns dos agricultores sobre incapacidade técnica dos assessores, pode-se ver nessa manifestação a evidência não só da necessidade de uma formação mais adequada e continuada, como dito anteriormente. Nessa crítica pode-se evidenciar também a capacidade crítica desses agricultores. Mesmo não conhecendo a fundo seus direitos em relação à ATES, questionam o que talvez seja o que esperam minimamente desses técnicos assessores. Cobram um conhecimento suficiente para lidar com atividades produtivas na região, pois acreditam que esses conhecimentos fazem parte do aprendizado acadêmico recebidos nas escolas, médias ou superiores.

Concluindo, pode-se evidenciar nas opiniões dos agricultores entrevistados alguns limites para a eficácia dos serviços de ATES, tais como:

- necessidade de presença mais constante dos técnicos junto aos agricultores;
- melhor preparação ou capacitação dos técnicos, principalmente na parte técnica envolvida em atividades produtivas;
- dificuldades encontradas pelos extensionistas em realizar o trabalho mediante crises financeiras da entidade, geradas por problemas no repasse de recursos do Governo.

Por outro lado, aparecem também algumas potencialidades dos serviços da Copserviços como a confiança do agricultor para com os técnicos e a disposição e empenho destes profissionais, mesmo diante de adversidades. O reconhecimento aqui é da disposição militante dos profissionais da Copserviços que os coloca mais que compromissados, implicados nas lutas locais.

Por isso, pode-se dizer que as opiniões demonstram um índice expressivo de satisfação com os serviços de ATES da Copserviços, visto que muitas das opiniões desfavoráveis estão ligadas a aspectos que não dependem apenas dos técnicos, mas de regularização de normas estabelecidas em convênios entre Estado (através do INCRA) e entidade não-estatal (Copserviços). Ficou evidente que para melhor desempenho dos trabalhos, há necessidade de ajustamento de diretrizes contidas na regulamentação da ATES. Com isso, pode-se aventar que, instituições de ATES que têm como única fonte de renda o recurso federal por meio desses convênios para prestação de assessoria como serviço, terão, necessariamente, seus trabalhos prejudicados devido aos problemas comuns e constantes de repasse de verbas do convênio, o que se reflete na qualidade na continuidade da assessoria prestada.

Seguindo o roteiro das questões, outras duas questões foram colocadas para aprofundar a percepção dos agricultores quanto à ATES. A primeira indagou a respeito da possível(s) contribuição(s) do técnico(s) para o lote/família; a segunda perguntou sobre uma possível(s) contribuição(s) do técnico(s) para o assentamento como um todo.

Quanto à contribuição para a família, as respostas foram agrupadas em cinco categorias de respostas, conforme quadro que segue:

QUADRO 5: CONTRIBUIÇÃO DOS TÉCNICOS PARA O LOTE/FAMÍLIA, NA VISÃO DOS AGRICULTORES

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA	PA1	PA2	PA3	PA4
Função educativa e organizativa	6	1	1	3	1
Viabiliza projetos do Pronaf	6	2	2	1	1
Não identificou contribuição	5	1	2	1	1
Orientações técnicas	4		2		2
Percebe problema do Governo para maior contribuição do técnico	1			1	

Fonte: Pesquisa de campo

Nota-se que em todos os PAs, foi manifesta a função educativa e organizativa dos agentes de ATES. Com a mesma freqüência e também em todos os PAs aparece ‘viabiliza projetos do Pronaf’, o que envolve o trabalho de elaboração, implantação e acompanhamento de projetos de financiamento. Além do Pronaf A, a cooperativa já elaborou projetos da linha Pronaf Floresta e um dos agricultores vê isso como uma contribuição importante dos técnicos em seu lote, como demonstra o depoimento

“... no meu lote eu, eu tive um hectare de terra reflorestada. É pouco né, um hectare é pouco. A gente vê assim, bem pouco. Mas por outro lado meu lote valorizou muito, imagina essas árvores aí daqui a oito, dez, quinze anos o que elas não vai valer...”
(Agricultor do PA4, 43 anos, oito anos no lote, filiado e com Pronaf).

Pode-se evidenciar que o acesso aos créditos é tido pelos agricultores como um grande benefício, um incentivo, muitas vezes um pontapé inicial para o desenvolvimento de atividades que venham a trazer melhoria na renda e na qualidade de vida das famílias.

Nos quatro PAs foram entrevistados agricultores que não identificaram contribuições dos técnicos para a família; alguns por não terem ainda o Pronaf A, o que demonstra

novamente que a assessoria está mais direcionada para os que acessaram o financiamento. Outros apenas relatam que não identificam contribuição, além de evidenciarem desconhecimento a respeito do serviço

“... Não, não. Não afirmo pra terem ajudado, tá entendendo? Eu falo, eu não posso falar pra você que fez, que eu tô mentindo...” (Agricultor do PA1, 34 anos, um ano no lote, não filiado e sem Pronaf).

Quanto às contribuições ao que foi classificado aqui como orientações técnicas, elas foram manifestadas como os técnicos instruíram os agricultores em várias questões, como em atividades produtivas. Houve opiniões do tipo

“... os técnicos da Copserviços me orientou por exemplo numa criação de galinha, né, de pequenos animais, né e deu certo né”. (Agricultor do PA4, 42 anos, 10 anos no lote, filiado e com Pronaf A).

E também em outro trecho

“... eles contribuíram muito bem no investimento na agricultura familiar, eles incentiva muita gente plantar, deixar muita... planta, é, banana, a gente plantar mandioca, fazer horta pra alimentação familiar, eles contribui muito com a gente nessa área” (Agricultor do PA2, 53 anos, 23 anos no lote, filiado e com Pronaf A).

A união dos conhecimentos teóricos dos técnicos com o conhecimento prático dos agricultores também foi apontada como uma contribuição para o lote/família, como neste relato

“...você vem com o lado do estudo, a gente vem com o lado um pouco da prática né. E aí, a gente se juntando, fazendo essa idéia, trocando essas idéias, tem é muito a melhorar como eu já tive aqui no meu lote né” (Agricultor do PA3, 46 anos, 10 anos no lote, filiado e com Pronaf).

Este mesmo agricultor diz que o técnico tem como ajudar a comunidade, mas o Governo também tem que fazer o papel dele e dar condições pro técnico ir pro assentamento trabalhar

“... porque da situação que nós tamo vendo a cooperativa, tá cada vez ficando pior pra nós, porque tá se afastando o INCRA, talvez eu não sei, por causa desse repasse de recurso...” (*Idem*).

Pode-se evidenciar nesta questão que a função educativa e organizacional desempenhada pelos técnicos e os trabalhos relacionados ao Pronaf A são os que mais apareceram nos depoimentos dos agricultores como contribuições individuais às famílias. O acesso ao crédito foi então o fator de diferenciação de suas opiniões em relação à contribuição dos serviços de ATES. Todos os relatos da categoria ‘não percebeu contribuição’ foram de agricultores que não acessaram o Pronaf.

A demanda de trabalho dos profissionais é ocupada em grande parte com os projetos e conseqüentemente, os trabalhos de assessoria destinam-se com maior freqüência aos agricultores financiados.

Uma questão que aqui pode ser levantada é como fazer com que o tempo de trabalho dos técnicos de ATES seja empregado de forma a atender igualmente os agricultores financiados e não financiados, já que o serviço se destina a ambos.

Ressalta-se que os técnicos da Copserviços prestam serviços a todos os agricultores dos assentamentos, porém, de fato a maior parte do tempo de atuação no campo, na intervenção nos lotes, ocorre com os agricultores financiados, tendo como causa, a princípio, a grande demanda de projetos e todo o lento e trabalhoso processo envolvido em sua elaboração, implantação e acompanhamento.

Evidenciou-se também que há conhecimento por parte dos agricultores dos problemas envolvidos na execução do convênio entre INCRA e Copserviços.

A pergunta seguinte buscou perceber contribuições em relação ao assentamento como um todo.

QUADRO 6: CONTRIBUIÇÃO DOS TÉCNICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA	PA1	PA2	PA3	PA4
Função educativa	8	2	3	3	
Função mediadora	5			2	3
Elaboração, implantação e acompanhamento de projetos	3		1	1	1
Orientações técnicas	3	2	1		
Não soube responder	2	1			1
Trabalhar direito	1	1			

Fonte: Pesquisa de campo

As respostas a essa questão demonstram que, pela percepção dos agricultores, as principais contribuições dos agentes de ATEs não estão atribuídas ao conhecimento técnico resultante do ensino nas escolas técnicas e universidades, principalmente dos profissionais das ciências agrárias¹⁹. As principais contribuições ocorrem no sentido das funções educativas e mediadoras, definidas como categorias no quadro acima.

Pelas opiniões relativas à ‘função educativa’, categoria já discutida anteriormente, e agora pela categoria ‘função mediadora’, percebe-se que os trabalhos dos agentes de ATEs apresentam um dinamismo muito grande, atuando em diversas esferas envolvidas no processo de reforma agrária e consolidação de assentamentos na região.

Pelo quadro, nota-se que opiniões relacionadas à categoria ‘função mediadora’ foram relatadas apenas nos PA3 e PA4, ambos assentamentos considerados antigos, sendo o primeiro considerado o mais distante (98 km do município sede). Isso pode ser atribuído a um melhor nível de organização destes assentamentos, com associações mais antigas, em que as lideranças, por estarem mais preparadas politicamente, cobram mais dos profissionais de ATEs no sentido de trazerem benefícios para as comunidades.

Essa função mediadora muitas vezes está relacionada à elaboração de ofícios, laudos, documentos e solicitações, visando trazer benefícios para a comunidade. O ato de redigir documentos para agricultores, associações e sindicatos é parte constante do trabalho dos técnicos²⁰, como pode ser notado neste depoimento:

“... como eu cheguei lá muitas vezes pedindo fazer um ofício, um encaminhamento e algum outro lá foi bem respeitado, quer dizer, que isso é uma das coisas que a gente também tem que dizer que foi trabalhado né...” (Agricultor do PA3, 46 anos, há 10 anos no lote, filiado e com Pronaf).

Outra característica da função mediadora é elaboração de projetos para benefício dos assentamentos, como relatado abaixo

“... você foi um dos que, que pensou em coletivo de modo geral né, e que tá dando certo hoje é a feira do agricultor né, a feira do agricultor, tá todos aí tão indo lá pra feira, hoje nós temo vinte e quatro agricultor que tá indo pra vender o seu produto, que não tinha...” (Agricultor do PA4, 42 anos, há 10 anos no lote, filiado e com Pronaf).

¹⁹ Na Copserviços, o quadro profissional é composto por técnicos de várias áreas de conhecimento, mas predomina os das ciências agrárias como Licenciados em Ciências Agrárias, Engenheiros Agrônomos, Veterinários, Zootecnistas, Técnicos em Agropecuária e Técnicos Agrícolas.

²⁰ De acordo com informações contidas nos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos elaborados pela Copserviços, o índice de escolaridade da maioria dos agricultores (principalmente os pais de família) é bastante baixo, com alto índice de analfabetismo ou semi-analfabetismo.



Figura 8: Imagem registrada em 2007 da feira da agricultura familiar de Marabá, um projeto de parceria entre Copserviços e STR de Marabá, inaugurado em novembro de 2006.

O acompanhamento das atividades produtivas pelos técnicos é tido por alguns agricultores como benefícios para o assentamento como um todo, como observado na categoria ‘orientações técnicas’. As opiniões referiram-se a projetos de piscicultura (os técnicos acompanham a construção de açudes junto com os operadores de tratores de esteira, nos lotes) e orientações em geral a respeito de cultivos e criações animais. Abaixo são apresentadas imagens desse tipo de trabalho de orientação técnica desenvolvido nos lotes.



Figura 9: Autor da pesquisa, na época como técnico de ATES realizando a soltura de alevinos para piscicultura financiada pelo Pronaf A em lote de agricultor, em 2004.



Figura 10: Técnicos da Copserviços e agricultora em trabalho de orientação sobre manejo alimentar de piscicultura, em lote de assentamento no ano de 2004.

A aquisição do crédito Pronaf A foi citada como benefícios gerais para a comunidade, o que se pode evidenciar que o tema crédito povoa as expectativas. Para os que não tiveram acesso ao crédito, a compreensão da pergunta ficou comprometida como se pode ler no depoimento:

“... é, até que esse lado eu não sei muito responder não” (Agricultora do PA1, 40 anos, seis anos no lote, filiada e sem Pronaf).

Na categoria ‘trabalhar direito’, foi classificada e destacada uma resposta por sua relevância de sentido, quando se remete à experiência anterior da época do FNO-Especial, como explicado na contextualização desta dissertação. O agricultor percebeu como benefício ao PA a forma como os técnicos trabalham

“... que ajudô, ajudô bem, porque eles trabaiô aqui direitim, nunca fez nada errado aqui cum nós...” (Agricultor, 77 anos, 7 anos no lote, filiado, com Pronaf).

Nessa reposta fica evidente que o reconhecimento de contribuições dos trabalhos dos técnicos acontece, principalmente, por meio da relação direta com os agricultores. Nessa interação face-a-face é que é possível orientação, explicação, esclarecimento de questões, ensino de algo que lhes é de interesse. O acesso a informações é indispensável para eles, e a função de mediação dos técnicos assessores marca-o como um elo entre a comunidade e setores públicos. É nessa mediação que se estabelecem as articulações entre instituições públicas e instituições dos movimentos sociais, que em princípio não poderia ser classificadas como instituições privadas puras, pois suas funções são públicas. Ao buscar atender a demanda das famílias e da comunidade como um todo, os assessores assumem função de Estado fora dele, sem os direitos do funcionalismo público. Essa estrutura fragiliza a institucionalização da ATES como um direito e a torna apenas um serviço, que, como tal, pode ser prestado ao não.

O que se pode concluir desse debate com os agricultores é que o acompanhamento técnico nas atividades produtivas na ATES ocupa o menor tempo de trabalho dos profissionais de campo. Além disso, a formação escolar que tiveram nas instituições de ensino não tem sido capaz, em princípio, de lhes propiciar competência técnica necessária. Por ser um serviço descontínuo, a estrutura sobre a qual a ATES vem sendo mantida não permite oferecimento da formação continuada e aprimoramento técnico pelo trabalho. Além disso, um técnico para cada cem famílias é uma norma estruturante de algo feito para não funcionar com

eficácia necessária, mesmo que os agricultores reconheçam que esses assessores foram melhores que os da época do FNO, mais comprometidos e implicados nos desafios das lutas pela manutenção na terra.

Assim, destaca-se mais uma vez que se faz necessário pensar num processo de formação ou capacitação a ser oferecido aos técnicos para atuarem em funções tão dinâmicas como a assessoria em assentamentos. Tendo em vista a formação acadêmica da maioria dos assessores, a formação anterior não privilegia este dinamismo envolvido nos trabalhos com a agricultura familiar²¹.

Na questão seguinte foi solicitado aos agricultores que apresentassem sugestões para melhorar o serviço, o que está apresentado a seguir.

QUADRO 7: SUGESTÕES DOS AGRICULTORES PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA	PA1	PA2	PA3	PA4
Melhoria na atuação dos técnicos	13	2	2	3	6
Melhoria da infra-estrutura no assentamento	12	2	4	3	3
Ação governamental (ausência do Estado/Governo)	7	2		5	
Organização dos agricultores nos assentamentos	1			1	

Fonte: Pesquisa de campo

As sugestões citadas com maior freqüência referem-se à categoria denominada ‘melhoria na atuação dos técnicos’, manifestadas em todos os assentamentos. As opiniões mais freqüentes nesse sentido foi em relação à necessidade de maior presença dos técnicos nos PAs, com cinco opiniões do tipo

²¹ Segundo CAPORAL & RAMOS (2006), os cursos de formação de profissionais para atuação no meio rural, seja de nível médio ou superior, continuam reproduzindo o modelo de transferência de tecnologia oriundos da Revolução Verde. “As instituições de ensino deveriam repensar o processo de formação, as grades curriculares e as metodologias de ensino, de modo que os profissionais possam estar preparados para os desafios da nova realidade” (CAPORAL & RAMOS, 2006, p.6).

“... eu só gostaria assim, que a gente visse mais eles aqui dentro, atuando em algum lugar, em algum lote” (Agricultora do PA4, 47 anos, 10 anos no lote, filiada e sem Pronaf).

Ressalta-se que todas as cinco opiniões sugerindo maior presença dos técnicos nas áreas foram de agricultores que não acessaram o crédito Pronaf A, demonstrando novamente que os agricultores financiados são priorizados na realização dos serviços de assessoria.

Outras sugestões envolvendo melhoria da atuação dos técnicos referiram-se à relação de comunicação entre eles e os agricultores. A postura autoritária de alguns profissionais foi questionada, assim como a necessidade de se ouvir mais a comunidade para saber dela quais os melhores projetos para beneficiá-la. Quanto ao primeiro questionamento, foi dito

“... não é chegar e dizer ocê vai fazer! É acompanhar nós de perto e dizer isso aqui é bom, isso aqui, aqui é melhor..” (Agricultor do PA3, 46 anos, 10 anos no lote, filiado e com Pronaf).

Quanto ao segundo questionamento:

“...tem que ter uma reunião com os técnico pra gente discutir o que que será bom pro nosso assentamento[...] ouvir a comunidade, pra saber o que precisa” (Agricultor do PA3, 39 anos, 7 anos no lote, filiado e com Pronaf).

As opiniões demonstram que há uma queixa de parte dos agricultores em relação à postura dos técnicos, necessitando estabelecer uma relação mais dialógica com o agricultor e com a comunidade como um todo. As duas opiniões foram de moradores do PA3, já descrito como um assentamento criado há nove anos, com uma associação organizada e com as lideranças mais preparadas politicamente, o que vem propiciar maior clareza para os questionamentos. Além disso, esse é um PA distante do município, que luta para superar os entraves causados pela distância que dificulta o acesso a infra-estrutura e outros benefícios, fazendo com que o técnico, atuando, dentre outras, em suas funções educativas e mediadoras, necessite estar mais bem preparado para se relacionar com a dinâmica destes espaços.

Outras sugestões ocorreram no sentido dos técnicos buscarem implantar mais projetos de culturas vegetais para aumentar a diversificação produtiva, obterem mais linhas de crédito para os agricultores e, ainda, intervirem para mudar algumas normativas do Pronaf que beneficiaram o agricultor. Aqui fica clara a expectativa da assessoria militante.

Por fim, nesta primeira categoria uma opinião deve ser ressaltada, que diz respeito a processos de capacitação de agricultores e ao esclarecimento dos direitos dos agricultores quanto aos serviços de ATES.

Um agricultor sugeriu que os técnicos devem oferecer cursos de administração rural para que os colonos possam gerenciar o seu negócio, seja ele projeto Pronaf ou projeto próprios. A inadimplência dos Pronaf foi citada e segundo o agricultor, uma das causas pode ser o despreparo dos clientes em gerir seu próprio negócio e sua dívida. Este mesmo trabalhador questionou e sugeriu a necessidade de se esclarecer os serviços de ATES à comunidade, para que todos os agricultores saibam de seus direitos e dos deveres dos técnicos, sendo para ele

“... é necessário que haja também a informação, clara, quais são os direitos do trabalhador e quais são os deveres da Copserviços com o agricultor, entendeu?” (Agricultor do PA4, 47 anos, há 10 nos no lote, não filiado e sem Pronaf).

Esta opinião evidencia um tipo de expectativa a respeito dos serviços de ATES, que pode até não corresponder ao que está regulamentado, mas que aponta para a importância do papel educativo do extensionista.

A segunda categoria com maior frequência para melhoria do serviço foi ‘melhoria da infra-estrutura no assentamento’, com 12 opiniões manifestadas também em todos os PAs pesquisados.

Torna-se importante destacar aqui que existem vários assentamentos na região criados há dez, quinze, dezoito, vinte anos e até mais, mas que até hoje não se emanciparam.

Em conversa com o Gerente de ATES do INCRA-SR 27, na sede do instituto em 2003, o autor dessa pesquisa foi informado que, para ocorrer a emancipação, um projeto de assentamento deve apresentar uma infra-estrutura mínima para que se obtenha a titulação definitiva das propriedades. Para isso ocorrer, é atribuído ao poder público federal a implantação de eletrificação rural, a construção de uma determinada quilometragem de estradas, redes de saneamento; também é preciso que todos os procedimentos referentes à fase de implantação dos PAs sejam concretizados, como a elaboração dos PDAs, a demarcação dos lotes e a liberação dos créditos previstos para esta fase. Além disso, outros setores sociais devem ser atendidos e envolvem a participação de poderes públicos estaduais e municipais.

Na região sudeste do Pará, a maioria dos assentamentos rurais não foi emancipada, o que demonstra a precariedade estrutural em que se encontram, apesar de muitos terem sido oficialmente criados há vários anos.

As condições de infra-estrutura nos assentamentos são bastante precárias, com péssima qualidade de estradas em grande parte das áreas, ocorrendo ausência de energia elétrica e ausência de serviço de saúde na maioria dos PAs. As estradas constituem-se demandas constantes para os agricultores, como pode ser observado neste depoimento

“... de estrada, a estrada não tá original assim pra güentar o balanço, do verão e chega até mais ou menos, mas no inverno, o sofrimento é mei, mei péssimo” (Agricultor do PA3, 53 anos, oito anos no lote, filiado e sem Pronaf).

A seguir são apresentadas imagens que permitem visualizar as condições das estradas nos assentamentos da região.



Figura 11: Veículo de trabalho dos técnicos da Copserviços em uma estrada dentro um PA de Rondon do Pará, na época das chuvas na região, em 2003.



Figura 12: Trecho de estrada em projeto de assentamento de Marabá, no ano de 2004.



Figura 13: Autor da pesquisa, trabalhando como técnico de ATES em trecho de estrada de um assentamento de Marabá, no ano de 2005.



Figura 14: Trecho de estrada dentro de um projeto de assentamento de Marabá, em época de chuvas na região, no ano de 2005.

O sistema de educação é bastante deficiente. Na maioria dos PAs que possuem escolas, as construções são rústicas, feitas pelos próprios agricultores, onde os alunos estudam em regime de multi-seriado (turmas com alunos de primeira à quarta série), não havendo, muitas vezes, a continuidade das séries escolares na comunidade. Isso leva os jovens a terem que sair da localidade para prosseguir nos estudos ou então a pararem de estudar. Abaixo tem-se uma imagem que permite visualizar as condições das escolas da maioria dos projetos de assentamento da região.



Figura 15: Escola de um assentamento em 2003, construída pelos agricultores, funcionando em regime multisseriado de primeira a quarta série.

Há também escolas-padrão de ensino fundamental provenientes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). São unidades de ensino que apresentam maior qualidade estrutural, contendo salas de aula, salas para funcionários e cantina equipada com materiais para preparo de merenda. Contudo, esse modelo foi implementado em poucos assentamentos da região. A imagem abaixo mostra uma escola-padrão em funcionamento em um assentamento do município de Marabá.



Figura 16: Escola de ensino fundamental proveniente do PRONERA em assentamento de Marabá, em 2005.

O transporte dentro e fora dos assentamentos é muito limitado. Muitas vezes as distâncias são percorridas a pé ou, por meio de animais domésticos como cavalos, éguas e muares. São poucas as famílias que possuem veículos próprios e quando isso ocorre, são geralmente motos. Existem algumas linhas de van para transporte de passageiros em determinados horários, sendo que algumas chegam a percorrer trajetos de até 250 km de estradas de terra para chegar à cidade sede.

Grande parte dos agricultores não recebeu o crédito Habitação e por isso residem em casas de madeira com cobertura de palha ou casa de taipa, construção bem rústica feita com base em uma estrutura de paus trançados e revestimento de barro, coberta com palha de babaçu ou com cavaco (pedaços de pau de formato semelhante a telhas de barro).



Figura 17: Autor da pesquisa, como técnico de ATEs, em reunião com agricultores para elaboração de PDA, no interior de uma casa de taipa, no ano de 2002.

Os agricultores sentem a necessidade de algumas benfeitorias e obtenção de maquinários para trabalharem as atividades em seus lotes, como tratores e implementos agrícolas para o preparo de áreas de roça. Seis agricultores, nos quatro PAs, se pronunciaram quanto à necessidade destes equipamentos, como percebido neste trecho

“... o que eu acho que eles devia fazer era trabalhar, arrumar uma máquina pra ajudar a gente na roça, porque o pasto acabou [...] e as terra tá fraca...” (Agricultor do PA2, 42 anos, 15 anos no lote, filiado e sem Pronaf).

Torna-se importante destacar, diante destes depoimentos, a relação entre a precariedade estrutural dos assentamentos e os limites de um manejo ambiental mais sustentável nestas áreas. A maior parte dos agricultores assentados assessorados pela Copserviços realizam o processo de formação de lavouras anuais em seus lotes, segundo pesquisa de campo para elaboração de PDAs realizada pela entidade. A formação das roças inicia-se com a “broca”²² e depois a derrubada, geralmente feitas no mês de julho. Em seguida é feita a queima, geralmente em setembro, para no início das chuvas (novembro) fazer o plantio das sementes de arroz, milho, mandioca e feijão, que constitui a base da alimentação

²² A “broca” consiste em cortar galhos, cipós, arbustos e vegetações mais finas que estejam em volta das árvores, no intuito de desbastar, fazer uma “limpeza” da área para facilitar a derrubada.

das famílias ao longo do ano. As colheitas ocorrem geralmente em abril ou maio - com exceção da mandioca que é colhida com oito ou com 18 meses.

Esses procedimentos se repetem no ano seguinte, em uma outra área de mata, pois os agricultores alegam que não é possível se utilizar a mesma área do ano anterior devido à formação de juquira²³ e devido à redução da produtividade. A falta de condições das famílias para adquirir maquinário para o preparo de áreas para lavoura contribui para este desmatamento de áreas nativas para a formação da lavoura de subsistência²⁴. Os agricultores dependem das roças anuais para garantir a alimentação familiar e muitos sabem dos impactos das queimadas, mas não percebem outra opção para obter sua cesta básica. Algumas iniciativas já foram feitas envolvendo agricultores, técnicos e secretarias municipais para aquisição de maquinário em sistema de rodízio em alguns lotes. Mas são iniciativas que nem sempre obtêm sucesso, pois é difícil obter o fornecimento das máquinas. A seguir é apresentada uma imagem de uma área de roça plantada após a derrubada e a queima, podendo-se visualizar o impacto ambiental.



Figura 18: Área derrubada e queimada para plantio de arroz.

²³ Juquira é o nome que se dá na região à vegetação que se desenvolve na área plantada e que apresenta vários tipos de plantas que crescem rapidamente e tornam difícil o preparo manual da área para um novo plantio de roça.

²⁴ Em pesquisa de campo para elaboração de PDA realizada pela Copserviços, quase toda a safra colhida vai para o consumo das famílias; apenas o excedente, principalmente de arroz e milho, é vendido. Alguns agricultores vendem parte da produção de farinha de mandioca e raramente há excedente de feijão para venda.

Um agricultor destacou a necessidade de melhoria no transporte dos técnicos para melhoria dos serviços:

“... o cara pula em cima numa moto aqui que é um transporte muito inadequado, pra pessoa fazer, tá entendendo? Cê munta numa moto e cê pega uma puaca de quarenta, cinquenta, cem quilômetro” (Agricultor do PA1, 34 anos, um ano no lote, não filiado e sem Pronaf).

A ausência do Estado foi uma categoria que abrangeu sete opiniões em dois PAs diferentes, principalmente o PA3, distante do município e que conta com 160 famílias, segundo o presidente da Associação. Dois agricultores demonstraram consciência das limitações encontradas pelos técnicos para a prestação do serviço diante dos problemas de repasse de verbas para a cooperativa, em depoimentos do tipo

“... assim, o técnico é, como eu digo, ele tem que ter também o lado positivo desses órgãos que por trás eles estão bancando essa cooperativa né, ou seja, eles pagarem vocês pra poder também cobra de vocês.” (Agricultor do PA3, 46 anos, 10 anos no lote, filiado e com Pronaf).

E também,

“... sobre esse ponto aí do desenvolvimento maior do assentamento, eu vejo assim que não só a força do técnico vai resolver. Bom, teria que ter forças maiores é, apoiando os técnico, começando dos governos maiores indo para os governos menores pra que os técnicos viesse realmente ter este, este apoio” (Agricultor do PA1, 49 anos, seis anos no lote, filiado e com Pronaf).

Foi denunciada, também, a ausência de órgãos federais como o IBAMA para, como autoridade, pressionar os agricultores a preservarem as áreas de mata nativa dentro dos limites estabelecidos legalmente, evitando assim o desmatamento excessivo que vem resultando em escassez de chuvas e água na área.

Outro agricultor questionou a postura do Governo para com os setores básicos do assentamento

“... outra coisa que eu também quero que os governo também mioras, os políticos, é as nossas escolas, principalmente aqui tá uma coisa de, uma tristeza muito grande né. Hoje já é vinte e oito, já é vinte e um né, vinte e dois de agosto e nunca começou as aulas.[...] o assentamento não tá dentro da reforma agrária igual ele fala, tá muito por fora dos assunto que tá lá no papel” (Agricultor do PA3, 39 anos, 7 anos no lote, filiado e com Pronaf).

A última categoria diz respeito à opinião de uma agricultora, que percebe como fator de melhoria dos serviços uma maior união entre os agricultores, pra que haja maior contribuição dos moradores para com a associação do assentamento, melhorando a organização da comunidade.

Desta questão levantada, pode-se evidenciar a expectativa dos assentamentos quanto à melhoria de sua infra-estrutura básica, bem como maior participação do Governo no desenvolvimento das comunidades. O Estado brasileiro assume em seu discurso que o aparato estatal deve estar à disposição da população, como já visto em Brasil (2004). Porém, o que se percebe pelos depoimentos é que há precariedade estrutural em setores básicos dos assentamentos, os quais não vêm sendo atendidos pelos governos. Esta precariedade torna-se um sério complicador para que as famílias alcancem melhoria de suas condições de vida.

Evidenciou-se também que há conhecimento por parte dos próprios agricultores das dificuldades enfrentadas pelos técnicos em prestar o serviço diante dos problemas de atraso das parcelas de convênios. Contudo, destacam que há necessidade de melhoria na atuação dos técnicos para um melhor diálogo com a comunidade e para melhor capacitação dos agricultores.

Torna-se evidente também que o conhecimento dos agricultores sobre os serviços de ATEs é limitado, aspecto que explica o questionamento dos conhecimentos dos próprios técnicos a respeito dos serviços que realizam, o que poderá ser mais bem esclarecido adiante, na interpretação da percepção dos extensionistas sobre seus trabalhos.

A última pergunta feita aos agricultores foi sobre o que eles esperavam dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental. Com esta questão foram concluídos os trabalhos de coleta de depoimentos nos assentamentos.

QUADRO 8: O QUE OS AGRICULTORES ESPERAVAM DOS SERVIÇOS DE ATES

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA	PA1	PA2	PA3	PA4
Melhoria na atuação dos técnicos	12	3	4		5
Melhoria da infra-estrutura no assentamento	10	1	3	5	1
Maior ação governamental	2	1		1	
Acesso e melhoria na linha de crédito	2		1		1
Inteligência, ética e caráter	1			1	

Fonte: Pesquisa de campo

A categoria ‘melhoria na atuação dos técnicos’ obteve maior frequência, com doze opiniões em três dos quatro PAs pesquisados. Foram abordadas diversas demandas atribuídas como responsabilidades dos extensionistas, como melhoria na parte ambiental dos assentamentos. Os depoimentos demonstram preocupação com o desmatamento e com a degradação de nascentes e cursos d’água, expondo a consciência dos trabalhadores rurais sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, como demonstrado no trecho

“... então eu acho que os técnicos tem que incentivar mais pra gente aqui, pra gente poder crescer junto com eles e preservar o meio ambiente, porque não tá sendo preservado na nossa região...” (Agricultor do PA4, 43 anos, cinco anos no lote, não filiado e sem Pronaf).

Outra demanda esperada e atribuída aos técnicos é a necessidade de mais informações para os agricultores sobre os serviços de ATES e a necessidade de se integrar o conhecimento dos técnicos com o deles:

“... aí junta-se os dois conhecimentos, o conhecimento prático né [o do agricultor] e o conhecimento teórico que é do técnico né? Então a gente espera que no futuro, essa parceria, o agricultor venha sair mais beneficiado do que o que está hoje, para melhoria...” (Agricultor do PA4, 47 anos, 10 anos no lote, não filiado e sem Pronaf).

Foi enfatizada também a demanda por processos de capacitação que permitam aos colonos gerir melhor seus empreendimentos, bem como maior intervenção dos técnicos em prefeituras municipais para melhoria de estradas, pontes e melhorias gerais para a comunidade

“... eu espero que eles desenvolva mais, eles desenvolva mais o nosso PA, isso é que eu espero deles” (Agricultor do PA2, 43 anos, 16 anos no lote, filiado e com Pronaf).

Por fim, foi lembrada nesta categoria como demanda, uma maior rapidez na implantação de projetos para a comunidade, em virtude de iniciativas mal sucedidas, como um projeto de artesanatos em que houve a mobilização da comunidade, mas após algumas reuniões, nada do que foi pensado se concretizou.

A segunda categoria que apresentou maior frequência foi ‘melhoria na infra-estrutura do assentamento’. Demandas como obtenção de energia elétrica, melhoria das escolas, das estradas e da situação da saúde nos PAs foram relatadas como expectativas ligadas aos serviços de ATES em vários depoimentos, como

“... eu espero é coisa boa, é a miora é, é o que, é o que vem pra nós que vem lá de fora, é um médico, vem a energia, saúde né, as estrada, é, miora é isso, é continuar com as estradas pra nós, é ajudá nós...” (Agricultora do PA3, 48 anos, 10 anos no lote, filiada e sem Pronaf).

Na categoria ‘maior ação governamental’, foi manifestada a insatisfação quanto à ausência dos Governos nos assentamentos. Houve questionamento quanto aos motivos que levam alguns agricultores a venderem seus lotes, diante da falta de acompanhamento governamental, como percebido no seguinte depoimento

“... então, dessa conversa nossa aí, tem a parte do governo que tem um erro muito grande também, porque acompanhamento foi muito pouco né? O cara vendeu o lote foi por falta de que que ele vendeu? Tem que saber do agricultor porque que saiu da região...” (Agricultor do PA3, 46 anos, 10 anos no lote, filiado e com Pronaf).

Outra opinião refere-se ao apoio dos governos federal e estadual nas questões que envolvem a melhoria do assentamento

“ Aí a grande questão é essa, a gente acabou de falar que é o lado financeiro. Então o que que o técnico vai poder fazer a mais por nós, se não houver apoio dos outros representante maior? Porque a cooperativa não é nosso representante maior. Né, no caso, a associação é representante pequeno, sindicato é representante pequeno, aí vai subindo, associação, sindicato, Copserviço, cooperativa, Fetagri, são as base. Mas essas base elas precisa de um apoio maior, digamos do governo ou federal, estadual pra que esses técnicos venham ter, tenham como oferecer uma vantagem maior para o trabalhador...” (agricultor do PA1, 49 anos, 6 anos no lote, filiado e com Pronaf).

Algumas opiniões ocorreram em relação ao crédito Pronaf A, na categoria ‘acesso e melhoria na linha de crédito’. Houve agricultor que disse esperar dos serviços a chegada do financiamento (este entrevistado não tinha acessado o crédito até então). Outros

manifestaram-se questionando algumas normativas do Pronaf A, nas quais percebem algum tipo de entrave e esperam que os técnicos atuem para mudá-las. Como exemplo, um agricultor espera que a verba para comprar matrizes bovinas seja liberada diretamente para o beneficiário do crédito, para dessa forma o agricultor ter maior liberdade em gerir o seu próprio negócio. No caso do Pronaf A, a verba para compra de animais não vai diretamente para o agricultor; ele pode escolher onde comprar os animais e selecionar as matrizes (o técnico de ATES acompanha este processo), mas o pagamento da compra é feito pelo banco, mediante nota fiscal, atestados veterinários e Guias de Transporte Animal a serem providenciados pelo vendedor e encaminhados pelos técnicos da cooperativa, incluindo laudos de compra.

Um agricultor destacou a necessidade de inteligência e ética pra trabalhar e fazer um trabalho sincero, alegando a descrença atual das pessoas umas para com as outras

“...mas tem que ter muita inteligência pra saber trabalhar, muita ética pra poder fazer um trabalho sincero, que hoje ninguém acredita em ninguém [...] tem que pegar as pessoas de muito, que tem muita ética, que tem muito carato pra poder trabalhar nessa área aí, as pessoa que tem responsabilidade por isso.” (Agricultor do PA3, 39 anos, 7 anos no lote, filiado e com Pronaf).

Inicialmente pode-se evidenciar, pelas informações obtidas com os agricultores, a grande responsabilidade que eles atribuem aos técnicos na resolução de muitas demandas envolvidas na dinâmica de desenvolvimento dos assentamentos. E são atribuições distintas, algumas inclusive que não fazem parte do conjunto de deveres que os agentes de ATES deveriam cumprir, como mudanças em normativas institucionais, por exemplo. Evidenciaram-se também as dificuldades que os assentados convivem no dia-a-dia, a precariedade estrutural e a expectativa das comunidades em relação a uma ação governamental mais eficaz, a uma presença maior do Estado, através dos Governos Federais, Estaduais e Municipais, capaz de trazer mais melhorias e benefícios visando a resolução dos problemas enfrentados pela comunidade.

Os depoimentos demonstram, em geral e por um lado, satisfação dos beneficiários com os serviços prestados, principalmente pelo reconhecimento do papel informativo, educativo e mediador que os técnicos assessores desempenham, na elaboração dos projetos de financiamento e no empenho e compromisso dos técnicos, diante das limitações de seu trabalho. Mas por outro, nota-se a expectativa da melhoria dos serviços em questões que envolvem diretamente o serviço de assessoria (técnicos mais bem preparados, mais presentes

e capazes de capacitarem melhor os agricultores) ou não diretamente (como a relação um técnico para 100 famílias).

O que pode-se concluir dos depoimentos dos agricultores é que eles reconhecem a importância e a necessidade de continuidade e aumento de abrangência dos serviços prestados, o que deixa evidente que a presença do técnico é importante e necessária para as comunidades e que a entrada dos profissionais nas áreas trouxe melhorias. O serviço de ATES deve continuar, mas há necessidade de mudanças estruturais, e que aí cabe discutir não só a atuação dos agentes extensionistas, mas também a ação do Estado e dos próprios agricultores para que o serviço de ATES alcance seus objetivos previstos.

Perfil dos técnicos extensionistas da Copserviços

Continuando o processo de análise das informações obtidas, serão discutidas as percepções dos técnicos de ATES a respeito do serviço que executam. Antes dessa etapa, é apresentado abaixo um quadro com o perfil dos técnicos(as) que participaram dos grupos focais de acordo com o projeto de assentamento em que atuam.

QUADRO 9: PERFIL DA AMOSTRA DE TÉCNICOS ASSESSORES QUE PARTICIPARAM DOS GRUPOS FOCALIS

Assentamento e Nº de Famílias	Formação Profissional	Tempo de atuação na cooperativa	Idade	Estado Civil	Naturalidade
PA1 – recente e próximo 116 famílias	Técnico Agrícola com Especialização em Agropecuária	2 anos	29	casado	Conceição do Araguaia - PA
	Técnico em Agropecuária	5 anos	27	casado	Araguatins- TO
	Licenciada em Ciências Agrárias	7 meses	27	solteira	Rio de Janeiro - RJ
	Técnico em Agropecuária	1,5 ano	23	solteiro	Marabá - PA

PA2 – recente e próximo 67 famílias	Técnico em Agropecuária	7 anos	41	solteiro	Nova Olinda - CE
	Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura	4 anos	30	casado	Linhares - ES
	Técnico em Agropecuária	3,5 anos	28	casado	São Domingos do Araguaia - PA
	Técnico Agrícola	3 anos	27	casado	Amarante - MA
PA3 – antigo e distante 144 famílias	Técnica em Agropecuária	7 anos	28	casada	Palestina do Pará - PA
	Licenciado em Ciências Agrárias	2 anos	26	solteiro	Marabá- PA
	Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura	3 anos	24	casado	Imperatriz - MA
PA4 – antigo e próximo 93 famílias	Técnico em Agropecuária	7 anos	32	solteiro	Santa Maria da Vitória - BA
	Técnico em Agropecuária	7 anos	29	casado	Porteiras - CE
	Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura	1, 5 ano	24	casado	São Pedro da Água Branca - MA

Fonte: Pesquisa de campo

No quadro estão descritas características dos quatorze técnicos que participaram da pesquisa de acordo com o PA que atuam, a formação acadêmica, o tempo de trabalho na Copserviços, a idade, o estado civil e a naturalidade.

Percebe-se que, dos quatorze técnicos de ATES pesquisados, doze possuem formação de ensino médio (todos formados por Escolas Agrotécnicas Federais de diversos estados do Brasil). Outros dois possuem formação de nível superior. Muitos destes técnicos tiveram sua primeira experiência profissional na agricultura familiar através do vínculo com a cooperativa.

Uma característica que apresenta bastante variação é o tempo de atuação na entidade, havendo técnicos com apenas sete meses e outros com até sete anos. Aqui cabe ressaltar que o serviço de ATES foi criado em 2004, mas anteriormente a este período, a cooperativa já prestava serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a áreas de assentamento. A média referente ao tempo de atuação entre os quatorze técnicos é de três anos e sete meses.

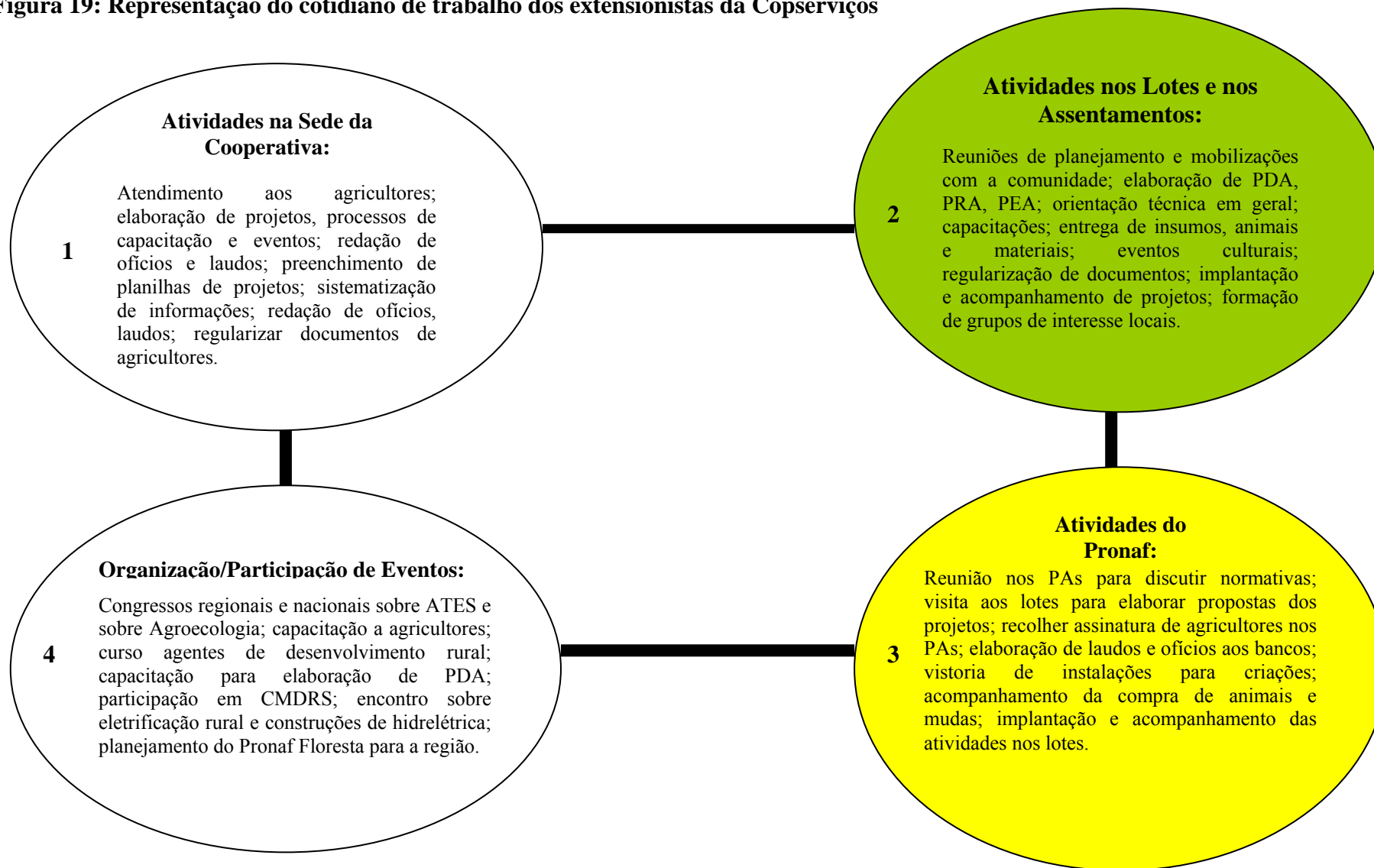
Outra característica bastante variável é a idade dos profissionais, alternado no intervalo de 23 a 41 anos, sendo que a idade média entre eles é de 28 anos. Há técnicos que acumulam experiência de muitos anos trabalhando na agricultura familiar, atuando junto a outros técnicos mais jovens e com menos tempo de atuação profissional, mas que também trazem suas experiências para a execução dos trabalhos. Essa interação entre os técnicos pode ser notada nas equipes que atuam nos quatro assentamentos pesquisados.

O estado civil foi considerado porque esta condição interfere significativamente na manutenção do quadro profissional da cooperativa, principalmente nos períodos de grandes dificuldades financeiras quando dos atrasos no repasse de parcelas do INCRA. De acordo com os entrevistados, as incertezas quanto à renovação de convênios e reposição de parcelas levam os profissionais, principalmente os casados, a saírem da cooperativa e buscarem empregos mais estáveis para garantirem uma fonte de renda segura e manterem seus compromissos pessoais e familiares. Nota-se na amostra pesquisada que a maioria é de casados.

O local de nascimento dos profissionais varia bastante, com profissionais das regiões sudeste, nordeste e norte. Muitos destes profissionais formaram-se em seu estado natal e foram atuar profissionalmente no sudeste paraense, o que demonstra a grande demanda local por profissionais para trabalhar em áreas de assentamento de reforma agrária nesta região.

Para se ter uma idéia dos trabalhos executados pelos técnicos, é apresentado a seguir um organograma representando, resumidamente, as principais atividades envolvidas no cotidiano de trabalho dos extensionistas da Copserviços, conforme depoimentos destes profissionais.

Figura 19: Representação do cotidiano de trabalho dos extensionistas da Copserviços



Na figura estão resumidamente descritos os quatro principais tipos de atividades realizadas pelos técnicos da Copserviços no cotidiano de trabalho. Esses tipos de atividade se correlacionam entre si, o que permite se perceber um pouco do dinamismo envolvido na execução do serviço de ATES. Ressalta-se que as atividades nos lotes e nos assentamentos (descritas no diagrama 2 de cor verde na figura) e as atividades do Pronaf (descritas no diagrama 3 e cor amarela na figura) ocupam juntas cerca de 2/3 do tempo de trabalho dos profissionais. Por isso, para efeito de visualização, os diagramas correspondentes a essas duas atividades são maiores que os diagramas 1 e 4, cujas atividades descritas ocupam cerca de 1/3 do tempo de trabalho, mas, apesar de demandar menos tempo, são fundamentais para a realização das demais e para o cumprimento do plano de trabalho da cooperativa.

Uma descrição mais detalhada do cotidiano profissional dos técnicos pode ser encontrada no Anexo 6.

7.2 – Análise dos técnicos extensionistas sobre o Serviço de ATES

A primeira questão levantada com os técnicos assessores foi a visão que os técnicos possuem quanto aos objetivos dos serviços que realizam.

QUADRO 10: OBJETIVOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS NA OPINIÃO DOS TÉCNICOS

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
Assessoria social, organizacional e produtiva às famílias	6
Melhoria da qualidade de vida das famílias	4
Assegurar a família no lote e evitar êxodo rural	4
Integração social das classes mais pobres	1
Assistência técnica e produtiva às famílias	1
Consolidar a agricultura familiar no campo	1
Qualificar os projetos Pronaf	1
Garantir o abastecimento de alimentos à população do município	1

Fonte: Pesquisa de campo

A categoria com maior frequência (seis opiniões) diz respeito à assessoria organizacional, social e produtiva às famílias assentadas, com opiniões do tipo

“... eu acho que o objetivo também da assistência técnica em si é assessorar as famílias em campo, orientando em termos de projeto, na implantação de projetos ou não né, assessorando também a organização das associações...” (Técnico do PA4, 29 anos, há sete anos na cooperativa).

A ‘melhoria da qualidade de vida das famílias’ e ‘assegurar as famílias nos lotes e evitar o êxodo rural’ foram as categorias com a segunda maior frequência de opiniões (quatro em cada categoria). Foram opiniões do tipo

“... um dos principais objetivos que a gente tem aqui no município de Rondon do Pará é a melhoria de vida, de qualidade de vida dos agricultores...” (Técnico do PA1, 27 anos, há cinco anos na cooperativa);

e também

“...eu acho importante também é o trabalho que a gente faz pra segurar a própria família no lote né. Essa questão de êxodo rural, já foi um caso muito complicado e é ainda, continua sendo...” (Técnica do PA3, 28 anos, há sete anos na entidade).

Com uma opinião, aparecem as demais categorias. Em ‘integração social das classe mais pobres’, o técnico diz

“... meu ponto de vista também é a integração social das classes mais pobres, já que o nosso trabalho da Copserviço é só nos PAs. Então eu acho que acima de tudo é a integração social...” (Técnico do PA1, 29 anos, há dois anos na entidade).

A categoria ‘assistência técnica e produtiva às famílias’ pode ser representada pelo relato

“...a importância que eu acho da ATES, da gente trabalhar na cooperativa aqui, é assistência técnica de qualidade que faz com satisfação ali, que o agricultor produza e faça os andamentos das atividades ser realizado com sucesso...” (Técnico do PA4, 24 anos, há um ano e meio na entidade).

Outra opinião se referiu à consolidação da agricultura familiar no campo como principal objetivo da ATES, como pode ser observado no depoimento

“...pra mim assim o objetivo principal do técnico enquanto extensionista ou agente de desenvolvimento, o principal objetivo desse trabalho da gente é consolidar a agricultura familiar no campo.” (Técnico do PA4, 32 anos, há sete anos na entidade).

Em ‘qualificar os projetos Pronaf A’, percebe-se uma única manifestação na qual o extensionista demonstra uma preocupação ambiental com a tendência de pecuarização em áreas de assentamento:

“... ainda nos objetivos, acho que uma das questões centrais da Copserviços que ao meu ver ainda tá pecando em algumas discussões é nessa discussão da qualificação dos projetos né. Ano passado, se eu não me engano, mais de setenta por cento dos projetos era muito na linha do gado. [...] E a gente compreende assim a realidade, o desejo dos agricultores de possuir gado, a questão da falta de estrutura, o gado possui uma cadeia de comercialização estruturada né, a facilidade de escoar. Só que por outro lado a gente sabe da consequência dessa pecuarização né”... (Técnico do PA3, 26 anos, há dois anos na entidade).

Por fim, um técnico percebe que é também objetivo dos trabalhos de ATES garantir o abastecimento alimentar da população das cidades, como demonstra seu depoimento

“...nós temos, também, como objetivo de melhorar também, não só a permanência do homem, do agricultor lá no projeto de assentamento, mas também que tenha produto de qualidade que traga também pra sustentabilidade da produção de quem mora na cidade, também. Isso é um dos papéis da ATES aqui na região”. (Técnico do PA2, há sete anos na entidade).

Nessa primeira questão pode-se dizer que, para esses entrevistados, há uma diversidade de objetivos dos trabalhos de ATES. Mas fica evidente que a preocupação com os aspectos organizativos e produtivos se destacam entre os depoimentos, já que das oito categorias apresentadas, apenas duas (que são ‘assistência técnica e produtiva às famílias’ e ‘garantir o abastecimento de alimentos à população do município’) estão mais ligadas à questão técnico-produtiva, e não diretamente voltadas para as questões sociais e ambientais das comunidades, como ocorre com as outras seis categorias de análise elencadas no quadro 10.

Isso demonstra que, para a maioria dos profissionais, há uma preocupação com os aspectos sociais envolvidos nos objetivos dos serviços e que os aspectos técnicos voltados para a produtividade colocam-se como desafio imediato. Essa visão torna-se relevante pois demonstra que, em relação ao que é esperado da ação extensionista na proposta defendida oficialmente pelo MDA/INCRA, a concepção de atuação profissional da maioria dos técnicos encontra dificuldade em sua operacionalização. Contudo, o trabalho executado se distancia da forma assistencialista de atuação no campo e se aproxima de um novo *habitus* profissional nos trabalhos de intervenção, como já discutido por COELHO (2005). Falta então compreender essas limitações.

A seguir serão discutidas as opiniões sobre os limites percebidos pelos técnicos para o alcance dos objetivos dos serviços de ATES, o que podem explicar porque aspectos da sustentabilidade ambiental não aparecem de forma explícita e imediata para a maioria dos técnicos desde a primeira questão posta em debate.

QUADRO 11: LIMITAÇÕES PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS, NA OPINIÃO DOS TÉCNICOS

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
Ausência de ações governamentais	14
Falta de infra-estrutura nos assentamentos	4
Violência no campo	3
Diretrizes oficiais dos serviços de ATES	2
Limitações dos agricultores	2
Limitações dos técnicos	2
Avanço da pecuária e desmatamento	2
Reforma Agrária como política emergencial	1
Outros	3

Fonte: Pesquisa de campo

Á categoria ‘ausência de ações governamentais’ obteve expressiva vantagem sobre as demais pois o contexto da pesquisa deixava evidente atrasos do Governo Federal no repasse de parcelas do convênio Além disso, nessa categoria outras duas idéias foram agrupadas referentes ao desinteresse de órgãos públicos municipais e estaduais para com os assentamentos, e três referentes a problemas operacionais na linha de crédito Pronaf A causados pelas agência bancárias estatais.

A maioria dos técnicos percebem que o atraso no repasse de recursos provenientes do convênio, por parte do INCRA, é uma grande limitação enfrentada na execução dos serviços de ATES, como se observa nessas opiniões:

“... eu acho que um dos grandes complicadores aí é a questão financeira, porque mesmo a Copserviços tendo todo seu cronograma de trabalho, todo um planejamento, as nossas atividades dependem dessa questão financeira e acaba muitas vezes, NE, emperrando, como o que tá acontecendo agora”... (Técnica do PA1, 27 anos, há 7 meses na cooperativa).

“... um dos entraves, limitações que eu vejo, né, e todo mundo sente mesmo na pele é essa questão do próprio convênio com o governo, né. Você não tem segurança, você não tem estabilidade, é aquela falta de recurso sempre, quando você começa a colocar o pé no chão, fazer um planejamento pra determinado trabalho numa determinada área, aí o recurso é cortado e fica tudo paralisado., fazendo as coisas de emergência..” (Técnico do PA3, 24 anos, há 3 anos e meio na entidade).

A ausência de ações de órgãos municipais e estaduais para com os assentamentos e alguns problemas operacionais do Pronaf A são tidos também como dois entraves sérios. Quanto ao primeiro, os técnico destacam

“... também a falta de interesse dos próprios órgãos públicos municipais, estaduais pra ajudar a contribuir na própria discussão sobre uma agricultura familiar mais bem desenvolvida, né...” (Técnico do PA4, 29 anos, há 7 anos na entidade).

Em relação ao segundo

“... o Plano Safra é lançado no mês cinco né, do ano. A partir daí a gente tem a discussão pra definir os índices técnicos. Daí descer pro campo pra trabalhar a coleta de proposta pra elaboração dos projetos. Manda pro banco, quando vai ser liberado pelo financeiro lá, já vai ser no final do ano, geralmente é no final do ano, o que acaba atrapalhando...” (Técnico do PA3, 24 anos, há 3 anos e meio na entidade).

A segunda categoria com maior frequência é a ‘falta de infra-estrutura nos assentamentos’, tida como limitação para o alcance dos objetivos de ATES, como demonstra o relato

“... aí nos assentamentos a gente vê que existe falta de estrutura básica, de estrada pra escoar o produto, de estrada, de escola que venha capacitar os próprios filhos dos agricultores pra continuar trabalhando no campo, de saúde, de uma infinidade de coisas assim que eu acho que agente ainda tá muito aquém” (Técnico do PA4, 32 anos, sete anos na entidade).

A categoria ‘violência no campo’ aparece como limitação das mais graves aos trabalhos de ATES, abrangendo três opiniões do tipo

“...porque a gente trabalha junto com o sindicato, a gente apóia o sindicato e as associações aqui, e a gente sabe que a presidente do sindicato é ameaçada, anda com segurança aí vinte e quatro horas por dia, não tem uma vida normal como a de um ser humano qualquer, que [como]a gente, até mesmo igual a nossa né. E não é fácil, sei que não é fácil pra ela também, não é fácil pra nós conviver com isso todo dia aqui. Já teve momentos, situações aqui da gente ter que ver polícia, vim polícia pegar bandido aqui mesmo dentro do ambiente de trabalho da gente” (Técnico do PA1, 23 anos, há 1 ano e meio na entidade).

O convívio dos técnicos com a violência é constante, já que trabalham, viajam e por vezes até se hospedam, durante dias, juntos a agricultores e lideranças sindicais ameaçados de morte, devido a conflitos de interesses em disputa no contexto da reforma agrária na região.

Em Rondon do Pará, essa situação é gravíssima. No município foram assassinados a tiros o presidente do STR no ano de 2000 e o tesoureiro do sindicato, também morto a tiros em 2004. A presidente do STR, viúva do presidente assassinado, convivia com segurança da polícia militar 24 horas por dia na época desta pesquisa, sofrendo ameaças contínuas há anos. Os interesses em disputa na região envolvem representantes dos agricultores familiares, madeireiros, latifundiários, num cenário de conflito em que não há diálogo entre as partes envolvidas e onde a intervenção do Estado é bastante limitada. Os conflitos vêm ocorrendo há anos no município e a cooptação política, como já discutido em SCHWARTZMAN (1975), vem favorecendo este cenário de impunidade e injustiça, constituindo-se em um sério limitante para as ações de fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária. Por isso a falta do Estado regulador é tão denunciada pelos técnicos, quanto foi pelos agricultores.

Na categoria ‘diretrizes oficiais dos serviços de ATEs’, foram questionadas as condições para que os técnicos consigam executar o que está proposto oficialmente no documento de ATEs, como demonstra as seguintes opiniões:

“... então, eu acho que uma grande limitação da gente é essa, colocar em prática o que realmente é a proposta do Programa né, de acordo com as condições que a gente tem hoje né.” (Técnica do PA1, 27 anos, há 7 meses na entidade).

Outro extensionista alegou

“... se tu pega, o INCRA determina que seja um técnico pra cem famílias quando na maioria dos assentamentos, tu tem assentamentos que distam cem, cento e cinquenta, duzentos quilômetros do município. E quando tu chega dentro do próprio assentamento, tu tem pessoas que tão vinte, trinta quilômetros uma família distante da outra, que tu tem que prestar assistência técnica, você é o único técnico. Isso é uma coisa que, pela lógica, dificilmente a gente vai conseguir alcançar esse objetivo”. (Técnico do PA4, 32 anos, há sete anos na entidade).

Alguns técnicos citaram limitações relacionadas aos extensionistas e limitações relacionadas aos agricultores, constituindo duas categorias de respostas distintas. Quanto à primeira, foram levantadas a necessidade de capacitação dos técnicos e a sua formação profissional, como demonstra o depoimento

“... porque a agricultura camponesa tem uma outra lógica que é a lógica da reprodução familiar né. Então sai um pouco desse molde. E dentro dessas políticas falta formação de profissional pra atender esses agricultores...” (Técnico do PA4, 32 anos, há sete anos na entidade).

Até essas questões, nota-se que as respostas eram complementares e coerentes com as respostas dos agricultores.

Quanto à segunda categoria, foram levantados como entraves, o interesse limitado às questões do crédito Pronaf A por parte de alguns agricultores e a resistência em aceitar algumas orientações provenientes dos técnicos, como observados nos relatos

“... tem vários assentamentos aqui que a gente já se deparou com isso. Faz toda mobilização, faz todo um gasto com material didático pra ministrar esses cursos, quando chega lá, tá mal o presidente da associação. Os agricultores não faz questão de tá participando desses cursos. E quando é uma reunião que fala assim, vai sair tantos créditos pros agricultores, não, essa reunião é cheia, é lotada. E assim, a gente fica um pouco limitado a isso né, ao crédito Pronaf A” (Técnico do PA1, 29 anos, há 2 anos na entidade).

O mesmo técnico afirma

“... existe uma resistência à técnica né, porque uns que tem acontecido nos meus PAs, é porque quem tem o grau mais fraco de instrução são mais resistentes né, a isso” (*Idem*).

Desta opinião pode ser questionada a postura do técnico frente aos agricultores, evidenciando que a ação difusionista e assistencialista do extensionista, como discutida em Coelho (2005), ainda está presente nas ações de intervenção no meio rural em razão da formação recebida e das condições estruturais e institucionais do serviço de ATES.

O avanço da pecuária e do desmatamento em áreas de assentamento constituiu-se limitações para os trabalhos de ATES na visão de dois extensionistas, em opiniões do tipo

“...já pensando no agricultor com dez alquero de terra, se ele for pensar em criar gado de corte, ele vai transformar os dez alquero em pasto, ele não vai mais ter onde plantar, ele não vai ter onde diversificar a produção, vai virar pasto, é gado de corte...” (Técnica do PA3, 28 anos, há 7 anos na entidade).

O avanço da pecuária bovina ocorre mesmo em áreas de assentamento da região devido à força da atividade na região, principalmente da pecuária de corte. Mesmo com a precariedade das condições das estradas nos assentamentos, o agricultor familiar consegue vender o gado, pois os animais podem se deslocar dos lotes por aquelas estradas sendo

tocados por vaqueiros, ou então, são comprados por criadores mais bem estruturados, que compram principalmente bezerros machos dentro dos lotes dos assentamentos, assegurando às famílias uma renda que não é tão facilmente obtida em outras atividades produtivas.

Foi destacado em outra categoria que um dos entraves encontrados é a forma com que ocorre o processo de reforma agrária na região, que compromete a reprodutibilidade da agricultura familiar, de acordo com o depoimento

“... não existe hoje aqui um assentamento que foi criado sem a pressão do movimento social. E é tanto que é uma política tão estanque, a reforma agrária, imediatista. [...] Como é que a gente vai discutir a sobrevivência, a reprodutibilidade do campesinato, se ele [o assentamento] é uma política emergencial? Se ele é uma política muito mais pra responder à pressão do movimento social do que pra garantir o bem-estar social? Isso é um gargalo que fica aí.” (Técnico do PA3, 26 anos, dois anos na entidade).

A categoria ‘outros’ abrangeu quatro opiniões, sendo que três delas referiram-se à visão que a mídia expõe sobre a agricultura familiar, como entrave aos objetivos de ATES, podendo ser observado no relato

“... se fizesse uma pesquisa dentro desses assentamentos pra ver como é o trabalho da agricultura familiar hoje dentro do país, eles não fariam, no jornal não apareceria só a manchete assim: agricultura familiar no Brasil mandou não sei quantos bilhões, mas não são investidos nisso, nem naquilo, nem naquilo. E por que não a gente mostra o que realmente ta sendo feito com esse dinheiro?” (Técnico do PA1, 23 anos, há 1 ano e meio na entidade).

E a última delas referiu-se ao entrave quanto aos desafios ambientais da ATES, diante do incentivo de grandes empresas de siderurgia da região para produção de carvão em áreas de assentamentos, aumentando o desmatamento e ocorrendo inclusive, compra de carvão sem nota fiscal.

O entrave expressivamente mais citado foi em relação ao atraso no repasse de verbas do Governo para a entidade prestadora de ATES. Essa questão compromete, segundo os extensionistas, tanto o planejamento e a continuidade da execução dos trabalhos até questões de vida pessoal dos profissionais.

A precariedade estrutural das comunidades foi evidenciada como uma limitação significativa para a consolidação dos objetivos dos trabalhos.

Percebe-se também uma consciência por parte dos agentes de ATES de suas próprias limitações, sugerindo que há autocritica por parte dos extensionistas.

Evidenciou-se também a distância entre o que é proposto nas normativas oficiais do serviço de ATES e as condições práticas de execução das propostas.

Em alguns depoimentos, pode-se perceber um pouco das condições em que ocorrem o trabalho dos técnicos, seja nos municípios ou nos assentamentos. São limitações que envolvem relação com o Estado, convívio com a violência, despreparo profissional, além de uma série de questões influentes na dinâmica cotidiana das comunidades que não estão diretamente ligadas aos agentes de ATES, como presença de empresas com interesses antagônicos, por exemplo.

A seguir, será discutido aquilo que os técnicos consideram o maior valor no trabalho que realizam.

QUADRO 12: O QUE É CONSIDERADO O MAIOR VALOR NO TRABALHO DOS TÉCNICOS

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
Perceber melhoria na qualidade de vida das famílias	8
Convivência e troca de experiência com os agricultores	6
Reconhecimento por parte dos agricultores	5
Solidariedade no lugar da concorrência e individualidade	1

Fonte: Pesquisa de campo

As respostas mais freqüentes foram relacionadas à melhoria na qualidade de vida das famílias. Foram oito opiniões do tipo

“... porque quando o agricultor melhora sua qualidade de vida, porque houve alguém que ajudou ele a conquistar aquilo, então isso é muito gratificante pra mim”. (Técnico do PA2, 30 anos, há quatro anos na entidade);

“... enquanto profissional, minha maior felicidade é ver que o produtor tá feliz com o modo de vida que ele tá levando e saber que a gente pode ter dado uma contribuição também pra que esteja acontecendo uma melhoria de vida pro assentado” (Técnico do PA4, 32 anos, sete anos na entidade).

A convivência e troca de experiência com os agricultores aparecem como segunda categoria de maior freqüência, com seis opiniões como nessa fala

“... ele passa pro agricultor seus conhecimentos, recebe do agricultor e acaba acontecendo uma troca de informações, uma troca de conhecimento né. E esse conhecimento a gente sabe, tá na cabeça da gente e é pra vida toda, a gente nunca esquece (Técnico do PA3, 24 anos, 3 anos na entidade).

Ainda sobre a relação com os agricultores, outro técnico disse

“... o relacionamento que a gente acaba firmando com essas pessoas, né, saindo um pouco dessa linha de técnico que presta assistência técnica, mas a questão da própria amizade, de poder saber que aonde a gente encontra o agricultor tem aquela alegria, aquela satisfação em falar com a gente, em cumprimentar [...] esse relacionamento que a gente se cria de amizade, isso pra mim acho que é o ponto mais importante”. (Técnico do PA4, 32 anos, sete anos na entidade).

A terceira categoria com maior frequência refere-se ao reconhecimento do trabalho dos técnicos por parte dos agricultores, com cinco opiniões do tipo

“...e outro fato assim que cê se sente bem emocionado é quando você vai lá e vê o agricultor satisfeito, aquilo é a melhor coisa que tem né, o reconhecimento do suor, o cara chega, [junto] entendeu? Bem marcante” (Técnico do PA2, 28 anos, 3 anos e meio na entidade).

A categoria ‘solidariedade no lugar da concorrência e individualidade’, apesar de ser manifestada apenas uma vez, foi aqui destacada pela relevância de sua perspectiva social:

“... acho que uma coisa de valor assim que eu acho que também é meio utópico, mas é essa possibilidade de tu poder criar uma sociedade alternativa, com relação a essa frente de expansão do capital que a gente tá acostumado aqui. E aí tu vê que, muitas ocasiões assim, a solidariedade que existe entre as famílias e das famílias com o técnico, dos técnicos com a família [...] A concorrência que a gente vê, a disputa, a individualidade, ela dá lugar a essa solidariedade...” (Técnico do PA3, 26 anos, há 2 anos na entidade).

O que pode ser evidenciado nestas opiniões é o compromisso dos extensionistas com a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas e a satisfação quando isto ocorre, bem como a satisfação com o reconhecimento de seus trabalhos e a importância que dão para a relação de convívio com os agricultores. Essa relação muitas vezes é manifestada pela subjetividade e informalidade, por uma maior proximidade pessoal que não se vincula muitas vezes apenas às questões prioritariamente ligadas ao trabalho técnico-produtivo. Isto é resultado de um tipo de atuação profissional em que os técnicos convivem nas comunidades, passam dias nas casas das famílias, interagem no cotidiano destas pessoas.

Todas as opiniões se referiram a aspectos de natureza subjetiva como sendo a coisa de maior valor em seus trabalhos. A questão do valor permitiu explicitar institucionalidades que extrapolam as questões técnico-produtivas.

Na seqüência, foi questionado aos técnicos o que eles pensam sobre a qualidade dos serviços que prestam.

QUADRO 13: OPINIÃO DOS TÉCNICOS A RESPEITO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS QUE PRESTAM

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
Boa qualidade dos serviços	9
Má qualidade dos serviços	7

Fonte: Pesquisa de campo

As respostas a essa questão foram sistematizadas em duas categorias, pois os técnicos manifestaram tanto aspectos positivos quanto negativos, incluindo nesses uma postura de auto-crítica. A primeira, de maior freqüência, foi a avaliação de que seus serviços são de boa qualidade. Foram nove manifestações nesse sentido, dentre as quais algumas considerações do tipo o ‘bom trabalho dos técnicos’, o ‘empenho e o compromisso com a agricultura familiar’ diante dos entraves, a ‘relação dialógica com os agricultores’, o ‘domínio de grande parte dos extensionistas o sobre aquilo que executa’ e a ‘troca de conhecimentos entre técnicos mais experientes com os menos experientes’. Assim, esses seriam fatores que qualificam o trabalho de ATES. Isto pode ser percebido em alguns depoimentos do tipo

“... porque nós temos um compromisso com os agricultores. Não é só a gente ganhar aquele dinheiro, passar na casa do agricultor, falar oi, tá tudo bom, tudo bem, não.” (Técnico do PA1, 29 anos, há dois anos na entidade).

Também foi relatado o empenho dos técnicos, como nos dois relatos seguintes. No primeiro o técnico diz

“... eu acho que a gente, enquanto assistência técnica, tem tentado desenvolver nosso trabalho, com obstáculo, faltando isso, faltando aquilo, com os próprios atrasos de salários da gente né, com a... criando um terço do salário que é pra ver se as atividades não param” (Técnico do PA4, 29 anos, há sete anos na cooperativa).

No segundo, outro técnico alega

“... porque pelo fato de todo um esforço que nós temos, que nós fazemos aí pra que as coisas se desenrolar da melhor forma possível, por cima de pau e pedra, sol e chuva, a gente tá sempre tentando dar o nosso melhor”. (Técnico do PA2, 30 anos, há 4 anos na entidade).

A segunda categoria, com sete opiniões, refere-se a aspectos que contribuem para uma má qualidade dos serviços. Foi questionada a formação do profissional para lidar com a complexidade da agricultura familiar, como demonstra este depoimento

“... pra mim um técnico sozinho dentro dum projeto de assentamento com cem, cento e cinquenta famílias, existe uma complexidade ali dentro que dificilmente a formação da gente, essa formação só enquanto Técnico em Agropecuária, dificilmente vai nos fazer perceber o que na verdade que tá acontecendo ali dentro. Existe outros fatores que a questão técnica ela pode ser um mero ponto dentro de uma infinidade de problemas muito maiores” (Técnico do PA4, 32 anos, sete anos na cooperativa).

Também foi questionado que a qualidade dos serviços não dependem apenas dos técnicos de ATES, como percebido neste trecho

“... eu acho que nós temos nossas qualidades, apesar de que o desenvolvimento da agricultura familiar, a qualidade de vida do agricultor, em si, não depende só da assistência técnica né, mas de várias entidades, vários órgãos governamental e não-governamental, né. (Técnico do PA4, 29 anos, sete anos na entidade).

Pode-se perceber em muitas falas as opiniões que ainda referem-se aos serviços de ATES como ‘assistência técnica’, um resquício dos tempos em que a cooperativa prestava serviços denominados Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), antes de 2004.

Por fim, as dificuldades da proposta oficial de ATES convergir com sua execução prática foram percebidas como contribuições para a má qualidade dos serviços, como demonstrado no relato

“... porque se a gente for observar o que é proposto no programa de ATES e o que a Copserviços busca trabalhar, adequar às condições que a gente tem, bom, seria perfeito [...] mas aí a gente esbarra nos entraves, numa série de problemas que a gente não dá conta de superar”. (Técnica do PA1, 27 anos, sete meses na entidade)

As respostas a essa questão demonstram, primeiramente, que os técnicos são conscientes do compromisso que têm com a agricultura familiar. Isto pode ser explicado pelo fato destes profissionais atuarem em uma entidade criada e integrada ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, movimento social que há décadas vem lutando pela consolidação da reforma agrária e da agricultura familiar na região. Essa expectativa política-ideológica é repassada aos profissionais, de forma que sua atuação não fique baseada apenas nas relações estritamente econômicas envolvidas nos trabalhos. Os aspectos econômicos do trabalho existem e são importantes, pois os técnicos são profissionais que buscam sua segurança e estabilidade no mercado de trabalho. Contudo, o fato de estarem ligados a um movimento social propicia uma consciência ideológica que é aplicada na execução dos serviços, há uma filosofia de trabalho e um compromisso com uma causa que é o fortalecimento da agricultura familiar, que em muitos casos é mantido em meio a várias adversidades.

Por outro lado, pode-se perceber que alguns técnicos demonstram consciência crítica da complexidade em que estão envolvidos, das limitações encontradas em seus cursos de formação acadêmica para estarem atuando em um trabalho tão dinâmico, que envolve outros atores, outros órgãos, outras entidades e instâncias para que as propostas oficiais da ATES possam se consolidar.

Nessa questão pôde-se evidenciar pelos depoimentos, que há uma distância entre o que é proposto oficialmente e o que na prática é possível de ser alcançado em relação aos serviços.

A próxima questão buscou perceber o que os técnicos acreditam que devem fazer para melhorar a qualidade dos serviços que realizam.

QUADRO 14: O QUE FAZER PARA MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
Melhorar capacitação e empenho dos técnicos	15
Melhoria das ações governamentais	2

Fonte: Pesquisa de campo

Nesta questão foi possível sistematizar em duas, as categorias de respostas. A primeira apresenta freqüência de 15 opiniões, sendo a segunda com apenas duas. A busca por maior capacitação foi o tipo de opinião mais citada na primeira categoria, como observado nos seguintes trechos:

“... nós temo que buscar além da gente, buscar aperfeiçoamento” (Técnico do PA2, 41 anos, sete anos na entidade);

“... ler mais, pesquisar mais, buscar mais conhecimentos, é o que a gente tem que fazer né, acredito que é o que a gente tem que fazer pra poder melhorar a qualidade do nosso trabalho” (Técnico do PA3, 24 anos, há três anos na entidade).

Ainda foi ressaltada a necessidade de mais empenho por parte dos técnicos e também de maior subsídio para investimento em equipamentos tecnológicos utilizados em atividades pedagógicas nos assentamentos (como cursos e oficinas), segundo demonstra este trecho

“... tu não vai dar conta de desenhar, vamo supor, a questão da brucelose, não vai dar conta de desenhar um fígado com sintoma de brucelose né. E o agricultor não vai entender repassando isso pra ele. Então, pra melhorar a qualidade do serviço, eu acho que

tem que melhorar o subsídio, a questão dos métodos né, o gerador, o data-show, por exemplo” (Técnico do PA1, 29 anos, dois anos na entidade). (grifo nosso).

Foi questionado também a necessidade dos técnicos conhecerem mais todas as áreas, de irem em todos os assentamentos e de buscarem alternativas que estejam dentro do assentamento e não apenas dentro do conhecimento sistematizado, como percebido nesta opinião:

“... tentar buscar alternativas, construir alternativas que estão mesmo no assentamento, né. Que muitas vezes a resposta que a gente procura tá lá no assentamento e a gente tem mania de estar procurando o conhecimento sistematizado”.(Técnico do PA3, 26 anos, dois anos na entidade).

É possível notar que há carência não só na formação instrutiva de questões técnico-produtivas, mas metodológica. O que seria método e como definir estratégias de levantamento de informações que subsidiem a proposição de projetos de desenvolvimento? A carência de infra-estrutura para ações mais pedagógicas também foi evidenciada.

A segunda categoria de resposta apareceu em duas opiniões manifestas e referiu-se a uma maior participação do Governo Estadual nas questões de interesse dos assentamentos:

“... A gente tem tentado também entrar em contato com os órgãos públicos né, que até então algumas, em alguns municípios a gente tem conseguido o apoio de prefeituras. Mas falta também o empenho do Governo Estadual aqui” (Técnico do PA4, 29 anos, sete anos na cooperativa).

Por fim, uma última opinião destaca a necessidade de maior compromisso por parte do Governo Federal em dar continuidade aos convênios de ATES, como observado neste depoimento

“... pra melhorar um pouco a qualidade desse nosso trabalho, é realmente a continuidade desses convênios de ATES com o INCRA. Porque é difícil a gente fazer um programa semestral, anual, trimestral naquele assentamento. [como fazer] se daqui a dois meses a gente não sabe como que vai estar a situação, a gente não sabe como vai tá, se vai ter ao menos combustível pra pôr na moto pra ir visitar o agricultor” (Técnico do PA1, 27 anos, cinco anos na entidade).

Percebe-se pelos relatos que a maioria dos técnicos atribuíram a si mesmos as responsabilidades para que haja melhoria dos serviços. Observa-se que quando perguntados sobre as limitações encontradas para o alcance dos objetivos dos serviços de ATES (quadro

11), a maioria atribuiu à ausência de ações governamentais os maiores entraves. Porém, no aprofundamento metodológico da discussão, quando questionados sobre o que fazer para melhorar os serviços, a maioria focou a melhoria da atuação de si mesmos e relativizou as limitações estruturais. Pode-se inferir que os técnicos estão cientes de que eles são cobrados por várias funções, das quais algumas nem cabem a eles realizarem, e que há uma grande expectativa por parte dos agricultores em relação à intervenção destes profissionais para que ocorram transformações significativas que propiciem melhoria das condições de vida das famílias. Há autocritica e os extensionistas demonstram noção da dimensão política atribuída aos seus trabalhos. Essa seria uma característica e necessidade do que aqui se tem chamado de extensionismo militante.

A questão a seguir buscou demonstrar, mediante as várias funções atribuídas aos extensionistas na execução da ATEs, o que os técnicos pensam sobre sua capacidade de mudança, através da pergunta: vocês se sentem capacitados para executar os serviços?

QUADRO 15: OS TÉCNICOS SE SENTEM CAPACITADOS PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE ATEs?

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
Sim	9
Nem sim, nem não	3
Não	2

Fonte: Pesquisa de campo

As opiniões foram divididas em três categorias de respostas. A categoria de maior frequência foi ‘sim’, com nove opiniões. Nela, os depoimentos de alguns extensionistas demonstram um nível de satisfação e segurança em relação à sua atuação profissional, como nesse trecho:

“... eu me sinto muito capacitado oh! Porque eu tenho muita firmeza no que eu falo, quando eu não sei eu corro atrás de algum conhecimento, por isso, nesse caso, eu me sinto muito capacitado pra atuar nessa área” (Técnico do PA4, 24 anos, há um ano e meio na entidade).

Também foi observado que pode haver técnicos que se sentem capacitados pela experiência acadêmica, mas que questionam a falta de experiência prática, como neste depoimento:

“... eu já venho estudando e lendo e buscando me capacitar nisso há bastante tempo né, como Licenciada e depois, como Especialista em Agricultura Familiar. [...] diante disso, eu acredito que eu esteja capacitada, né, só que precisando aí de mais práticas e um tempo maior de prática” (Técnica do PA1, 27 anos, sete meses na entidade).

Além dessas percepções, alguns técnicos se sentem capacitados em razão da própria origem social, por serem oriundos da agricultura familiar, como se observa neste relato:

“... nós temos capacidade, somos capacitados pra prestar assessoria aos assentados né. Até porque nós temos, se nós for ver, nós, nós quatro que tamo aqui, todos somos oriundos da agricultura familiar, são filho de agricultor” (Técnico do PA2, 41 anos, sete anos na entidade).

A interação entre o conhecimento adquirido no curso de formação e a prática de trabalho no campo foi apontada como fator que permite ao técnico se sentir capacitado, segundo um dos profissionais pesquisados.

“... porque também já tem toda vida, é a área que a gente fez o curso técnico profissionalizante né, com o dia-a-dia da gente, né...” (Técnico do PA2, 27 anos, três anos na entidade).

A segunda categoria, com três opiniões, demonstra que os técnicos não se sentem capazes de afirmar se estão ou não capacitados, devido ao grande dinamismo envolvido nos trabalhos de ATES, que exige lidar com situações novas a cada dia, não havendo uma ‘fórmula’ certa para este tipo de atuação profissional. Nessa categoria foram classificadas opiniões do tipo

“... a gente que trabalha com essa, com a Extensão Rural né, nós extensionistas, a gente não tem uma receita de bolo pronta né. Então é aquela coisa de todo dia ter uma coisa nova...” (Técnica do PA3, 28 anos, sete anos na entidade);

“... é um processo de construção. À medida que a gente vai convivendo e conhecendo essa realidade a gente vai se capacitando. E é complicado de saber se a gente tá pronto né. (Técnico do PA3, 26 anos, 2 anos na cooperativa).

A terceira categoria conta com duas opiniões em que os técnicos disseram não se sentirem capacitados para executarem os serviços, o que pode ser interpretado como uma

postura sábia e crítica diante dos desafios da ATES, o que reforça a idéia da necessidade de uma formação continuada.

“... eu não me sinto capacitado pra prestar um serviço de qualidade ainda. Eu sei que eu tenho o meu potencial, mas assim, esse mundo da agricultura familiar, ele é tão dinâmico, é tanta atividade, é tanta coisa que ocorre no campo, no dia a dia dentro dum projeto de assentamento que, eu acho que será necessário muita capacitação e muito estudo pros cara compreender um pouco essa dinâmica”. (Técnico do PA4, 32 anos, 7 anos na entidade). (grifo nosso)

Desta questão, pode-se evidenciar que há uma visão crítica de alguns técnicos quanto à sua própria capacidade de atuação, diante do dinamismo envolvido na execução dos serviços de ATES. Técnicos mais experientes e com bastante tempo na entidade disseram não se sentirem capacitados, justamente por perceberem a complexidade que há por trás dos processos de intervenção que visam a consolidação dos assentamentos na região. Outros não sabem afirmar se estão ou não capacitados por também perceberem a complexidade que existe na execução dos serviços de ATES no sudeste paraense.

Por outro lado, percebeu-se uma confiança expressiva por parte de alguns extensionistas ao afirmarem que se sentem capacitados, evidenciando, apesar de várias limitações, o entusiasmo infante dessa extensão rural militante.

Esta questão permitiu também observar que há necessidade de se interagir os conhecimentos teóricos acadêmicos dos extensionistas com o conhecimento prático adquirido nos trabalhos no campo. Além disso, pôde-se evidenciar que alguns técnicos se sentem capacitados para atuarem na ATES, por terem, dentre outras características, a mesma origem dos beneficiários dos serviços. Esta observação torna-se relevante quando se pensa em uma formação profissional através das Escolas Familiares Agrícolas (EFA), em que filhos(as) de agricultores assentados formam-se em um sistema pedagógico direcionado para o entendimento e atuação na dinâmica agricultura familiar, como ocorre com a EFA de Marabá. Este tipo de processo permite uma maior proximidade dos alunos com as questões do cotidiano das famílias de agricultores, reduzindo a distância entre o conteúdo teórico apreendido e a prática profissional, como ocorre muitas vezes em cursos técnicos convencionais.

A próxima questão a ser discutida diz respeito às principais contribuições que os cursos de formação profissional oferecem aos técnicos para a realização dos serviços de ATES na região.

QUADRO 16: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS TÉCNICOS PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
Conhecimento teórico apreendido na escola	4
Conhecimento prático apreendido na escola	3
Falta enfoque na agricultura familiar, aprendizado vem com a prática	3
Lógica de pensamento diferenciada em curso de agronomia pela turma do MST , na UFPA	1

Fonte: Pesquisa de campo

A categoria de maior frequência, com quatro opiniões, diz respeito ao conteúdo teórico apreendido nos cursos. Alguns técnicos demonstram que o aprendizado teórico contribui para a realização dos serviços, seja através de algumas disciplinas, ou através da lógica de pensamento envolvida no processo de formação, como pode-se perceber nos depoimentos:

“... na escola, teve uma disciplina que ela ajudou muito assim, nessa área que eu tô trabalhando, né. Como por exemplo, lá teve uma disciplina que ela foi de duzentas horas, né, e foi sobre o agrossilvicultura, né. (Técnico do PA2, 27 anos, três anos na entidade);

“...acho que pra mim, uma das coisas que tem contribuído muito no meu trabalho foi principalmente a matéria de cooperativismo e associativismo” (Técnico do PA4, 29 anos, sete anos na entidade).

A segunda categoria com maior frequência (três opiniões) refere-se ao conteúdo prático apreendido nas escolas, em atividades produtivas que normalmente são praticadas pelos agricultores, como relata a técnica “.. o que eu trago comigo sempre essa questão da prática das atividades feita na escola” (Técnica do PA3, 28 anos, sete anos na entidade).

Com mesma frequência aparece a categoria ‘falta enfoque na agricultura familiar, aprendizado vem com a prática’, em que alguns técnicos levantam a ausência de conteúdo que trate das questões envolvidas na agricultura familiar, em seus cursos de formação, como percebe-se neste trecho

“... eu acho que apesar de uma das coisas que falta principalmente nas escolas agrotécnica é mais um enfoque na própria questão da agricultura familiar, né. Acho que, pelo menos na época em que eu me formei não existia isso...” (Técnico do PA4, 29 anos, sete anos na entidade).

Outro técnico também ressalta

“... rapaz, assim do que eu trouxe, da minha formação é praticamente na agricultura familiar, eu aprendi praticamente no dia-a-dia do trabalho. Porque da escola cê sai com a visão do grande. Então jamais imaginei trabalhar com o pequeno, entendeu?” (Técnico do PA2, 28 anos, três anos e meio na entidade).

A última categoria refere-se à lógica diferenciada do curso de Agronomia de uma turma do MST, em que o técnico diz

“... tô fazendo faculdade e assim, pra mim tá sendo muito interessante porque eu tô fazendo parte de uma turma que é do movimento social, que é a turma do MST [...] e que a lógica é fazer um curso mais voltado pra atender os pequenos agricultores da agricultura familiar. Então, a lógica de pensamento ela é um pouco diferenciada dessa lógica do curso regular né, do curso normal” (Técnico do PA4, 32 anos, 7 anos na entidade).

Para maior compreensão, o técnico citado acima trabalha pela Copserviços como agente de ATES e também integra uma turma do curso de Agronomia, pelo MST em Marabá. O curso integra o Programa de Interiorização da UFPA, que desde a década de 1990 vem estruturando sua atuação no interior do estado. O programa conta com apoio de órgãos de pesquisa ligados à universidade, como o LASAT. Esta iniciativa de parceria entre UFPA e organizações de agricultores visa integrar a formação profissional aos projetos de desenvolvimento regional dessas organizações, inserindo, dessa forma, o curso de Agronomia no âmbito da realidade regional.

Das respostas a questão levantada, percebe-se que os cursos de formação regulares das escolas técnicas contribuem com disciplinas práticas de atividades produtivas que também são praticadas pelas famílias de agricultores. Da mesma forma, algumas disciplinas teóricas abordam temas que contribuem para a realização dos serviços. Mas evidencia-se também que os cursos técnicos não privilegiam o enfoque na agricultura familiar. Essa questão torna-se relevante a partir do momento em que o extensionista (principalmente os das Ciências Agrárias) assume um papel fundamental para que os objetivos da ATES sejam alcançados, sendo que sua formação não oferece, em princípio, conteúdo e preparo suficiente para lidar com a vasta carga de funções, obrigações e responsabilidades a ele atribuídas.

Segundo CAPORAL & RAMOS (2006), os cursos de formação de profissionais para atuação no meio rural continuam reproduzindo o modelo de transferência de tecnologia oriundo da Revolução Verde, voltado para grandes cultivos em monocultura..

Então deve ser aprofundada a discussão para elaboração de políticas públicas, no sentido de como preparar o profissional de extensão para atuar em espaços sociais que apresentam tanto dinamismo - como na agricultura familiar - e, no caso aqui pesquisado, em um contexto regional marcado por tantas disputas políticas, violência, dificuldades estruturais nas comunidades e uma série de outros aspectos já mencionados.

A próxima questão levantada com os técnicos buscou perceber como está ocorrendo a adoção dos princípios agroecológicos nos trabalhos nos assentamentos, partindo-se do pressuposto de que a agroecologia deve ser, de acordo com a política oficial que regula a ATEs, o eixo orientador das ações nos trabalhos de assessoria.

QUADRO 17: COMO OS TÉCNICOS PERCEBEM A ADOÇÃO DOS PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS NOS ASSENTAMENTOS

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
Existem fatores que dificultam a adoção	11
Existem fatores que favorecem a adoção	4
Questão agroecológica é mito	1

Fonte: Pesquisa de campo

As respostas evidenciaram que os técnicos identificam fatores que **dificultam** a adoção dos princípios agroecológicos e fatores que **favorecem** a adoção dos princípios agroecológicos. A primeira categoria apresenta freqüência bem maior que a segunda, (11 opiniões da primeira contra quatro da segunda).

Uma terceira categoria refere-se a um depoimento que coloca a agroecologia como um mito, segundo o trecho

“... até agora, pelo que eu vejo, é mito. [...] porque essa questão do agricultor ter conhecimento da agroecologia, hoje, muitos não têm, não é passado ainda, não foi passado de forma mais abrangente.” (Técnico do PA1, 23 anos, 1 ano e meio na entidade).

Foram vários os fatores relatados que dificultam a adoção dos princípios agroecológicos nos trabalhos de ATEs. A falta de infra-estrutura básica nas comunidades dificulta o escoamento dos produtos e favorece o interesse dos agricultores em criar gado bovino, como demonstra o relato

“... e não tem infra-estrutura básica pro agricultor escoar seu produto, o agricultor é levado a desmatar pra criar gado, plantar capim, criar gado porque se ele não tem estrada pra ele tirar a banana, pra ele tirar o cupu, pra ele tirar o maracujá, mas o gado em qualquer época do ano é possível porque ele toca, ele vende pro vizinho. Então na verdade é o que até o banco na hora de acurar os projetos diz que o gado é o único produto que dá liquidez” (Técnico do PA4, 32 anos, sete anos na entidade).

As dificuldades em se entender amplamente o que é a agroecologia, assim como a falta de capacitação dos próprios técnicos em relação a esse tema foram questionadas, como demonstra o depoimento

“... essa questão de princípio agroecológico eu acho é complicado, é algo complicado de você passar, às vezes de você entender porque o que é agroecologia? É simplesmente não usar agrotóxico? Ou usar plantas que... é uma série de coisas né, que envolve a agroecologia. [...] acho que vai além disso e por isso eu acho que falta capacitação pra nós, profissionais né, pra que a gente possa ter capacidade de falar pra esses agricultores e a partir... que seja feita a nossa capacitação, aí a gente pode tentar trabalhar melhor com os agricultores”. (Técnica do PA1, 27 anos, sete meses na entidade).

A presença de representantes de empresas siderúrgicas nas áreas de assentamento foi apontada como um entrave nas questões agroecológicas, em que alguns técnicos levantam o incentivo à produção de eucalipto para produção de carvão destinado a estas empresas, como neste trecho

“... enquanto a gente tá tentando conscientizar o não desmatamento, a não extensão do projeto de bovinocultura, né, então tá indo outra equipe por trás, principalmente o das guzeiras, das siderúrgicas, atrás de convencer o agricultor a fazer o plantio de eucalipto pra extração de madeira pra fazer carvão, que isso acarreta uma implicação, futuramente, no próprio projeto do agricultor...” (Técnico do PA4, 29 anos, sete anos na entidade).

Ainda sobre a intervenção de siderúrgicas nos PAs, uma opinião destaca a disputa entre a ideologia que o técnico repassa aos agricultores, que busca reforçar a tradição dos camponeses, com a remuneração oferecida por empresas multinacionais para a produção de madeira para carvão nos lotes:

“...e a questão também é de não entender e dar mais valor à tradição. É questão dos agricultores né, que muitas vezes eles podem até entender, mas como tá dando mais valor à questão remunerada, à tradição: ‘ ah, meu pai fazia isso há mil tantos anos, isso não acaba, vira capoeira, vira mata de novo né’. Mas pensando lá no dinheiro lá da multinacional” (Técnico do PA1, 29 anos, dois anos na entidade).

A ausência de órgãos governamentais foi questionada, como demonstra o trecho

“... a gente procura conscientizar o agricultor mas isso, nós somos pouco ainda, deveria ter mais participação mais e mais do próprio IBAMA em si, fazer reunião, eventos nos assentamentos, com a participação de várias entidades, vários órgãos né, que eu acho que isso só fortaleceria mais a conscientização, a capacitação do próprio agricultor...” (Técnico do PA4, 29 anos, sete anos na entidade).

Outro fator citado foi a resistência de alguns agricultores em adotar sistemas agroecológicos. De acordo com um técnico:

“... até hoje, inda é uma resistência dito pelos agricultores, pelo fato do sistema agroecológico ter uma certa lentidão em seus resultados”. (Técnico do PA2, 30 anos, quatro anos na cooperativa).

Outro extensionista relata uma experiência nesse sentido:

“... tinha um veterinário aqui que chegava e tava passando água de côco pro gado, passando casca de banana; o próprio agricultor quando a gente saía, vinha depois e falava comigo: ‘ pô aquele cara é louco? Vem trazer um doido pra cá?’ Entendeu?” (Técnico do PA2, 28 anos, três anos e meio na entidade).

Alguns fatores favoráveis à adoção dos princípios agroecológicos foram levantados, como o uso de adubação orgânica nas atividades dos lotes e as tentativas de implantar projetos de reflorestamento:

“... a gente tenta implantar e tamo conseguindo implantar essas atividades agroecológicas; em termos de adubação orgânica, deixando pra trás... ultrapassando o químico...” (Técnico do PA4, 24 anos, um ano e meio na cooperativa);

“... a gente tem procurado financiar [elaborar] também projetos de reflorestamento, ainda é pouco, até por causa do próprio conhecimento do agricultor que tá pouco ainda, ele não tem aquela segurança que futuramente pode ser viável aquele projeto (Técnico do PA4, 29 anos, sete anos na entidade).

Com essa questão foi possível evidenciar as dificuldades dos extensionistas em lidar com as questões agroecológicas. A falta de esclarecimento até mesmo conceitual a respeito do assunto e a falta de uma capacitação continuada impedem o repasse aos agricultores. Os técnicos não sabem de fato o que é a agroecologia, não têm domínio sobre isso e, conseqüentemente, a perspectiva não chega aos agricultores.

Grosso modo, o que se faz na prática é, no máximo, a tentativa de conscientizar os agricultores nos assentamentos a não desmatar, buscando diversificar as atividades produtivas para fugir à pecuarização, além de algumas iniciativas de educação e manejo ambiental.

Projetos de reflorestamento também são incentivados. Porém, tais iniciativas esbarram em uma série de obstáculos.

A precariedade estrutural nos PAs, principalmente quanto às péssimas condições das estradas, é o que tem dificultado o escoamento de produtos, o que favorece a expansão da pecuária bovina. A facilidade de venda dos animais, muitas vezes, é assegurada mesmo com estradas ruins. Como mencionado no depoimento de um extensionista, alguns agricultores entendem que atividades agroecológicas apresentam um retorno mais lento. Nas condições precárias em que vive a maioria das famílias assentadas, estas atividades são relegadas ao segundo plano, quando comparadas a outras que dão um retorno econômico mais rápido, como é o caso do gado bovino.

O autor desta pesquisa, em um trabalho de campo feito há alguns anos como agente de ATES em um assentamento da região, foi questionado quando apresentou a proposta de plantio de cupuaçu, financiado pelo Pronaf A. Um agricultor perguntou com quantos anos as plantas começariam a produzir, obtendo a resposta de que normalmente levaria de quatro a cinco anos. Surpreso, o agricultor perguntou o que ele e sua família comeriam durante este período, no sentido de que, nas condições em que se encontravam, não poderia se endividar com uma atividade de retorno tão lento, mesmo que ela apresentasse várias atribuições agroecológicas. Este relato demonstra um pouco das dificuldades em se adotar uma perspectiva agroecológica nas atividades de ATES, em virtude das condições de precariedade estrutural, econômica e social das famílias assentadas.

A influência de siderúrgicas é outro fator limitante nesse quadro, pois algumas empresas da região apresentarem às comunidades propostas para plantio de eucaliptos e outras espécies de plantas para produção de carvão nos lotes familiares. As propostas colocam renda garantida, além de uma série de benefícios, como acompanhamento técnico da atividade. Isso faz com que os agricultores pensem em mudar seus sistemas de produção, indo de encontro a toda intenção de trabalhar pela diversificação das atividades e investir em atividades com manejo agroecológico.

A agroecologia, no sudeste paraense, é algo novo, uma forma de orientação para intervenção no meio rural em que técnicos e agricultores possuem muito pouco conhecimento, o que ressalta a necessidade de investimentos em capacitação, em discussões amplas a respeito do assunto para todos os envolvidos com a ATES. Faz-se necessário conhecer experiências bem sucedidas para poder se aplicar a um determinado contexto. Há ainda a cultura expropriativa da floresta entre os agricultores, a tradição que herdamos na forma de lidar com o meio ambiente que muitas vezes constitui-se em novos obstáculos. Não são todas as

famílias que sabem trabalhar com a mata, com a floresta amazônica de forma a fazê-la rentável e sustentável, pois grande parte veio de outras regiões do país, não tendo um prévio contato com áreas de mata virgem, como ocorre em vários lotes. Não são ‘extrativistas’, não são ‘povos da floresta’.

Portanto, a prática dos serviços de ATES da Copserviços fica a desejar na questão agroecológica pois ainda é um processo em formação, que necessita de aperfeiçoamento, pesquisa e conhecimento para poder ser implementado nos processos de intervenção. Até o momento desta investigação, esse é um aspecto que apresenta mais dificuldades do que facilidades para se consolidar.

A última questão debatida com os técnicos diz respeito ao conhecimento que eles possuíam sobre o documento oficial que regula os serviços de ATES. Buscou-se com isso perceber de que forma o conhecimento ou não do conteúdo do documento pode estar influenciando a prática dos profissionais.

QUADRO 18: CONHECIMENTO DOS TÉCNICOS A RESPEITO DO DOCUMENTO OFICIAL DE ATES

CATEGORIAS DE RESPOSTAS	FREQÜÊNCIA
Deu uma olhada rápida	7
Nunca ouviu falar	2
Nunca leu, mas já ouviu falar	2
Já leu e conhece	2
Não lembra se leu	1

Fonte: Pesquisa de campo

As respostas foram divididas em cinco categorias. A maioria dos técnicos disseram ter dado uma olhada rápida no documento, sem se aprofundar, em depoimentos do tipo:

“rapaiz, eu, infelizmente, é por lerdeza, porque a Internet taí disponível entendeu? Mas por lerdeza eu vi alguns trecho que os menino tava lendo, eu puxei, dei uma olhada, mas muito pouco...” (Técnico do PA2, 28 anos de idade, três anos e meio na entidade).

Outro depoimento demonstrou total desconhecimento do documento

“... sobre esse documento, eu nunca ouvi falar dele, mas vou procurar aqui dentro da cooperativa ou vou no próprio INCRA cobrar esse documento...” (Técnico do PA4, 24 anos, um ano e meio na entidade).

Outra categoria refere-se a quem ouviu falar, mas nunca leu de fato, como demonstra o relato

“... nunca cheguei a ler não. Só o conhecimento que eu tenho é através da Copserviço que é repassado pra nós mesmo, pelos técnicos da Copserviço” (Técnico do PA1, 23 anos, um ano e meio na entidade).

Outra categoria refere-se a quem já leu e conhece o conteúdo, como aponta a técnica

“...eu já li, já resenhei, já debati, e já [fiz] tudo que era possível fazer com esse texto aí, dentro da minha questão da especialização, eu fiz”. (Técnica do PA1, 27 anos, sete meses na entidade).

Por fim, a última categoria refere-se a quem não se lembra se leu o documento.

Um técnico disse

“... eu, pra falar a verdade, se eu já vi eu não tô lembrado né, porque de fato são tantas normas da assistência técnica, é Plano Safra praqui, é Plano de ATES pracolá, que de fato a gente acaba se perdendo né, com tanta discussão, com tanto... de fato tantos papéis que fala sobre a assistência técnica, né?” (Técnico do PA4, 29 anos, sete anos na entidade).

Dos quatorze técnicos pesquisados, apenas dois conhecem o conteúdo oficial dos serviços de ATES. A execução prática dos trabalhos é repassada aos técnicos pela própria instituição, de técnico para técnico, com o auxílio da Coordenação Geral.

Fica evidenciado na efetividade de execução dos serviços, que o documento oficial não tem servido para orientar os trabalhos de campo.

Interpretando esses conteúdos dos extensionistas, pode-se dizer que, primeiramente, o que tem orientado é a ideologia de seu trabalho, voltada para o fortalecimento e consolidação da agricultura familiar na região por estarem numa instituição vinculada a um movimento social comprometido nesse sentido. São profissionais que atuam em um Movimento Social de luta pela reforma agrária e esta carga ideológica é repassada e assimilada no exercício profissional.

Os valores que os técnicos destacaram como importantes - por exemplo, o envolvimento na relação com as famílias, a satisfação com a melhoria de vida dos agricultores e a possibilidade de manutenção das famílias nos lotes - expressam um comprometimento

qualitativo que ressalta, novamente, os aspectos ideológicos como motivação e razão de sentido das práticas cotidianas.

Percebe-se ainda que os profissionais são cientes das limitações que enfrentam para exercerem um serviço de maior qualidade, que vão desde suas próprias limitações - apontando para a presença de autocritica nos profissionais - até a intervenção de fatores que vão além da ATES - como a violência e a ação de grandes empreendimentos - o que ressalta clareza política dos técnicos quanto ao dinamismo sócio-econômico envolvido em seus trabalhos.

Muitos técnicos experientes, com vários anos de atuação em assentamentos, não se sentem ainda capacitados para trabalhar na área, por justamente perceberem a complexidade em que estão inseridos. Os cursos de formação contribuíram pontualmente com algumas disciplinas, mas grosso modo, deixam a desejar quando se trata de formarem profissionais para atuarem em contexto tão complexo quanto o da agricultura familiar, em assentamentos de reforma agrária do sudeste do Pará.

A maioria acredita que para haver melhoria na qualidade dos serviços prestados, deve haver melhoria na própria atuação profissional e desejam capacitações, maior empenho e compromisso do Estado. O papel de outros atores, como os Governos, também foi ressaltado, mas em menor frequência, caracterizando a consciência que os técnicos têm das responsabilidades a eles atribuídas.

A agroecologia é tida pelos extensionistas como um grande desafio, diante de inúmeros obstáculos para adoção de seus princípios. Percebe-se que os técnicos buscam cumprir a assessoria ambiental preconizada nos serviços, tentando valer-se de iniciativas de cunho agroecológico. Mas reconhecem que são tímidas as ações nesse sentido, pois as condições práticas em que se encontram, as condições de reprodução social dos agricultores, a disputa de interesses em jogo dentro de áreas de assentamentos e o próprio despreparo teórico e prático dos extensionistas a respeito do assunto, colocam este tema como algo que necessariamente deva ainda ser bastante discutido e trabalhado com todos os envolvidos neste contexto. Só dessa forma pode-se vislumbrar uma maior penetração dos princípios agroecológicos nas práticas de implementação da ATES.

Dessa discussão, pode-se evidenciar que as grandes **potencialidades** observadas nos trabalhos dos técnicos para o alcance dos objetivos da ATES são:

- o compromisso, empenho e dedicação dos extensionistas para a consolidação da agricultura familiar na região, mesmo diante de grandes dificuldades;

- a boa relação e a troca de experiência com os agricultores;
- a satisfação dos técnicos em ver a satisfação dos agricultores com os resultados de seus trabalhos;
- a busca constante de estratégias que aumente a possibilidade de manutenção das famílias nos lotes e evitar o êxodo rural.

Além disso, pode-se evidenciar as maiores **limitações** para o alcance dos objetivos da ATES:

- as dificuldades financeiras enfrentadas pela entidade de prestação de serviços, causadas pelos atrasos no repasse de recursos por parte do Governo Federal;
- os problemas que envolvem a renovação de convênios, o que compromete todo o planejamento e execução dos trabalhos;
- a falta de infra-estrutura básica nos assentamentos (principalmente estradas), que compromete a ação do técnico no campo, o processo de comercialização de produtos, as possibilidades de permanência das famílias nos lotes e o acesso dos agricultores a direitos básicos como saúde e educação;
- o convívio com a violência no cotidiano dos trabalhos;
- os problemas ambientais devido ao avanço da pecuária bovina, atividade de grande expressão na região e que desperta o interesse de grande parte dos agricultores assentados;
- as dificuldades em convergir na execução prática dos serviços com os princípios e diretrizes oficiais de ATES, como a agroecologia;
- a relação estabelecida de no mínimo um técnico para cada 100 famílias;
- a falta de uma política de reforma agrária que busque, primeiramente, o bem-estar social de milhares de famílias e não apenas responder a pressões de grupos sociais.

A seguir são analisadas as entrevistas realizadas com os coordenadores da Copserviços (roteiro no Anexo 1).

7.3 – Análise da ATES pelos coordenadores da Copserviços

Para maior aprofundamento da descrição e análise da efetividade dos serviços de ATES, foram realizadas entrevistas e debate com o Coordenador Geral e com o Coordenador Administrativo da Cooperativa de Prestação de Serviços. (roteiro no Anexo 1).

O primeiro é Baixarel em Filosofia, Técnico Consertador em Máquina Agrícola e Mestre em Agronomia Tropical, Extensão Rural e Organização Profissional Agrícola. Tinha 62 anos de idade, nascido em Macquigny, província de Aisne, na França; Trabalhava na região sudeste do Pará há 30 anos e foi um dos fundadores da Copserviços. Atuava como Coordenador Geral da entidade desde 2004.

O segundo é Técnico em Agropecuária e cursava Administração de Empresa por uma faculdade particular. Tinha 27 anos, nascido em Porteiras, estado do Ceará. Estava na entidade há sete anos e desde 2004 exercia a função de Coordenador Administrativo.

Buscou-se, através dos depoimentos dos coordenadores, perceber potencialidades, limitações e possíveis implicações relacionadas à parceria entre Estado (representado pelo INCRA) e entidade não-estatal (no caso, a Copserviços) na prestação dos serviços de ATES na região.

As perguntas buscaram levantar evidências sobre aspectos institucionais envolvidos na forma com que ocorre esta parceria - por meio de convênios temporários – e como este desenho institucional em sua efetividade vem contribuindo, ou não, para a consolidação dos objetivos dos serviços de ATES.

A primeira pergunta colocada no diálogo foi sobre os motivos que levaram o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais a criar a Cooperativa de Prestação de Serviços. Segundo o Coordenador Geral, em 1995 o Movimento Sindical resolveu unificar a luta e os trabalhos envolvendo a questão dos assentamentos e a questão do crédito, criando a FETAGRI regional sudeste do Pará, que só veio a funcionar de fato em 1996. Como descrito no início deste trabalho, o Governo Federal lançou um novo programa, o Lumiar, em que várias entidades ligadas ao movimento prestavam assistência técnica, como a CPT e o CEPASP. Como não se tinha um apoio do ponto de vista da assistência técnica oficial estatal até antes do Lumiar, depois da chegada do programa, o movimento e suas entidades

“... achou bom unificar também em uma entidade só, essa, esse trabalho de assistência técnica nas áreas principalmente de assentamentos, e na questão também, na questão do crédito. Então foi assim que nasceu a Copserviços...” (Coordenador Geral da Copserviços).

A criação da cooperativa também foi pensada para se ampliar o número de projetos de assentamento a serem beneficiados com os créditos do Governo Federal, já que apenas dois a três por cento da demanda de créditos era atendida. Segundo o Coordenador Administrativo da cooperativa

“... foi um desses motivos de tá sendo fundada a Copserviços, pra deixar de pensar em alguns projetos a nível do Governo Federal que atendia dois, três projeto de assentamento e atender a região como um todo...” (Coordenador Administrativo da entidade).

No diálogo ainda foi possível identificar, na visão dos entrevistados, as principais vantagens para o Movimento Sindical e para a Cooperativa de Prestação de Serviços em realizar a parceria conveniada com o Estado para a prestação dos serviços de ATES.

De acordo com o Coordenador Geral, antes do Projeto Lumiar e do Pronaf, todo o recurso para assistência técnica na região vinha de fontes estrangeiras. Então, começando com estes programas e com o aumento do número de assentamentos criados de 1995 (cerca de 80 PAs) a 2007 (473 PAs), a grande vantagem do Programa de ATES foi fazer com que o Brasil oficialmente, através do seu Governo Federal,

“...tomasse conta dum plano de reforma agrária com assistência técnica embutida, né. Ou na forma de crédito com assistência técnica ou diretamente com assistência técnica e outras coisas por aí. Então acho que essa é a grande vantagem.” (Coordenador Geral da Copserviços).

Para o Coordenador Administrativo

“ ... Tem uma palavra que define um pouco isso, pelo menos na minha avaliação, é o próprio controle social né. Então, o controle social passa a ser da sociedade, há prestação de conta né... há prestação de conta. O Movimento em si é quem indica as prestadoras, quem indica as prestadoras que vão tá trabalhando. Então eu acho que isso aí conta muito. Então, um dos pontos fortes dessa parceria entre INCRA e organizações não-estatais é essa própria parceria com o Movimento Social, do Movimento não só cumprir, e sim dela participar também da organização do Programa.” (Coordenador Administrativo da Copserviços).

Como terceira questão, foi debatida quais seriam as vantagens para o Estado em realizar parcerias conveniadas com entidades não-estatais para a prestação dos serviços de ATES.

Para os coordenadores, o Estado não tem capacidade pessoal para atender a demanda de ATES, de acordo com o número de famílias assentadas a serem beneficiadas. Com isso, para o Estado, a vantagem é

“... simples, é que no fim das contas o Estado de certa forma terceiriza, né, um serviço que é papel dele. [...] Agora, um pouquinho do defeito do Estado é que ele terceiriza, mas no fim das contas ele aparece mais como um papel de fiscalizador e não vai monitorando, capacitando, não é? Dando condições pra que, por exemplo, pra nó ter possibilidade de se capacitar mais; a gente gostaria de se capacitar mais do que agora, né. Não exerce esse papel de orientação, muito fraco.” (Coordenador Geral da Copserviços).

Outra vantagem percebida refere-se ao fato de que os profissionais que criaram a cooperativa já tinham uma grande experiência com assistência técnica não-governamental, de forma que as metodologias e comportamentos desenvolvidos e aplicados aos trabalhos foram incorporados ao programa estatal. Para o Coordenador Geral

“... no fim das contas, toda essas metodologias, maneira, o compromisso, etc, foi incorporado justamente no programa do Estado. Eu duvido que gente da EMATER que não recebe dinheiro durante três meses, se eles continuariam trabalhando. E volto a dizer, essa experiência, por exemplo, da FATA, da CPT, até do CEPASP, né, é muito anterior a esses primeiros convênios, até, vamo dizer dez anos antes, a gente tinha toda essa experiência que é claro que essa experiência foi levada pra dentro desse programa oficial, que é vantajoso para o Estado, com certeza.” (*Idem*).

A quarta questão buscou levantar as potencialidades e limitações percebidas na implementação prática dos serviços de ATEs, que sejam decorrentes dos aspectos normativos envolvidos na parceria entre Estado e Entidade não-estatal.

Para o Coordenador Administrativo, o convênio é bem pensado, mas o que é estabelecido entre INCRA e prestadora não é cumprido, impossibilitando a realização do trabalho na forma com que foi pensado e prejudicando principalmente, no final das contas, os agricultores.

Uma grande limitação decorre do atraso no pagamento das parcelas por parte do INCRA, situação em que várias normas do convênio não são cobertas, como multas previstas em caso de atraso, que não são pagas. Os orçamentos feitos na época da celebração dos convênios não são reajustados no momento do pagamento de parcelas, que atrasam até dez meses. A manutenção do quadro profissional fica comprometida devido aos atrasos, o que faz com que vários técnicos deixem a cooperativa para buscarem outros empregos mais estáveis para se manterem. Com isso, a entidade perde o processo de formação e investimento feito com esses profissionais.

O projeto de convênio com o INCRA apresenta um plano de trabalho em que a cooperativa coloca as despesas que vão ser necessárias, como material de consumo, pagamento de salário, despesa de pessoa física, pessoa jurídica, serviço de terceiros. Com o atraso de meses no pagamento das parcelas, o recurso estipulado para uma determinada

função (como, por exemplo, para compra de combustível), por vezes é destinado a outro setor que se apresenta mais problemático (como, por exemplo, pagamento de pessoal), o que compromete o cumprimento do próprio plano de trabalho.

Segundo o entrevistado

“... o programa em si é um programa interessante, o manual de ATEs, se você ver, você vai achar a coisa mais bonita do mundo e com certeza se fosse executado da maneira que era prevista, com certeza iria ter uma melhoria na qualidade de vida dos agricultores e é isso que o técnico pensa em fazer. Mas infelizmente, por essas... esses problemas vêm afetando a qualidade do serviço nosso enquanto prestação de assessoria técnica aí pros agricultores. [...] Não tem pra onde correr porque tu acaba não conseguindo fazer um planejamento certo. Atrapalha tudo. Na verdade atrapalha tudo, desde o trabalho no campo até a contabilidade. Atrapalha, não dá pra tu realmente fazer mesmo como deveria ser feito.”(Coordenador Administrativo da Copserviços).

Foi perguntado, em seguida, se a forma de convênio é uma forma adequada para a realização da parceria entre Estado e entidade não-estatal na prestação de serviços de ATEs, e caso não fosse, se haveria outra(s) forma(s) mais adequada(s).

Para o coordenador geral, há os convênios desde quando o serviço era denominado ATER e eles sempre foram descontínuos e com prazos insuficientes para se permitir realizar um trabalho sério e de qualidade nos assentamentos. O acompanhamento dos sistemas de produção e o incentivo à diversificação - com projetos de reflorestamento, por exemplo - ficam comprometidos pela insuficiência dos prazos previstos para os trabalhos de assessoria. Segundo o entrevistado

“... quando se discute agora o reflorestamento, como que tu vai fazer reflorestamento com convênio de três anos? Quando tu sabe que uma árvore, no mínimo, é dez anos, quinze anos antes de falar qualquer coisa dessa árvore?!” (Coordenador Geral da Copserviços).

Para ele, os prazos dos convênios e a situação decorrente dos atrasos das parcelas são questões muito sérias, que afetam o acompanhamento dos sistemas de produção e adoção dos princípios agroecológicos:

“... eu acho que no mínimo, por baixo, é convênio de dez anos antes de falar qualquer coisa, né. Senão é brincar com o sistema de produção, é brincar com o apoio que a gente dá às famílias dos agricultores. [...] é brincar de agroecologia, é brincar de ecologia, é brincar de reflorestamento se a gente começa a ver de perto esses convênios ou esses recursos desse convênio plurianual, esses recursos vagalume...” (*Ídem*) (grifo nosso)

Até a manutenção do quadro profissional fica comprometida:

“... qualquer cooperado que tem compromisso com a agricultura familiar, não é, mas que não vai ter segurança para o futuro, como que tu vai segurar, vamo dizer, os melhores pra dentro da Copserviços? Né? É claro que os melhores vão fazer concurso, vão passar no concurso, como aconteceu na EMATER, dos dez primeiros tinham seis da Copserviços”.
(*Ídem*).

No momento da realização dessa pesquisa, no Pará vários profissionais saíram da Copserviços e foram para a EMATER, em cargos como coordenação municipal, coordenação regional e até coordenação estadual. O questionamento ocorre porque a EMATER, que historicamente não encabeçou a luta pela reforma agrária e consolidação da Agricultura Familiar na região, tem recebido toda uma metodologia e experiência que vem sendo construída há anos dentro do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, projetando-se vantajosamente sobre outras entidades nas relações com o Estado.

A rotatividade dos profissionais na entidade, causada em grande parte pela instabilidade financeira oriunda dos atrasos no repasse de verbas, também é apontada pelo Coordenador Administrativo como um grande entrave para a melhoria dos trabalhos:

“... imagina tu com uma fábrica, que todo dia tu muda de funcionário. Não dá tempo nem de tu capacitar aquele, que tu vai ter que mudar e substituir pra outro. Pensa aí tua produção como vai cair. Com certeza ela cai. Então o que eu percebo na Copserviços é isso. Toda essa questão da rotatividade de profissionais acaba dificultando o nosso trabalho.” (Coordenador Administrativo da Copserviços).

O entrevistado deixa claro que tem consciência dos problemas operacionais e de planejamento na realização dos trabalhos da entidade, causados pelos atrasos no repasse de verbas, enfatizando os prejuízos nas atividades de campo, em que os técnicos deixam de estar presentes nos assentamentos para assessorarem as famílias, resultando em prejuízos para os agricultores.

Além disso, demonstra as incertezas quanto ao futuro da ATES, quando diz:

“... eu mesmo, nós tamo aqui hoje e ninguém sabe definir; o convênio acaba em setembro [2007], ninguém sabe realmente o que o Governo tá pensando, né. Será se vai ter renovação? Será que esses agricultores que foram beneficiados três anos, eles vão ter continuidade pra frente? Será que vai entrar novas famílias? [...] Mas nós tamo aí na luta e vamo correr atrás pra ver como é que a gente encontra uma proposta de qualidade.”
(*Ídem*).

Por fim, o coordenador geral sugere que a ATES se torne um programa do Governo, como demonstra seu depoimento

“... temos que conseguir fazer com que essa ATES vira um programa do Governo e que seja do tipo o programa Bolsa Família, bolsa não sei o quê, que a gente sabe que esse negócio tem avaliação, tem momento que tem que ser fiscalizado [...] Por enquanto do jeito que tá, tu vai cobrar o quê? Fiscalizar o quê? Avaliar o quê? Com esse alto e baixo, alto e baixo assim desse jeito...” (Coordenador Geral da Copserviços)

Além disso, o coordenador levanta ainda os problemas no planejamento dos trabalhos causados pela escassez de recursos, problematizando a proposta de universalização dos serviços de ATES ao alegar que, na região sudeste do Pará, menos da metade, ou seja, 42% das famílias recebem os serviços de assessoria, questionando a situação das demais famílias não assessoradas.

A penúltima pergunta buscou perceber o que os coordenadores achavam que a cooperativa deveria fazer para que houvesse uma melhoria na qualidade dos serviços de ATES.

Segundo o coordenador geral, seria interessante maior discussão sobre inovações de elementos dos sistemas de produção, com enfoque nas questões agroecológicas para vislumbrar possibilidades de sustentabilidade para os agricultores. Nesse sentido

“... até ia falar... negócio da agroecologia, replantio, reserva legal, tudo isso aqui por enquanto, é só discurso. Não tem uma discussão da sustentabilidade desse negócio, né. Aí o agricultor vai replantar com o quê? Com os dentes? Sem ele ter um retorno rapidinho aí. E a gente diante dessa situação... a gente passa muito tempo pra planejar o prejuízo, do que pra planejar a coisa boa, a vida, que poderia ser a assistência técnica”. (Coordenador Geral da Copserviços).

Já o coordenador administrativo ressalta que não é fácil prestar serviços de assessoria, pois há grande diferença entre dar assistência a uma atividade técnico- produtiva como uma criação de suínos, por exemplo e trabalhar com o agricultor, com uma família, que é questão que envolve a cultura das pessoas. Nesse sentido, a relação exigida oficialmente de um técnico para cada cem famílias é questionada, por impossibilitar um contato mais aproximado dos técnicos com os agricultores a fim de possibilitar maior conhecimento de seus projetos de vida, de sua cultura, das relações familiares.

A importância da melhoria das condições estruturais nos assentamentos foi apontada como um fator que favorece a qualidade dos serviços de ATES, como demonstra o depoimento

“... tem outras coisas que estão envolvidas que também não dependem exclusivamente da assistência técnica, mas acaba sendo um dos fatores que contribui pra que a assistência técnica faça um bom trabalho. Que é a própria questão da estrada de qualidade, questão

da comercialização da produção do pessoal, questão da própria organização, então tudo isso faz com que, quando o técnico chega lá, se tiver tudo isso dentro do projeto de assentamento, com certeza o trabalho do técnico é com mais qualidade. [...] se a gente faz uma avaliação rápida, sem estudo, sem pesquisa científica nenhuma, numa hora pra outra dá pra perceber que aqueles que vão avançando mais é aqueles que tem mais qualidade, que foram mais beneficiados, é que tem mais; a palavra certa é quem tem mais estrutura” (Coordenador Administrativo da Copserviços).

E novamente os problemas de repasse de recursos foram ressaltados como entraves para a melhoria dos trabalhos realizados por uma entidade que tem serviços de qualidade a oferecer, mas que também precisa pensar no lado profissional de seus trabalhadores, como demonstra o trecho

“... ninguém tá aqui querendo explorar o capital do agricultor, ninguém tá aqui pra enriquecer, pra enriquecer economicamente. A prova disso que é uma cooperativa sem fim lucrativo. Mas também ninguém tá aqui também pra passar fome também, né... pra passar necessidade, pra tá a família em casa e não ter pró-labore, não ter remuneração, também não é isso. Então, é um tipo de troca né, eu tenho um serviço de qualidade pra prestar na região, mas também tem que ser, sei lá, remunerado...” (*Ídem*).

A última questão buscou saber o que os coordenadores sugeririam para o INCRA/MDA, no sentido de alcançar melhoria na qualidade dos serviços e consolidar os objetivos da ATES na região.

A primeira sugestão foi no sentido da universalização dos serviços e da necessidade de continuidade para sustentabilidade da proposta de ATES. Em razão da importância desse trabalho de assessoria para as famílias assentadas, o diálogo entre os conhecimentos de técnicos e de agricultores é o que garantiria projetos e iniciativas para melhoria de vida das pessoas no meio rural. Segundo o coordenador geral,

“... a sugestão primeiro de tudo é de ter continuidade, continuidade e sustentabilidade dessa proposta, não é? Eu acho que esse é a base de tudo.” (Coordenador Geral da Copserviços).

Na visão do coordenador administrativo, a universalização dos serviços, a transformação da ATES em Programa e o pagamento de parcelas anuais ao invés de semestrais, são os três procedimentos básicos a serem tomados pelo Governo para haver melhoria dos serviços. Segundo ele, a assessoria deve ser para todas as famílias e, se a ATES não puder tornar-se um Programa com continuidade como o Bolsa Escola ou Bolsa Família, que ao menos seja uma ação que tenha seu planejamento cumprido, pra não ocorrer o que estava ocorrendo na época em que foram realizadas as entrevistas (agosto de 2007), em que o

atraso no pagamento já durava seis meses. Há necessidade de pagamento de parcelas anuais devido à programação orçamentária do Governo que só é votada após o primeiro trimestre do ano. De acordo com o entrevistado

“... O orçamento vai ser votado lá pro final de março, tem vez que até final de abril. E esse convênio nosso, a parcela é pra fevereiro. Como é que vai sair uma parcela em fevereiro se o orçamento só vai ser votado lá pro mês de março, mês de abril? Prova disso é que a nossa de fevereiro, nós tamo em agosto e não recebemos ainda...” (Coordenador Administrativo da Copserviços).

Ainda como sugestões para a melhoria dos serviços, foi levantada a idéia de funcionamento de um Conselho Regional de ATES, que poderia cumprir as funções de cobrança de pagamento, de fiscalização e de monitoramento. E também algumas questões orçamentárias deveriam ser discutidas, como os valores de custo por família por ano destinadas à ATES. Segundo o coordenador geral

“... pra o futuro também, éhhh... vamos ter que discutir as planilhas, as planilhas de custo, né. Faz três anos que tá quatrocentos reais e ainda menos vinte e cinco pra equipe de articulação. É quatrocentos reais por família, mas a gente já fez o cálculo aqui da Copserviços que acompanha uma família por ano, passa de quinhentos. [...] então vai ter também que rediscutir esses números.” (Coordenador Geral da Copserviços).

Os depoimentos dos coordenadores demonstram a preocupação com a descontinuidade dos serviços de ATES, causadas por problemas de repasse de verbas do governo federal à cooperativa. Há a consciência por parte deles das vantagens que a parceria entre Estado e entidade não-estatal traz para ambos, mas que devido à questões operacionais, a forma de parceria conveniada oferece sérios entraves para que os objetivos dos serviços de ATES sejam alcançados.

Na seqüência é analisada a entrevista realizada com o técnico do INCRA, de Marabá (roteiro no Anexo 2).

7.4 – Análise da ATES pelo gestor do INCRA

O entrevistado é Engenheiro Agrônomo com Especialização em Sociologia Rural, tinha 48 anos, nasceu em Porto Alegre-RS. Na data da entrevista, era responsável pela Coordenação de Desenvolvimento de Projetos ligada à Divisão de Desenvolvimento do INCRA, setor de ATES, atuando no instituto há um ano e meio.

A primeira questão buscou evidenciar, na visão deste representante do INCRA, quais os objetivos dos serviços de ATES.

Em resposta a essa questão, foi argumentado que

“... os objetivos do serviço de ATES, que é Assessoria Técnica, Educacional, Social e Ambiental... eles são garantir que os assentados depois da criação do assentamento tenham um acompanhamento técnico mínimo, realmente mínimo, pra que possam desenvolver as atividades nos seus lotes, né, e também no PA como um todo.”

O entrevistado destaca que a ATES é fruto de um embate entre os movimentos sociais e o Governo brasileiro, no sentido de que os movimentos alegavam ser absolutamente insuficiente a criação de projetos de assentamento, depositando as pessoas, demarcando as terras, apenas colocando as pessoas em lotes na reforma agrária. Contudo, era também necessário créditos, infra-estrutura e assessoria técnica, social e ambiental, que redundou no Projeto Lumiar, como a primeira experiência nesse sentido.

Ainda neste depoimento, o entrevistado fez uma breve descrição do processo histórico da Extensão Rural no Brasil, para melhor explicar que os objetivos do serviço de ATES deveriam ser vistos como uma reconstituição daquilo que se concebia como ATES e Extensão Rural nos anos de 1940 e 1950, porém com um pensamento mais moderno. Além disso, alegou-se também a precariedade encontrada atualmente nos serviços, que deve ser relativizada com os fatos que aconteceram no passado.

A segunda pergunta buscou problematizar se a forma de realização da parceria entre Estado e entidade não-estatal, que ocorre por meio de convênios temporários, é a mais adequada para se alcançar os objetivos da ATES; e, caso não fosse, se haveriam outra(s) forma(s) mais adequada (s).

Antes de responder diretamente à questão, o entrevistado destaca um primeiro aspecto considerado importante: a ATES apresenta um elemento inovador que é o foco na questão social, e não no produtivismo, como se pensava a Extensão Rural anteriormente. Um segundo aspecto relatado é que, antes do surgimento da ATES, o sistema de assistência técnica tinha duas modalidades que era a estatal (sistema Emater) ou a privada, através de financiamentos do Banco do Brasil, a partir da década de 1970. Posteriormente, em decorrência das disputas sociais, surge uma terceira figura, inovadora e interessante, de caráter privado mas sem fins lucrativos, que são as ONGs ou cooperativas, para prestarem um serviço com controle social, discutido em instâncias junto com o Estado. E a forma com que o Estado brasileiro tem pra se relacionar com essas instituições é por meio do formato convênio, o que é previsto legalmente. Porém, torna-se cada vez mais complicado a realização desse

tipo de convênio, devido à política econômica do Governo Federal. O que ocorre é que o Governo, por uma série de contingências, inclusive por algumas opções políticas, não libera recursos pra essa forma de contrato durante os primeiros meses do ano. Segundo o depoimento

“... então, o que acaba acontecendo? O INCRA assina convênio com as entidades pressupondo um determinado reembolso, um ritmo de desembolso pra que elas possam desempenhar seu serviço, parcelas, tal, mas na prática a disponibilidade do recurso acaba sendo ditada pela área fazendária, né. Resultado: os convênios são liberados, as parcelas dos convênios são liberadas com seis, sete, oito meses de atraso o que prejudica enormemente a realização dos serviços.”

Em relação às possíveis alternativas, foi descartada e reprovada a viabilidade da volta da forma de licitação para um serviço como o de ATES, devido ao perfil de várias entidades que, mesmo tendo juridicamente caráter de ONGs, acabam se comportando como empresas, o que dificilmente faria com que elas priorizassem os aspectos educacionais e ambientais previstos na assessoria. Priorizariam muito mais os aspectos econômicos.

Segundo o técnico, uma alternativa possível levantada e que inclusive foi discutida pelo INCRA Nacional, foi o repasse da responsabilidade para as associações dos projetos de assentamentos, sob a forma de crédito que serviria pra tudo, estradas, infra-estrutura, etc. A licitação e a gestão também seria feita pela associação, com uma possível contribuição do INCRA na capacitação dos agricultores para realizarem a gestão. No entanto, haveria dificuldade de gestão e controle por parte da base.

Uma crítica foi apontada em relação ao tempo de convênio para ATES e uma sugestão foi colocada para superar os problemas do formato convênio. Para o entrevistado

“... a ATES é um serviço que deve ser continuado. Não adianta você dar um crédito pra uma associação de assentados, por um ano, dois anos. A minha avaliação é que esses convênios por três anos, então entra a primeira crítica, é, são insuficientes [...] eu preferia ainda o formato convênio, desde que acertado com a área econômica um cronograma de desembolso, especificamente pra que esse tipo de serviço não sofresse esse tipo de solução de continuidade.”

A próxima questão procurou demonstrar quais seriam, na visão do INCRA como como instituição contratante das entidades de prestação de serviços, as vantagens desta parceria para a Copserviços e quais são as vantagens para o Estado.

Segundo o depoimento, a vantagem para a cooperativa é que “(...) garante uma forma de organização dos trabalhadores né, uma forma de empreendimento auto-gerida”.

Com relação ao Estado, o entrevistado afirma que não é função do INCRA prestar assistência técnica, mas sua função em princípio é garantir o ordenamento fundiário do Brasil. E para isso, a fim de se evitar concentração de terras, venda de lotes, etc, o INCRA também entra na área de Assessoria Técnica, Social e Ambiental. A vantagem então é que a contratação de entidades para realização dos serviços de ATES possibilita ao INCRA não perder seu objetivo principal, que é garantir o ordenamento fundiário, a reforma agrária, a democratização da terra, a execução do Estatuto da Terra. De acordo com o depoimento, o INCRA “... deve entrar parcialmente na área de desenvolvimento, mas ele não deve ser o elemento principal”.

A pergunta seguinte indagou sobre quais as principais potencialidades e os principais entraves ou limitações decorrentes dessa parceria, para que fossem alcançados os objetivos da ATES.

Uma primeira potencialidade levantada é a concepção geral envolvida no serviço, com a idéia de uma equipe de articulação, de núcleos operacionais, com flexibilidade para trabalhar com entidades privadas desde que sem fins lucrativos. Para o entrevistado

“... agricultura familiar sem isso, sem uma assistência técnica, sem uma inteligência né, operando junto a ela principalmente trabalhando as inovações tecnológicas ou a própria educação no campo né, não tem como, não tem como ir prá frente. Agora, então a concepção é boa.”

Por outro lado, a primeira grande limitação levantada foi a relação de um técnico para 100 famílias. Segundo o depoimento

“... Agora quando você desce pros números, um técnico pra cada cem famílias é insuficiente [...] uma limitação muito grande né. Eu acho que nós tínhamos que tentar partir pra uma, um pra dez.”

Uma segunda limitação é a capacidade de controle por parte do INCRA, no sentido de que quando sai uma verba para financiamento de um convênio, não é previsto a verba de fiscalização e os profissionais do setor de ATES do Instituto têm que disputar, internamente com outros setores, as diárias, viaturas e outros recursos para fazerem a fiscalização e acompanhamento do desenvolvimento do convênio.

Um terceiro entrave diz respeito ao sub-aproveitamento da equipe de articulação, no sentido de que algumas prestadoras se fecham em si mesmas e

“...aproveitam muito menos do que é o preço que se paga pra ter uma equipe de articulação [...] na verdade a prestadora é um território, é um terreno que tem entre aspas ‘dono’ né. Quer dizer, então, pra, pro jeito lá da equipe de articulação entrar nesse território ele tem que bater na porta antes.”

Segundo o entrevistado, as prestadoras se superariam com a qualificação oferecida pela equipe de articulação.

Outra limitação apontada e considerada uma ‘limitação regional’, é o fato de que estão sendo assentadas populações não tradicionais para desenvolver a agricultura familiar na Amazônia, que não têm a cultura de trabalhar com a mata, com a floresta.

Ainda foi levantado um entrave relacionado à remuneração dos extensionistas. O representante do INCRA, além de apresentar os problemas no repasse de recursos, paga mal as prestadoras, que apresentam dificuldades financeiras para se manterem. Com isso, os profissionais são mal remunerados, o que gera a tendência de trabalharem nas prestadoras mais na perspectiva de um primeiro emprego, para depois buscarem outros empregos mais estáveis. Segundo o depoimento

“... porque com esse salário, a perspectiva profissional que ele tem, de ascensão social, de se manter nesse tipo de atividade é baixíssima [...] o grau de insegurança é muito grande.”

Mais uma limitação levantada nesse depoimento é a concepção de que ‘a sustentação dos serviços de assessoria seja através do crédito’. Em outras palavras, a possibilidade de haver continuidade da assessoria para o agricultor, de se ter um técnico junto ao assentado após os três anos de convênio de ATES, ocorre através do crédito Pronaf. Isso faz com que o colono que deseja ter assistência técnica, tenha que ir aos bancos, pois, se não acessar o financiamento, após o prazo do convênio ele perde a assessoria gratuita. Para o entrevistado

“... a sustentação da ATER no caso né, pela via do crédito, é mais perversa ainda porque faz com que as prestadoras se comportem como empresas, indo atrás do colono, ‘obrigando’, entre aspas, pra poder ganhar o seu 11,1% do crédito.”

E a principal limitação levantada no depoimento foi com relação ao desembolso das parcelas de convênio. Para o entrevistado “(...) é um limite brutal. Acho que hoje é o maior.” Esta situação faz com que o INCRA perca sua autoridade. Algumas iniciativas que poderiam partir do Instituto, como acompanhamento mais rigoroso dos trabalhos de ATES que estão sendo feitos e maior exigência quanto à qualificação dos trabalhos prestados pelas entidades,

ficam comprometidas pelo fato do próprio INCRA estar em ‘dívida’ com as entidades, não podendo cobrar, estando devendo. Segundo o depoimento

“... depois de passar seis, sete meses sem pagamento, como é que você vai exigir? [...] então, esse é um outro limitante né, que é essa questão do desembolso, da... vamo dizer assim, da autoridade que o conveniente tem pra poder fazer um controle melhor da qualidade do serviço.”

A próxima questão procurou demonstrar como o representante do INCRA via a discussão da agroecologia e a adoção dos princípios agroecológicos nos assentamentos e quais os entraves percebidos para que os técnicos de ATES pudessem trabalhar melhor esse tema, na execução do serviço.

De acordo com o depoimento, existe um problema relacionado à cultura de produção nos assentamentos, que ainda não permite um trabalho de exploração da mata como uma fonte de renda capaz de gerar uma ótima qualidade de vida para as famílias.

Também foram apontados limites estruturais dentro dos assentamentos, como precariedade das estradas, que favorecem a expansão de atividades de grande impacto ambiental dentro das áreas, como a pecuária bovina de corte. Segundo o relato

“... cê entra dentro dum PA que durante o inverno todas as estradas foram cortadas né, o que, é muito mais interessante você ter uma mercadoria que se move pra ir até o mercado pra ser vendida, do que você, por exemplo, ter... vai colher banana, mamão e levar nas costas, no lombo de burro até o mercado? É óbvio que o gado se movimenta com muito mais facilidade, nem leite é viável numa alternativa como essa!”

Questões relacionadas aos custos envolvidos nos processos de manejo e preservação ambiental nos assentamentos foram levantadas, ressaltando-se que o ‘Custo Amazônia’ não está incluído no projeto de ATES. O entrevistado, para exemplificar, aponta que para se fazer projetos de manejo florestal em que o colono possa se beneficiar, há um custo de cinquenta reais por hectare só para realização do inventário florestal. Então, surge a pergunta: “(...) quem custaria isso?” Há um desafio grande em se fazer reforma agrária na Amazônia, região disputada por representantes do grande capital, interessados em concessão de áreas de floresta em grande escala para exploração de madeira certificada e que procuram desqualificar a reforma agrária perante a opinião pública. A reforma agrária tende a funcionar sob o desmatamento, mas não é a principal responsável pela degradação ambiental. Dessa forma e diante desses desafios, o entrevistado destaca a importância do trabalho dos técnicos para

atuarem na área ambiental, de forma a realizarem um papel educacional e cultural, revertendo a visão do desmatamento para que a idéia de exploração sustentável da mata seja consolidada.

O técnico do INCRA defende que a agricultura familiar, no seu sentido amplo, incorporando populações assentadas e populações tradicionais, é a única que pode trabalhar na Amazônia sustentável, sendo necessário, pra isso, que o Estado cumpra seu papel: “(...) que eu acho que ele tá devendo bastante.”

Em seguida foi perguntado como ele avaliava os trabalhos realizados pela Cooperativa de Prestação de Serviços na região.

Um primeiro aspecto favorável levantado a respeito da entidade é o fato dela ser uma iniciativa dentro de várias outras iniciativas feitas pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Para o técnico do Instituto

“... isso é uma coisa importantíssima, ela é articulada com isso, com um movimento maior. E um dos problemas que nós temos em algumas prestadoras de serviço é que elas se pensam apenas... se pensam muito sozinhas...”

Por outro lado, um aspecto desfavorável são as grandes diferenciações em seus núcleos operacionais, no sentido de que há diferenças marcantes na forma de se trabalhar de cada equipe minirregional da cooperativa.

Foi apontado como aspecto favorável a forma democrática com que as questões são tratadas na cooperativa, segundo o trecho

“... é uma entidade que tem uma característica interessante, ela é muito democrática até pela raiz do pessoal que vem da CPT, pessoal ligado à Igreja, então ela trata as questões na cooperativa de forma muito transparente.”

O depoimento ressalta o trabalho feito na instituição junto aos técnicos

“... acho que técnico que já passaram pela Copserviços deve tá na conta de duzentos. Nenhum entrou na justiça contra a Copserviços [...] porque são pessoas que estão convencidas da importância duma entidade como essa pra agricultura familiar na região.”

Em relação aos técnicos da cooperativa, o entrevistado diz

“... o técnico da Copserviços é um sujeito preparado para o cooperativismo. Importante, na minha opinião. É o que melhor consegue trabalhar junto ao agricultor familiar...”

Para aprofundar a avaliação sobre a Cooperativa de Prestação de Serviços, foi perguntado se havia diferença entre os trabalhos realizados por essa instituição em relação ao trabalho de outras prestadoras de serviços de ATES.

A principal diferença apontada foi o compromisso da entidade não apenas com sua sobrevivência, mas com a qualificação da agricultura familiar. Segundo o técnico do INCRA, os trabalhos da cooperativa diferem

“... no sentido de uma visão menos, entre aspas, ‘empresarial’ do serviço de Assessoria Técnica, Educacional, Social. Ou seja, eles, é como eu falei com você, uma visão integrada. Um: a visão integrada. Dois: não é uma organização que pense na sua sobrevivência, apenas na sobrevivência dos seus técnicos, né. Ela tá ligada de tal forma com a agricultura familiar, que essa é a concepção inclusive do sistema de ATES, né, que a existência dela tá calcada basicamente na qualificação da agricultura familiar propriamente dita.”

Por fim, foi posto no debate uma questão visando perceber como ele avaliava os serviços de ATES na região, tendo-se completados os três anos previstos inicialmente, já que oficialmente o convênio compreendeu o período de setembro de 2004 a setembro de 2007. Para o entrevistado, inicialmente haveria necessidade de se fazer estudos comparativos entre locais que tiveram ATES e locais que não tiveram ATES, para se permitir uma melhor avaliação. Porém, já pode ser considerada uma grande vitória a presença de duzentos ou trezentos técnicos a campo na região que vão aos assentamentos, diante da impossibilidade do INCRA em realizar esse trabalho. Mesmo que seja na relação de um técnico para cem famílias a cada dois meses, a presença do técnico é muito importante. A presença dos técnicos

“... permite que os agricultores familiares que estão nos assentamentos se articulem com os programas do INCRA, com os programas do MDA, com as informações necessárias...”

No depoimento, foi levantado um desafio na área de pesquisa relacionada à agricultura familiar, perante a necessidade de se fazer uma correlação entre viabilização de assentamentos com ou sem presença de serviço de ATES. O entrevistado ainda ressaltou a existência de grandes debilidades nos serviços de ATES (como os problemas de repasse de recursos na realização dos convênios), mas que haveria necessidade de um maior aprofundamento da discussão do serviço antes de se fazer mudanças em sua estrutura ou em sua concepção.

8 - INTERPRETAÇÃO DO SENTIDO ATRIBUÍDO À ATES À LUZ DAS DIRETRIZES OFICIAIS

Diante da análise e discussão dos depoimentos, faz-se necessária uma síntese comparativa do sentido atribuído ao serviço de ATES por agricultores, técnicos e coordenadores da Copserviços e representante do INCRA, em relação às proposições oficiais do programa de assessoria.

Agricultores e técnicos percebem que o serviço de ATES está relacionado, de alguma forma, ao atendimento a direitos, havendo reconhecimento do empenho e do papel educativo, informativo e mediador dos profissionais.

A falta de capacitação dos técnicos foi questionada por ambos e os técnicos são conscientes de que a sua formação acadêmica não oferece preparo para lidar com a complexa dinâmica da agricultura familiar. Nesse ponto, deve-se discutir a formação do extensionista, diante da grande expectativa que se tem em torno da ação destes profissionais nas políticas de intervenção no meio rural elaboradas pelo MDA. A eles se atribui um papel para com os agricultores, um papel de medição entre as comunidades e as políticas públicas, papel de organização social dos assentamentos, além de se envolverem nas questões técnicas, sociais e ambientais referentes ao cotidiano dos PAs. Contudo, segundo CAPORAL & RAMOS (2006), os cursos de formação de profissionais para atuação no meio rural continuam reproduzindo o modelo de transferência de tecnologia oriundos da Revolução Verde.

“As instituições de ensino deveriam repensar o processo de formação, as grades curriculares e as metodologias de ensino, de modo que os profissionais possam estar preparados para os desafios da nova realidade” (p. 6).

A exigência oficial de no mínimo um técnico para 100 famílias também foi questionada por todos os grupos, devendo-se discutir as possibilidades de flexibilização das normativas diante de especificidades regionais.

Todos os grupos pesquisados identificaram as dificuldades em se prestar um serviço de melhor qualidade devido às questões financeiras. Os problemas de repasse de recursos à cooperativa foram apontados como entrave para a realização dos serviços. Mesmo que um dos coordenadores da cooperativa e o representante do INCRA tenham ressaltado que o programa de ATES é muito interessante, este problema constitui-se limitação profunda, dentre todas as outras já inerentes ao contexto político, estrutural e social encontrado nos assentamentos.

Percebe-se também que agricultores sem crédito Pronaf são pouco assessorados em relação aos que acessaram os créditos, demonstrando ter menos conhecimento a respeito das

funções dos extensionistas. Levanta-se então a questão de como as prestadoras podem tornar os serviços igualmente acessíveis a todos os beneficiados.

Foi reivindicado pelos agricultores e técnicos de campo melhor infra-estrutura e maior participação dos governos nos assentamentos para se obter melhores resultados com a ATES. A precariedade estrutural torna-se expressivo obstáculo para a atuação dos assessores nos assentamentos, além de trazer uma série de limitações, que vão desde a geração de renda até a adoção dos princípios agroecológicos nos processos de intervenção junto às famílias, como sugerido em uma das hipóteses desta pesquisa. A agroecologia é proposta pelo MDA como a base de um novo paradigma tecnológico para os processos de intervenção no campo e para o desenvolvimento rural brasileiro. Entretanto, no contexto aqui pesquisado, é algo novo. Por parte dos técnicos não há domínio suficiente para repassar ou trabalhar a agroecologia junto aos agricultores. Além disso, a falta e as más condições das estradas são outro aspecto da precariedade estrutural mencionada e que afeta a conversão agroecológica. O interesse dos agricultores em desenvolver atividades como a bovinocultura de corte intensifica-se - mesmo causando maior degradação ambiental - pelo rápido retorno econômico e maior facilidade de escoamento e comercialização da produção. Essa situação compromete as iniciativas e a tentativa de diversificação de atividades produtivas da agricultura familiar, fazendo com que alguns lotes tendam à monocultura de gado. Há, também, necessidade de maiores prazos para se atingir o retorno econômico em atividades de cunho “mais” agroecológicos, como cultivo de açaí, cupuaçu, criação de galinha caipira, por exemplo. Soma-se a esses limites a pressão de empresas com interesses em monoculturas vegetais em áreas de assentamento. A relação dos agricultores com as florestas é outro condicionante da perspectiva agroecológica, pois não trazem de seus lugares de origem a cultura de exploração sustentável das matas. Por isso, a prática produtiva comum é desmatar para plantar as lavouras de subsistência. Tudo isso vem constituindo-se em grave empecilho para que a agroecologia se torne uma realidade no sudeste paraense.

A postura autoritária do extensionista para com os agricultores foi evidenciada em alguns depoimentos, o que demonstra que ainda há um perfil autoritário na ação de alguns técnicos, mesmo havendo consciência da função social, educativa, ambiental e cultural como aspectos importantes da parte deles. Esta postura se distancia daquilo que se espera destes profissionais, pela concepção de intervenção do MDA e mesmo, pelo Movimento Sindical.

Agricultores e técnicos e coordenadores da Copserviços esperam que o serviço de ATES resulte para as famílias em melhoria de vida, de renda, em resolução de problemas das comunidades e demonstram preocupação com demandas ambientais e sociais. Nesse sentido,

é atribuída aos técnicos grande responsabilidade para que ocorram as mudanças esperadas. Os agentes de ATEs destacam a ausência do Estado, mas atribuem a si mesmos a maior parte das responsabilidades para a melhoria dos serviços, exigindo maior capacitação e empenho de si.

Da parte dos agricultores, há expectativa de que ocorra melhoria da capacitação dos técnicos e há percepção de que o serviço é importante, pois traz benefícios e melhorou a situação dos PAs depois da chegada dos assessores. Por outro lado, percebe-se a reivindicação por mais ações governamentais e maior penetração do Estado, devendo haver ação de “forças maiores” para que se alcancem os benefícios esperados.

As relações de confiança e amizade que envolvem os extensionistas e os trabalhadores rurais puderam ser evidenciadas, demonstrando que esse tipo de interação entre ambos é relevante para a realização desse tipo de trabalho e que, para muitos técnicos, essas interações são o que mais valorizam em sua atuação profissional.

A junção do conhecimento acadêmico com o conhecimento prático dos trabalhadores rurais foi apontada como algo importante na realização dos trabalhos.

Ambos não dominam as diretrizes oficiais dos serviços, mas pela prática, os objetivos se concentram de alguma forma em garantia de direitos e benefícios para as famílias. Nesse sentido, ressalta-se os fatores ideológicos que influenciam os trabalhos, por ser um serviço vinculado a um movimento social. Há congruência da atuação da cooperativa com a proposta do MDA no que se refere ao compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar, mesmo em meio a dificuldades e adversidades. A boa relação entre técnicos e agricultores, além do reconhecimento do esforço dos assessores, podem ser vistos como potencialidades.

Considerando as diretrizes oficiais da ATEs, pode-se afirmar que não está sendo possível assegurar às famílias assentadas o acesso a um serviço de qualidade e em quantidade suficiente, como prevista na diretriz básica. A qualidade está sendo comprometida por uma série de fatores, dos quais destacam-se a precariedade estrutural nas áreas assessoradas, a capacitação profissional dos técnicos, as dificuldades com as questões ambientais já mencionadas, os problemas de repasse de verbas do Governo Federal. Também a quantidade não está sendo suficiente, pois a relação de no mínimo um técnico para 100 famílias não permite que o profissional garanta o assessoramento a todas, o que ficou evidente na opinião de todos os entrevistados.

Em outra diretriz do documento diz que

“... promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental das áreas de assentamento, tendo em vista a efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador rural...” (BRASIL, 2004, p. 7).

Apesar do documento não discutir o conceito de “sustentabilidade ambiental” a que se refere, pode-se perceber, pelos depoimentos analisados, que esta sustentabilidade não está sendo atingida, por vários motivos. Dentre eles, destacam-se: o avanço da pecuária dentro dos assentamentos; a ação de empresas descomprometidas com a diversificação produtiva da agricultura familiar, propondo às famílias assentadas projetos aparentemente interessantes economicamente à custa de formação de monocultura de eucalipto nos lotes; ao desmatamento de áreas de mata pelos agricultores para garantirem a sua própria “segurança alimentar” - segurança que deve ser promovida, segundo a própria diretriz - mas que está sendo mantida às custas da derrubada de matas para formação de roças de subsistência.

A viabilidade econômica também não está sendo alcançada, em decorrência da precariedade das condições estruturais dos PAs e pelas condições das famílias. A falta de estradas já foi apontada como um entrave para a comercialização dos produtos, além de que muitos agricultores ainda não acessaram linhas de crédito que possibilitem desenvolver atividades para geração de renda.

Partindo para a discussão da “efetivação dos direitos fundamentais do trabalhador rural”, os depoimentos demonstram que, se forem observadas as condições de educação, de saúde, de moradia, de eletrificação rural e das estradas nos assentamentos, além da violência que envolve a realização dos trabalhos, a efetivação dos direitos fundamentais dos trabalhadores rurais, na prática, está muito aquém do que se espera pela proposta oficial.

O que se percebe, quando se compara o sentido atribuído pelos agricultores e técnicos com algumas diretrizes oficiais do Serviço, é uma distância entre o que é proposto e o que ocorre na prática de sua implementação.

A ação de todos os que estão envolvidos neste processo deve ser discutida, com ênfase para a ação do Estado que, ao propor políticas públicas com vistas em tantas mudanças, não pode se manter tão ausente em um contexto regional marcado por tantas desigualdades e conflitos.

Pode-se dizer que a realização do serviço de ATES na região é um trabalho complexo, pelas condições materiais, pelas condições em que ocorre a ação no campo, pelo contexto político envolvido por trás destas ações. O convívio com a violência é constante e tanto a segurança, como a estabilidade profissional dos técnicos, são limitadas por essas condições e também por problemas institucionais entre Estado e entidade não-estatal.

Com este trabalho, ficou claro que a forma com que se estabelece a parceria entre o INCRA e a Copserviços para a execução da ATES, por meio de convênios temporários, apresenta implicações que limitam a efetividade de implementação deste serviço.

No sudeste paraense, o projeto de desenvolvimento rural apoiado no fortalecimento da agricultura familiar com diversificação produtiva e na execução da reforma agrária disputa espaço com pelo menos outros quatro projetos antagônicos, apoiados em monoculturas extensivas, tais quais a pecuária bovina de corte, a exploração de madeira nativa (realizada legalmente e, também, ilegalmente), a monocultura de eucalipto para produção de carvão destinada às empresas siderúrgicas e o avanço da monocultura de soja.

Vários obstáculos ao desenvolvimento da agricultura familiar são inerentes a esse ambiente de disputas sócio-políticas, econômicas e ambientais. Além disso, os problemas de repasse de recursos federais à prestadora vêm sendo o principal entrave para o alcance dos objetivos e melhoria dos serviços de ATES na visão dos assessores, dos coordenadores da cooperativa e do técnico do INCRA. O que ocorre na prática é atraso no repasse das parcelas dos convênios, atrasos que chegam até a oito meses, situação que causa, dentre outros, transtorno em todo o planejamento de trabalho, prejudicando as questões administrativas da prestadora, a manutenção do quadro profissional e os trabalhos junto aos agricultores. Essa situação contribui significativamente para que os serviços sejam prestados de forma bastante precária, o que prejudica os agricultores que deveriam ser os principais beneficiários.

Os coordenadores da Copserviços são cientes das vantagens da parceria para a cooperativa e para o Movimento Sindical, da importância de sua participação na gestão social no âmbito de uma política pública. Também são cientes das vantagens para o Estado em terceirizar suas ações e absorver para dentro do programa a experiência profissional construída em parte pelo Movimento Sindical.

Mas é importante salientar que ao Estado cabe cumprir com várias obrigações que não vêm sendo cumpridas. Ao terceirizar o serviço de assessoria para assentamentos rurais, o Estado se isenta de qualquer obrigação trabalhista com os agentes de ATES, ficando a cargo da instituição contratada responder por essas obrigações. Mas sua isenção, no contexto aqui pesquisado, está muito além disso. A ausência do Estado se faz notória na precariedade de infra-estrutura nos PAs, na falta de garantia de direitos e de segurança a agricultores e lideranças sindicais ameaçados de morte, bem como na impunidade aos mandantes de assassinatos de trabalhadores rurais ao longo dos anos. E também, mais diretamente relacionado ao Serviço de Assessoria à Reforma Agrária, o Estado brasileiro não vem cumprindo com o provimento de recursos nos processos de descentralização.

A descentralização das políticas públicas é uma iniciativa que pode ser interpretada como um reflexo de maior democratização do país. Porém, o descumprimento de normas estabelecidas para ocorrer este processo reduz as possibilidades de êxito destas políticas.

A descontinuidade no repasse de verbas por parte do INCRA, além das dificuldades em renovar os convênios vêm, há anos, se constituindo no principal entrave para que uma instituição não-estatal, como a Copserviços, possa assegurar o cumprimento de seu plano de trabalho, possa assegurar a manutenção de seu quadro profissional e possa assegurar a prestação do serviço de assessoria às famílias assentadas, que deve ser o foco maior de todo o processo de parceria.

A ATES na Copserviços não caracteriza a efetivação de uma proposta de privatização de um serviço público, porque essa instituição não é voltada para fins lucrativos, em razão de seu envolvimento e compromisso político e ético com uma rede de entidades articuladas no Movimento Sindical.

No entanto, poderá ocorrer uma proposta de privatização de um serviço público, quando uma prestadora de serviço for uma instituição caracteristicamente privada, cuja principal objetivo seja o lucro e a acumulação de capital. Nesse caso, essa prestação de serviços seria uma gestão capitalista dos recursos públicos. Esse tipo de orientação não caracteriza a gestão da Copserviços, mas caracteriza a gestão de outras instituições cadastradas para prestarem serviço de ATES na região.

Estando na condição de um serviço regulado na forma de contratos temporários, podendo ser prestado ou não, a ATES vem sendo executada por instituições que apresentam distintas orientações, princípios e objetivos entre si. Isso faz com que não haja, necessariamente, por parte de várias dessas entidades voltadas para o lucro, um compromisso com a sustentabilidade e com a melhoria das condições de vida nas comunidades atendidas. Mas quando uma ação pública definir-se como um **direito** voltado pra a sustentabilidade e garantia de cidadania aos beneficiários, os critérios para participação no arranjo institucional Estado-instituição não-estatal deverão contemplar esse compromisso, de forma que as instituições envolvidas no processo tenham maior responsabilidade com as conseqüência de suas ações de intervenção a longo prazo.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa só foi possível devido à grata vivência que seu autor experimentou no sudeste paraense, trabalhando por quatro anos na Cooperativa de Prestação de Serviços criada pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

O trabalho durante estes anos foi orientado para a execução da reforma agrária e para o fortalecimento da agricultura familiar na região.

A atuação em um movimento social do campo pôde ser sentida pelo pesquisador como algo valioso, em que o profissional de ATES, seja qual for sua formação, atua em diversas funções, vive diversas situações, conhece e se envolve com vários tipos de profissionais e de pessoas.

O convívio nos assentamentos e a proximidade das relações com as famílias assentadas, em meio ao ambiente em que vivem e trabalham, contribuiu a cada dia para reforçar o compromisso com um projeto de desenvolvimento baseado na agricultura familiar, na diversidade produtiva nos lotes familiares visando a exploração sustentável dos recursos naturais, mesmo que para isso as ações ainda sejam tímidas. A maior expectativa é de que os benefícios sociais a que muitos cidadãos e cidadãs brasileiras têm acesso cheguem também às famílias assentadas que vivem do trabalho da terra, produzindo para si mesmos e também para as populações urbanas em torno de suas comunidades.

A partir da interpretação e sistematização propiciada por essa investigação, evidenciou-se a importância da Copserviços como uma instituição de prestação de serviços de assessoria a agricultores assentados. A sua ligação com o movimento social permite ao profissional extensionista que nela atua, ter ampla visão dos problemas do meio rural brasileiro, tais como a falta de acesso a direitos, a precariedade de condições sociais e econômicas de milhares de famílias, a violência decorrente da disputa pela terra em uma região que não recebeu, nas décadas passadas, uma ação planejada por parte do Estado capaz de controlar o processo de concentração das terras e de expropriação selvagem do trabalho.

Nesta pesquisa, pode-se dizer que, mesmo com todas as limitações, o Serviço de ATES tem grande relevância na promoção do desenvolvimento rural sustentável, como é o modelo de desenvolvimento defendido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Entretanto, no contexto da atual estrutura institucional de implementação desse serviço, efetivada por convênios e contratos temporários, a conquista dos benefícios sociais se torna enormemente dependente do empenho, da militância, da solidariedade e da paixão de

todos os atores envolvidos para sua consolidação. Mesmo com todo esse esforço, a ATES ainda não se instituiu de forma sólida.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do sudeste paraense é um destes atores. O movimento não é uma agitação, nem um protesto, nem um “grito”, nem um levante, embora nele se faça ou já se fez todos estes tipos de expressões de reivindicação e luta por direitos. Ele é um movimento instituído, que, há mais de duas décadas, vem se consolidando numa rede de entidades articuladas que, no passado e no presente, também se articulam com instâncias do Estado a fim de responder às demandas de milhares de trabalhadores rurais. Este movimento representa uma necessidade social pela qual todas as instituições que o integram buscam satisfazer e garantir os direitos e benefícios às populações menos favorecidas do sudeste do Pará, que estão alijadas das promessas de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Pode-se perceber ao longo dos anos de atuação e de pressão do movimento junto ao Estado que, por um lado, houve aumento do número de projetos de assentamento criados pelo INCRA, aumento do número de terras desapropriadas para reforma agrária e melhoria das condições de vida de várias comunidades rurais. Contudo, por outro lado, continua havendo ameaças, violência e assassinatos de trabalhadores e lideranças rurais, em uma região onde o Estado brasileiro e os direitos são ainda muito ausentes.

Esta dissertação de mestrado procurou, assim, expor o cotidiano de trabalho de extensionistas nesta região, onde há uma proposta de desenvolvimento que, em confronto com outras, busca se consolidar, apoiada no fortalecimento da agricultura familiar e na execução da reforma agrária, visando à justa distribuição de terras à população e à inserção dos agricultores familiares no processo de desenvolvimento rural do país.

Neste “universo” de relações humanas e institucionais, a execução do Serviço de ATES contribui de forma significativa para que se viabilize o acesso das populações assentadas aos benefícios a que têm direito. Muito ainda está por ser feito para que, de fato, se torne possível a manutenção e desenvolvimento das famílias em seus lotes, com melhoria de suas condições de vida e de trabalho. Todo o investimento público permitirá retorno social, como a produção de alimentos para a população, a preservação ambiental, dentre outros, se a ATES for posta como um Programa definitivo e com uma estrutura consolidada. Em razão de ainda se configurar como um serviço institucionalmente regulado na forma de contratos temporários, a Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária está sujeita a uma série de fragilidades que vem, ao longo dos anos, reduzindo as possibilidades de propiciar, de fato, as esperadas transformações no meio rural como propostas no texto oficial. Faz-se

necessário discutir outras políticas públicas e arranjos institucionais para que ATES se torne um **direito** e não só um serviço, que pode ser prestado ao não.

Com certeza, este é um dos compromissos da Copserviços e das outras instituições do Movimento Sindical e, também, deve ser um compromisso do Estado e dos governos que assumirem sua condução.

Finalmente, é necessário que se diga, como não poderia deixar de ser, que este trabalho científico tem também seus compromissos. Como foi assegurado por seu autor, quando da realização da pesquisa de campo, uma cópia da dissertação será encaminhada ao Movimento Sindical e à Copserviços. Além disso, pretende-se realizar uma discussão de seus resultados junto a seus representantes. Da mesma forma, uma cópia será encaminhada ao MDA, SAF e INCRA como subsídio para avaliações dos serviços de ATES com vistas em seu aprimoramento.

10 - BIBLIOGRAFIA

ASSIS, W. S. e SILVA, L. M. S. O PRONAF e a Agricultura Familiar na Amazônia: uma questão de rever prioridades. In: SIMÕES, A. V. (Org.). **Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém-PA: UFPA/NEAF/SBSP, 2003. 13-37 p.

ASSUMPCÃO, Leilah Landim. **A Invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. 278 p.

BENDIX, Reinhard. **La razón fortificada: ensayos sobre el conocimiento social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRASIL, Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Brasília, 1996. 37p.

BRASIL, MDA/CONDRAF. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA, 2006.

BRASIL, MDA/INCRA. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES**. Ordem de Serviço INCRA/SD/Nº 02. Brasília: MDA, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Dos Procedimentos para Implantação dos Projetos**. Norma de Execução INCRA Nº 2. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. **agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ledjane de Fátima. **Da Extensão Rural convencional à Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, 2006. 23p. (primeira versão).

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social**. Seminário: Universidade: Por que e como reformar? MEC/SESU, realizado de 6 a 7 de agosto de 2003.

COELHO, France Maria Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa, UFV: 2005. 139 p.

COELHO, France Maria Gontijo. **A Construção das profissões agrárias**. Brasília: UnB, 1999. 329 p.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão Rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.21, n.3, p.499-543, set-dez 2004.

DIAS, Marcelo Miná; DIESEL, Vivien. The brazilian non-governmental organizations proposal for rural development: a critical assess. **World Congress of Rural Sociology, 10**. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 38. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IRSA/SOBER, 2000.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política: impacto sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA, 2004.

KIENER, Cordélia Inês. **ONGs e ideologias de desenvolvimento: o caso do IDACO**. Viçosa: UFV, 2001. 121 p.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, v.2. São Paulo: Difel, 1984. 579 p.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão Rural entre os Sem-Terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 165p.

MATOS, A. K.; MIRANDA, J. R. S.; MORAES, C. K. ; TAVARES, A. F.; SOUSA, A. P. **Plano de desenvolvimento do assentamento José Pinheiro Lima**. Marabá-PA: Copserviços, 2003.

NUIJTEN, Monique; APPENDINI, Kirsten. El papel de las instituciones em contextos locales. **Revista de la CEPAL**, ISSN 1682 - 0908, N° 76, 2002. p.71-88

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Saber, a Ética e a Ação Social. **Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia**. Campinas: Unicamp. v. XIII, n.2: 7-22. out. 1990.

PEREIRA, Airton dos Reis. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na Região Araguaia paraense: o caso da Fazenda Boa Vista**. Viçosa: UFV, 2004. 205 p.

QUEDA, Oriowaldo. **A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Piracicaba: ESALQ, 1987. 201 p.

REVISTA ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo, n. 393, p. 95-102, nov. 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **Corpo e alma do Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1975.

SIMÕES, Aquiles Vasconcelos (Org.). **Coleta amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.** Belém: UFPA/Centro Agropecuário/NEAF/ SBSP, 2003. 326 p.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **O antigo regime e a revolução.** Brasília: Universidade de Brasília/São Paulo: Hucitec, 1989. 212 p.

TORRES, João Carlos Brum. **Figuras do Estado Moderno: elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Guanabara S. A., 1982.

11 - ANEXOS

Anexo 1

Roteiro para entrevista com os coordenadores da Copserviços

- Ficha básica para obtenção de informações sobre os coordenadores:

- Data e horário da entrevista; nome; idade; função exercida na cooperativa; tempo de trabalho na cooperativa; formação profissional; tempo de atuação na coordenação da entidade.

- Questões para Discussão:

1 – Por que o Movimento Sindical criou a Copserviços?

2 – Da parceria entre Estado e Copserviços, da forma com que ela se realiza por meio de convênios temporários, o que vocês consideram como maiores vantagens para a cooperativa e para o Movimento Social?

3 – E o que vocês consideram mais vantajoso para o Estado?

4 – No que vocês acham que os termos do convênio mais contribuem para a realização dos serviços de ATES? E no que mais dificulta?

5- A realização de convênios temporários é a forma legal mais adequada para a realização da parceria entre Estado e entidade não-estatal para a execução do serviço de ATES? Haveria outra(s) possibilidade(s)?

6 – O que vocês acham que a cooperativa deve fazer para melhorar a qualidade dos serviços prestados?

7 – O que vocês sugerem para o MDA para melhorar o serviço de assessoria nos assentamentos visando o alcance de seus objetivos?

Anexo 2

Roteiro para entrevista com técnico do INCRA de Marabá – SR 27

- Ficha básica para coleta de informações sobre o entrevistado:

- Data e horário da entrevista; nome do entrevistado; idade; naturalidade, formação profissional; função exercida no INCRA; tempo de atuação no instituto;

- Questões para Discussão:

1 – Na visão do INCRA, quais os objetivos dos serviços de ATES?

2 – Qual a sua opinião sobre a forma de parceria entre Estado e entidade não-estatal pra realização do serviço de ATES, que vem ocorrendo por meio de convênios temporários? È a forma mais adequada? Haveria outra(s) possibilidade(s)?

3 – Quais as vantagens desta parceria para a Copserviços e Movimento Sindical e quais as vantagens para o Estado?

4 – Quais as principais limitações e as principais potencialidades desta parceria para o alcance dos objetivos previstos através do serviço de ATES?

5 – Como o INCRA está percebendo a questão agroecológica nos projetos de assentamento?

6 – Como o INCRA avalia a Copserviços, como entidade conveniada para prestação dos serviços de ATES?

7 – Para o INCRA, há diferenças entre o trabalho realizado pela Copserviços e o trabalho realizado por outras prestadoras na região?

8 – Como o INCRA avalia os serviços de ATES na região, tendo-se completado três anos de sua criação em 2007?

Anexo 3

Roteiro para debate nos grupos focais de técnicos(as) da Copserviços

- Ficha Básica para obtenção de dados dos Técnicos(as):

- Data e horário da coleta de depoimento; nome do técnico; idade; equipe em que atua na entidade; idade; sexo; formação e instituição pela qual se formou; naturalidade; tempo na entidade; doença(s) ocupacional(s) adquirida enquanto funcionário da cooperativa; estado civil; experiência(s) com atividade agropecuária.

- Questões para Discussão:

1- Na opinião de vocês, quais os objetivos do trabalho do técnico nos assentamentos?

2 – Quais são as limitações ou entraves para o alcance destes objetivos?

3 – O que vocês consideram como a coisa de maior valor em seus trabalhos? Por quê?

4 – O que vocês pensam sobre a qualidade dos serviços que realizam? Por quê?

5 – O que vocês acham que podem fazer pra melhorar a qualidade de seus trabalhos?

6 – Vocês se sentem capacitados pra executar os serviços de ATES na região? Por quê?

7 – Da formação que tiveram (formação universitária, técnica, etc), o que mais contribui para realizar os trabalhos?

8 – Como vocês estão percebendo a adoção dos princípios agroecológicos nos trabalhos junto aos assentamentos?

9- Vocês já viram ou leram o texto oficial que regula os serviços de ATES?

Anexo 4

Imagem de cartolina preenchida como parte do trabalho no grupo focal de técnicos da equipe Marabá

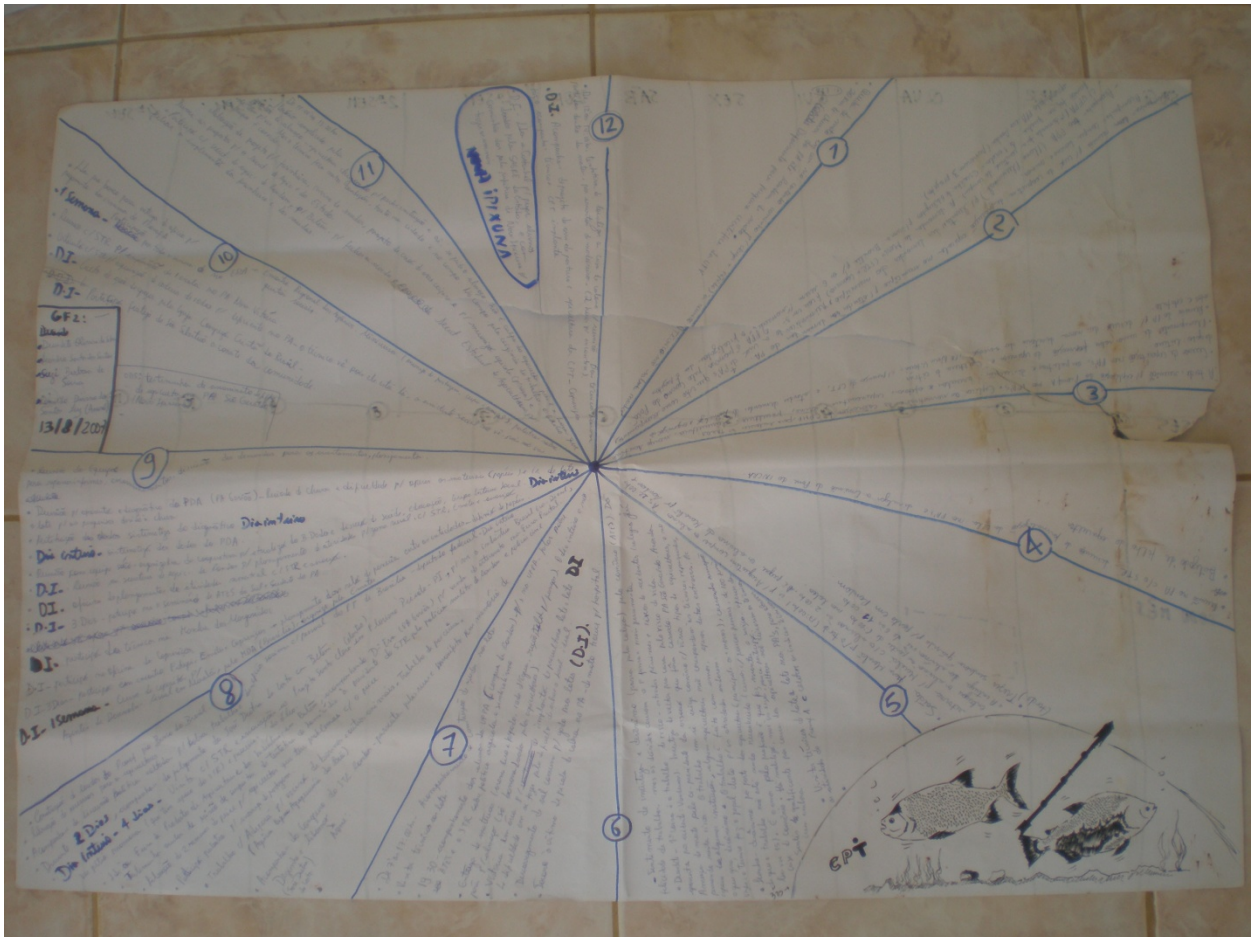


Figura 20: imagem de cartolina contendo informações sobre o cotidiano de trabalho dos técnicos, em 2007.

Anexo 5

• Roteiro para coleta de depoimentos com agricultores(as) assentados do Sudeste do Pará

• Ficha Básica para obtenção de informações dos agricultores(as):

- Data e horário da coleta de depoimento; nome do agricultor(a); idade; sexo; naturalidade; tempo de permanência no assentamento; filiado ou não ao MSTR; com ou sem PRONAF A; nome do assentamento; nome do município.

• Questões para Discussão:

1 – O senhor(a) acha que os serviços dos técnicos da Copserviços servem pra quê?

2 – Como o senhor(a) avalia os trabalhos dos técnicos da Copserviços?

3 – O que o(s) técnico(s) fez que contribuiu para o senhor(a) e sua família?

4 – O que o técnico fez que o senhor(a) considera importante pro desenvolvimento do assentamento? E pro desenvolvimento do seu lote?

5 - O que o senhor(a) sugere pros técnicos pra ajudar mais no desenvolvimento do assentamento?

6 – O que o senhor(a) espera dos serviços públicos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental?

Anexo 6

Descrição sobre o cotidiano de trabalho dos técnicos de ATES da Copserviços

Será descrita neste ítem o cotidiano de trabalho dos técnicos da Copserviços, na tentativa de expor ao leitor a dinâmica envolvida na execução dos serviços de ATES na região. Essas informações foram obtidas nos debates nos grupos focais.

As informações partiram dos próprios técnicos, como resultado de parte do trabalho nos grupos focais.

Os profissionais relataram várias atividades que realizam no contexto em que estão inseridos. São atividades que passam por reuniões na sede da cooperativa, visitas e trabalhos nos lotes, reuniões nos assentamentos, intervenções junto a bancos, participação em eventos de discussão de políticas públicas, dentre outras, além de situações inusitadas que fazem parte do cotidiano destes profissionais.

Para maior organização e devido à grande quantidade e variação das atividades relatadas, criou-se sete categorias para registrar sua rotina de trabalho.

Estas categorias identificam o tipo de atividade em que o extensionista se envolve. Ressalta-se que os técnicos relataram também várias situações, sentimentos, opiniões e impressões que têm importância no seu cotidiano profissional. Por isso, estes aspectos foram considerados como uma categoria de informação.

Ressalta-se também, que algumas categorias se sobrepõem-se com outras, por exemplo: os técnicos acompanham a construção de açude nos lotes dos agricultores, que é uma atividade do Pronaf. Sendo assim, esta atividade poderia ser apresentada aqui em uma categoria do tipo 'Atividades do Pronaf nos Lotes dos Assentamentos'. No entanto, não se criou outras categorias além da sete mencionadas, pois entende-se que o detalhamento minucioso de cada atividade geraria excesso de categorias.

Categorias de informações

As sete categorias criadas foram as seguintes:

- **Atividades nos lotes e nos assentamentos** – atividades de campo, atividades realizadas nos lotes ou no assentamento como um todo.
- **Atividades na sede da Cooperativa** – atividades exercidas nas sedes minirregionais da Copserviços.
- **Participação/organização de eventos** – atividades em que os técnicos organizam e/ou participam, como capacitações, congressos, seminários, encontros, dentre outros.
- **Atividades do Pronaf** – atividades relacionadas à linhas de crédito Pronaf;
- **Situações adversas/inusitadas** – situações que oferecem riscos ou situações incomuns com as quais os técnicos inesperadamente se deparam.
- **Sentimentos, sensações e percepções** – busca-se aqui trazer o lado subjetivo envolvido no cotidiano dos profissionais, através dos relatos de suas emoções, sensações e percepções relacionadas aos trabalhos que realizam.
- **Outras** – atividades que não pertencem às categorias anteriores.

Cotidiano de trabalho dos técnicos de ATEs da Copserviços no Sudeste do Pará

- **Atividades nos lotes e nos assentamentos**
 - construção de metodologia para criação dos Grupos de Interesse Local nos PAs;
 - acompanhamento de projetos para beneficiamento de castanha, para manejo de açaizal e para produção de farinha de mandioca em assentamentos pertencentes a três microrregiões distintas, em parceria com Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (Lasat), Banco do Brasil, e Secretaria municipal de Agricultura;

- vacinação de aves nos assentamentos;
- reunião, coleta de dados e entrevistas com agricultores para elaboração de PDAs;
- reunião de capacitação de produtores rurais (assentamentos);
- restituição de dados sistematizados do PDA aos agricultores nos assentamentos;
- trabalho de parceria com Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÀ) para vacinação de bovinos e outros animais;
- descarregamento de sal comum para gado nos lotes;
- reunião no assentamento para discussão da nova diretoria da associação, com presença da CPT;
- reunião no PA com STR – discussão de formalização da vila nos PAs e divulgar Emissão de Posse do INCRA;
- reunião nos PAs para explicar normativas e taxas do Pronaf;
- visitas de lote a lote nos PAs para observar as atividades do Pronaf A e coletar os índices técnicos;
- entrega de materiais (arame liso e arame farpado, roda d'água, ração, tela para frangos) em lotes de agricultores;
- vistoria em área para implantação de piscicultura lote a lote;
- levantamento de informações nos PAs para recuperação das habitações (crédito) sendo atividade não remunerada que caberia ao INCRA realizar;
- formação de grupo de mulheres, grupo de gestão de negócios, grupo de avicultura de corte, etc (Grupos de Interesse Local) em assentamento;
- ministrar cursos de bovinocultura de leite, ovinocultura, gênero, cooperativismo, controle de queimada, piscicultura, manejo de açaizal.

• **Atividades na sede da Cooperativa**

- elaboração de projeto para aquisição de um caminhão para feira da agricultura familiar de Marabá;
- elaboração projeto para cultura, saúde e segurança alimentar e formação de horta em assentamento;
- elaboração de artigo para grupo de discussão na I Conferência Municipal de Direitos Humanos, em Marabá;

- elaboração de artigo com a Escola Familiar Agrícola sobre Pedagogia da Alternância e Educação no Campo;
- reunião em Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região;
- reunião de equipe (informes da semana sobre o andamento das atividades), na segunda-feira
- reunião com Secretaria de Agricultura de Rondon, STR, Associações de PAs e Emater para planejamento de atividades para zona rural;
- reunião com STR para implantação de uma escola em assentamento de Rondon do Pará;
- reunião para criação de cooperativa de produção agrícola em Rondon para atender às demandas dos PAs;
- reunião para capacitação de técnicos;
- elaboração de projeto para beneficiamento de leite na região dos Três Poderes e Patauaú, visando beneficiar vários assentamentos;
- impressão de projetos Pronaf e documento do PDA;
- sistematização das atividades realizadas (banco de dados);
- planejamento das atividades semanal e quinzenal, na segunda-feira;
- atendimento aos produtores que vêm dos PAs;
- assembléia (ordinárias e extraordinárias) com técnicos e agricultores;
- sistematização de dados do PDA;
- reunião com equipe sócio-organizativa para atualização do banco de dados e discussão de saúde, educação e grupos de interesse local;
- oficina de planejamento de atividades semestral com STR e associações;
- elaboração de projetos para farinheira, viveiro de mudas, avicultura caipira e mecanização agrícola (para roça);
- organização da oficina de capacitação promovida pela Copserviços;
- construção de laudos do Pronaf pro Banco do Brasil ;
- elaboração de projeto para SESI, questão de gênero nos PAs;
- oficina da Copserviços sobre cooperativismo e associativismo;
- processo de capacitação interna para os técnicos mais novos: pode de cupu, construção de açude, manejo de açazal;
- reuniões mensais com coordenação ampliada da cooperativa;
- repasse das informações adquiridas nos cursos e eventos para os colegas;

• Participação/organização de eventos

- participação em eventos e mobilizações para reivindicar direitos, como fechar o INCRA, fechar bancos, bloquear estradas;
- organização e participação em curso de bovinocultura de leite com noite cultural – forró ao vivo – em assentamento;
- participação em cerimônia de candomblé em assentamento;
- participação na organização da feira de agricultura familiar do município de Marabá e em outros municípios e estados;
- oficina de planejamento participativo municipal;
- participação no V Congresso Nacional do MST em Brasília;
- participação em palestra sobre manejo de pastagem na UEPA;
- acompanhamento do Congresso do STR de Rondon – passeata pelas ruas e manifestação pela memória de sindicalistas assassinados;
- participação no II Seminário de ATES do Sul e Sudeste do Pará, durante 3 dias;
- participação na Marcha das Margaridas pelo Dia Internacional da Mulher, voltados aos direitos das mulheres, em especial das mulheres trabalhadoras rurais;
- participação em encontro entre FETAGRI, Copserviços e Emater para planejamento das relações de parceria entre as entidades – definições de papéis;
- participação em curso de capacitação para agentes de desenvolvimento rural promovido pelo MDA (Brasília), e organizado pela EMATER,, em Marabá;
- participação no Encontro Regional das Agrárias, realizado no campus da UFPA, em Marabá
- participação em curso de Sistemas Agroflorestais (SAF) com cacauzeiros, promovido pela CEPLAC, em Marabá;
- participação em culto de ação de graças na Igreja Congregação Cristã no Brasil de um PA;
- participação festejo de São Sebastião a convite da comunidade;
- participação em batizado de filho de agricultor;
- participação na Oficina de Formação de Lideranças, parceria entre Copserviços e Emater;
- participação em cursos: Excel e preenchimento de planilhas;
- participação no Encontro Regional (ERA) e no Encontro Nacional de Agroecologia (ENA);
- participação em encontro sobre construção de hidrelétricas em áreas do sudeste do Pará;
- organização do Seminário Estado, Amazônia e Distrito Florestal em parceria com MST, MAB: discussão dos impactos do eucalipto na região;

- ▣ participação em curso de inseminação artificial em assentamento;
- ▣ participação em campanha para doação de bens para agricultor que teve a casa queimada;
- ▣ participação no planejamento do Pronaf Floresta para a região e elaboração dos primeiros projetos nos lotes.

• **Atividades do Pronaf**

- ▣ entrega de ração para peixes e aves nos assentamentos;
- ▣ entrega de pintos e aves adultas nos lotes;
- ▣ coleta de propostas para elaboração de projetos nos PAs- reuniões;
- ▣ vistoria de cerca nos lotes;
- ▣ acompanhamento de construção de açudes e reservatórios;
- ▣ entrega de insumos, bomba costal, carro de mão, etc;
- ▣ despesca de peixes nos lotes com agricultores;
- ▣ vistoria de gado bovino;
- ▣ vistoria de animais ovinos e caprinos;
- ▣ vistoria dos projetos de culturas permanentes;
- ▣ vistoria de instalações para aves e ovinos para liberação da compra de animais;
- ▣ reunião com fornecedores (gado, trator de esteira, insumos);
- ▣ encaminhamento de laudos ao banco;
- ▣ saída à tarde para buscar alevinos no estado do Tocantins; das 22:00 às 00:00 hs volta para Marabá; das 4:00 às 10:00 hs entrega dos alevinos nos lotes dos assentamentos;
- ▣ compra de mudas para o Pronaf A (reflorestamento) com a secretaria de São Domingos do Araguaia a preço melhor e com entrega;
- ▣ acompanhamento da liberação de recursos para os agricultores;
- ▣ acompanhamento de compra de bovinos e ovinos para agricultores.

• **Situações adversas/inusitadas**

- ▣ problemas com fornecedores oferecer propina pros técnicos para levarem vantagens em negociação com agricultores;
- ▣ dificuldade em estabelecer relação mais próxima com agricultores por conta de períodos muito curtos de convênios;

- dificuldade em entender a complexidade política em que vivem os camponeses;
- ocorrência de assaltos nas estradas pros projetos de assentamentos;
- acidentes com veículos em estradas de má qualidade;
- falta de casas de apoio nos projetos de assentamento;
- desconforto nas longas viagens de moto em estradas ruins;
- encontro com animais silvestres (onças, cobras, cutias e etc);
- amenizar conflitos entre agricultores – problemas com divisa de lotes, animais que invadem outras propriedades;
- riscos nas estradas e pontes de péssima qualidade;
- dificuldade em chegar aos PAs pela falta de acesso;
- PAs muito distantes dos centros urbanos;
- obstáculos até os assentamentos como: poeira, lama, chuva, ladeira, atoleiros, quebra de veículo.
- horário de almoço corrido na cidade com a chegada de agricultores a serem atendidos nos horários de almoço, que são os horários possíveis para os agricultores;
- Ameaça de morte por ex-presidente de associação que foi cassado do mandato.
- socorro à vítima de picada de cobra no PA- de moto a vítima foi trazida para o hospital.
- testemunha ocular da prisão de suspeitos de tentativa de homicídio à presidente do STR de Rondon pela Polícia Militar e Polícia Civil;
- técnico perdido na mata na tentativa de encontrar casa de agricultor para reunião;
- queda de moto em um rio cortando caminhão para chegar mais rápido à reunião;
- 140 km de chuva até o PA de moto;
- trazer senhora grávida no PA para parto em Rondon;
- falta de garantia de recursos causando descontinuidade das atividades por atraso das parcelas do convênio: começa a gerar descredibilidade da Copserviços na visão dos agricultores, “esfriando” as relações construídas anteriormente;
- técnico tem que ser padre, delegado, pela própria situação em que se insere. Dar o ombro pro choro de agricultor;
- técnico foi xingado por agricultor que após os xingamentos, descobriu que era cliente de outra prestadora;
- dificuldade com uma liderança designada para acompanhar os trabalhos do PDA em um assentamento. Duas técnicas se sentiram ameaçadas fisicamente e sexualmente pelo homem, sentimento de intimidação e angústia. Trabalho não foi concluído no prazo, o presidente da associação soube e tirou este sujeito da diretoria da associação;

- dificuldade de encontrar matrizes suínas que atendam as exigências do banco;
- dificuldade em encontrar mudas certificadas para frutas (banana, abacaxi, maracujá) para o Pronaf, o que atrasa o andamento dos projetos;
- problema com agricultor que pegou recurso para capineira (R\$ 400,00) mas não plantou a capineira. Isso compromete o CREA do técnico perante o banco;
- vistoria de plantio em PA Mãe Maria, de barco (inundação), passando pela água até o pescoço e a técnica não sabe nadar;
- técnico andando pela água encontrou uma sucuri;
- técnico orientado a evitar envolvimento com filhas de agricultores para não comprometer a relação entre agricultor e extensionista;
- para as mulheres, principalmente na época da menstruação, o trabalho no campo se torna muito complicado devido à falta de privacidade e local adequado para higiene – banhos em córregos e muitas vezes, de roupa;
- rejeição no campo por ser técnica mulher; o espaço vem sendo conquistado mas houve rejeições no início;
- risco de roubo de moto em vila próxima a PA: técnica para ir embora à noite foi beber e pagar cachaça para os ladrões, na vila, para se entrosar com eles para evitar o roubo. Fez amizade com eles e foi “escortada” até Marabá;
- desconforto pessoal por falta de salário para se manter;
- a redução das atividades por falta de recursos faz com que um técnico assuma as ações em vários PAs em que seriam necessários mais técnicos para atender as demandas;
- técnico andou 17 km a pé para chegar ao lote;
- entrega de alevino com a quantidade diminuída pelo fornecedor é cobrada do técnico;
- um técnico pra 100 famílias é complicado para acompanhar e implantar os projetos;
- agricultor sem empenho cobra do técnico a venda ou a facilitação da venda de seus produtos, tendo condições de vender;
- técnico lida com situação em que outras entidades entram nos PAs atendidos pela Copserviços, tentando atrair os agricultores a contratá-los para elaborarem Pronaf D, que só financia gado e reservatório d’água, complicando os trabalhos de diversificação.

• **Sentimentos, sensações e percepções**

- desconforto na hora da dormida (redes);
- preocupação por conta das incertezas em relação aos convênios de ATES;

- satisfação em ver os projetos dos agricultores darem certo;
- sentimento de incerteza com relação ao futuro profissional;
- troca de experiência com produtores;
- aprendizado com os agricultores;
- sentimento de angústia por ver as matas sendo devastadas por falta de políticas sérias;
- vontade de desistir da profissão;
- o trabalho é feito com amor, apesar dos entraves;
- desânimo por parte de agricultores, causando sensação de que o trabalho não está sendo reconhecido (cursos com poucas pessoas, de 100 famílias vão apenas 15). Há mobilização, mas às vezes pouca participação;
- satisfação com o acolhimento dos agricultores em áreas que os técnicos não são conhecidos. Mesmo sendo precária a comunidade, os agricultores se preocupam com o estado dos técnicos e isso é gratificante;
- angústia por técnico perceber a venda de lotes, a concentração de terras com a desistência das famílias, a presença de carvoeiros e ação das siderúrgicas. Futuro preocupante;
- satisfação dos técnicos com a geração de renda da feira;
- amizade com agricultor dentro do PA é inevitável, satisfação pois dentro ou fora do PA a amizade tem uma amizade garantida;
- técnico na cidade recebe o agricultor assim como este acolhe no PA;
- indignação por atividade que dá errado, porque o agricultor fez equivocadamente e depois quer pôr a culpa de todos os erros dos projetos no técnico;
- preocupação com a adimplência do Pronaf A: conscientização com agricultores para pagarem em dia os projetos;
- dinamismo na relação com agricultores: técnico, estando em campo, é indagado sobre o crédito habitação, estradas, divergências políticas dentro do assentamento, documentação;
- percepção da falta de jovens nos PAs, preocupação com a falta de estímulo do jovem a ficar nos PAs;
- outras entidades não têm o mesmo compromisso com a ATES;
- percepção do desinteresse de agricultores com projetos de fruticultura, só interessa por gado – problemas com a diversificação produtiva da agricultura familiar;
- preocupação por agricultor tentar trocar gado de leite por corte porque dá mais renda;
- falta de compromisso de alguns agricultores com o Pronaf: vende o gado, põe o carneiro na meia, vende o lote, pega o dinheiro do projeto e aplica em outras atividades (problema do técnico com o banco),

■ decepção com projeto de suínos e aves: falta de interesse do agricultor e falta de reserva de alimento do lote para os animais. O técnico um ano antes orienta sobre isso, mas alguns agricultores ficam contando só com a ração do projeto e depois põe a culpa no técnico.

• **Outras**

- curso de agronomia com turma do MST;
- problema de saúde por causa dos veículos;
- ouvir desabafo dos produtores relacionado a problemas pessoais;
- Ida ao campus da UFPA de Rondon do Pará falar sobre ATES junto com o STR que fala sobre política agrícola e sindicalismo;
- acompanhamento do julgamento de acusados de assassinatos de agricultores;
- quatro dias de visita junto com STR e associações dos PAs ao Projeto Santa Clara em Floriano Peixoto- PI, para ver a indústria Brasil Eco-Diesel, plantio de mamona (com apoio do STR) e processamento do óleo;
- Acompanhamento de agricultora artesã para venda de artesanato na Feira de Produtos de Agricultores e da Indústria, em Belém;
- articulação com STR para aquisição de cadeira de rodas para deficiente no PA: técnico ressalta que ele vê essa situação porque está lá, a assistente social não vê porque não vai;
- ida a outros municípios paraenses buscar alevinos doados pela Secretaria de Agricultura do Estado;
- acompanhamento de projetos de apicultura e avicultura da CPT;
- depoimento para pesquisa científica da Universidade Federal de Viçosa;
- acompanhamento no Plano Plurianual para levantamento das demandas do município, reivindicando a criação de 4 PAs que estão como acampamentos;
- participação na elaboração de Planos de Desenvolvimento Rural de municípios da região;
- projeto de parceria com Secretaria de Agricultura do Pará para farinha e viveiro de mudas;
- trabalho à noite, fora do horário de expediente fazendo serviços que cabem ao INCRA como impressão das Declarações de Aptidão ao Pronaf, na própria sede do instituto;
- participação como madrinha em batizado em assentamento;
- apoio e assessoria a entidades como os STR:
 - assessoria para prestação de conta;

- resgate do histórico (memorial) das ações STR de Marabá;
- apoio a acampamento;
- apoio e assessoria à Escola Familiar Agrícola (EFA) de Marabá:
 - ceder profissionais para intervenções e processos de capacitação e formação;
 - participação na elaboração do planejamento da escola;
- participação nas agendas do Movimento Sindical:
 - participação no comitê municipal para apoio na campanha de anulação do leilão da Vale do Rio Doce;
 - fórum regional de educação no campo;
 - participação no Conselho municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- elaboração e implantação de projeto da Feira da Agricultura Familiar de Marabá;
- levar agricultores ao INCRA para documentação;
- trabalho de formação dos técnicos para instruir agricultores sobre direitos trabalhistas